

Bianca Ferreira Lima

Vida e Trabalho:

um estudo sobre mulheres extrativistas
de mangaba na ilha do Marajó,
Estado do Pará



PRÊMIO JOSÉ CLÁUDIO E MARIA
de Melhor DISSERTAÇÃO do

PPGAA





Universidade Federal do Pará

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-reitor

Gilmar Pereira da Silva

Pró-reitor de Ensino de Graduação

Edmar Tavares da Costa

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Rômulo Simões Angélica

Pró-reitor de Extensão

Nelson José de Souza Júnior

Pró-reitor de Relações Internacionais

Horacio Schneider

Pró-reitor de Administração

João Cauby de Almeida Júnior

Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Raquel Trindade Borges

Pró-reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

Karla Andreza Duarte Pinheiro de Miranda

Prefeito Multicampi

Eliomar Azevedo do Carmo

Secretário-geral da Reitoria

Marcelo Galvão Baptista

Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural

Diretor

Flávio Bezerra Barros

Vice-Diretora

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Coordenação de 2013/2014

Flávio Bezerra Barros

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

Coordenação de 2015

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

Lívia de Freitas Navegantes Alves

Coordenação 2016/2017

William Santos de Assis

Laura Angélica Ferreira Darnet

Conselho Editorial do PPGAA

Angela May Steward

Dalva Maria da Mota

Flávio Bezerra Barros

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Heribert Schmitz

Laura Angélica Ferreira Darnet

Lívia de Freitas Navegantes Alves

Luís Otávio do Canto Lopes

Marc Piraux

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

Osvaldo Ryohei Kato

Paulo Fernando da Silva Martins

Roberto Porro

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Tatiana Deane de Abreu Sá

Walkymário de Paulo Lemos

William Santos de Assis

Bianca Ferreira Lima

Vida e trabalho:

um estudo sobre mulheres extrativistas
de mangaba na ilha do Marajó,
Estado do Pará



Belém
2017

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFPA

L732v Lima, Bianca Ferreira

Vida e trabalho: um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na ilha do Marajó, Estado do Pará / Bianca Ferreira Lima. Belém: UFPA/NCADR, 2017.
134 p. : il.

Originalmente apresentada como Dissertação da autora (mestrado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012).

Inclui bibliografias

Dissertação vencedora do Prêmio “José Cláudio e Maria” de dissertação de mestrado, ano 2012, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – NCADR/UFPA.

ISBN 978-85-63728-52-4

1. Trabalhadoras rurais – Ilha do Marajó (PA). 2. Mulheres – condições sociais – Ilha do Marajó (PA). 3. Mangaba – extrativismo. II. Título.

CDD – 22 ed. 305.4363098115

Normatização: Naiara Soraia Lisboa Lima

Editoração Gráfica: Moacir José Moraes Pereira

Foto Capa: Bianca Ferreira Lima

Ao meu amado pai “in memoriam” por me ensinar a respeitar
as árvores e as pessoas e me iniciar nesta longa jornada, dedico.

À Olívia e Valentina, pelo amor incondicional!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO 11

AGRADECIMENTOS 13

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1

A PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO,
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E O PERCURSO METODOLÓGICO 19

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 23

Extrativismo: considerações gerais 23

As mulheres extrativistas de mangaba 28

PERCURSO METODOLÓGICO 33

Trabalho de campo 36

Localização geográfica da área de estudo 39

CAPÍTULO 2

O CAMPO DA MANGABA E A VILA PACA:
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 41

O MUNICÍPIO DE SALVATERRA 41

A VILA PACA E O CAMPO DA MANGABA 44

FORMAS DE ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS
NO CAMPO DA MANGABA 47

Memórias do conflito no campo da mangaba 49

Alguns significados e regras pertencentes a noção territorial no campo da mangaba 52

CAPÍTULO 3

VILA PACA, GRUPOS DOMÉSTICOS E O CONJUNTO DAS ATIVIDADES 59

A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO NA VILA PACA 59

As chefes de família, os grupos domésticos e as relações de parentesco 62

<i>Relações de gênero e geração</i>	66
<i>Cada dia um dia: A rotina das mulheres da Vila Paca</i>	74
CONJUNTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NAVILA PACA	78
<i>Atividades domésticas</i>	79
<i>Atividades Agroextrativistas</i>	81
<i>Calendário Agroextrativista</i>	83
<i>Atividades Assalariadas e benefícios governamentais</i>	85
CAPÍTULO 4	
DA COLETA À COMERCIALIZAÇÃO DA MANGABA,	
A IMPOTÊNCIA DA MULHER NA ATIVIDADE	89
JUNTAR E APANHAR MANGABA	89
<i>Gestão dos recursos naturais e conservação do campo da mangaba</i>	93
<i>A coleta</i>	96
PASSANDO NO CRIVO:	
“IN NATURA OU NA POLPA, DE UM TUDO A GENTE FAZ”	100
OU É PRA MARRETEIRO OU É PRA COMERCIANTES:	
SOBRE O MERCADO LOCAL DA MANGABA	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXO I	129
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	132
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS	133

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas-Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, que funciona em parceria entre a Universidade Federal do Pará/Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (UFPA/NCADR) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Amazônia Oriental, vem, ao longo do tempo, acumulando vasta experiência de ensino e pesquisa em torno da questão da Agricultura Familiar na Amazônia; e nos últimos anos, com inserção na Pan-Amazônia. Nosso curso tem importância incontestável nos cenários amazônico e brasileiro porque aborda a Agricultura Familiar em suas mais diversas dimensões: históricas, econômicas, agrônomicas, técnicas, ambientais, sociais, políticas e culturais. É um curso essencialmente interdisciplinar, cujos valores se assentam em um profícuo diálogo entre os saberes e fazeres dos camponeses que habitam as águas, florestas, assentamentos, unidades de conservação, regiões insulares, estradas, travessões, ramais, quilombos, acampamentos, e os saberes acadêmicos.

Com efeito, o curso tem como objetivos apoiar a pesquisa-formação-desenvolvimento e a produção de conhecimentos científicos engajados numa reflexão política, social e ambiental. O curso se ancora, científico-política e pedagogicamente, nos alicerces da abordagem sistêmica, da inter e transdisciplinaridade e de uma estreita aliança com os atores do campesinato e suas lutas por direitos de uso e ocupação dos territórios, elementos fundantes para sua reprodução física e social. Com mais de uma década de existência, o PPGAA já formou inúmeros mestres que hoje ocupam os espaços políticos, instituições de ensino e pesquisa, organizações não-governamentais, empresas de assistência técnica e consultoria, órgãos da administração pública, transmitindo mundo afora os princípios que visam fortalecer a Agricultura Familiar atrelada ao respeito à natureza e à diversidade de modos de vida dos atores.

Infelizmente, como consequência de resistência a modelos hegemônicos de ocupação e uso da terra embasados na matriz do capitalismo, da monocultura, da destruição da floresta e da exclusão do homem do campo, muitos camponeses precisaram pagar com suas próprias vidas o preço da desobediência a tais modelos. Chico Mendes, Dema, Brasília, Lalor, Zé Cláudio, Maria do Espírito Santo, são exemplos de trabalhadores e trabalhadoras que tombaram porque não mudaram de lado, não abandonaram suas convicções, não desistiram de defender seus ideais. Este prêmio de dissertação, propositadamente denominado “Prêmio Zé Cláudio e Maria”, demarca, numa homenagem singela ao casal de agricultores do sudeste do Pará - mortos covardemente pelos promotores da destruição da Amazônia e do seu povo - nosso compromisso com uma noção de agricultura que acreditamos sustentável para o Brasil.

Com efeito, envolvidos num espírito de enorme alegria, apresentamos a dissertação, agora transformada em livro, a receber o prêmio da primeira promoção do concurso. Após rigoroso processo de avaliação, conduzido por pesquisadores ad hoc externos ao PPGAA, a dissertação escolhida, das que foram defendidas no ano de 2012, foi a da aluna Bianca Ferreira Lima, que nas bandas do Marajó, desenvolveu sua pesquisa intitulada “Vida e trabalho: um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó, Estado do Pará”, sob orientação da professora Dalva Maria da Mota. Com maestria, Bianca, por meio de seu escrito, vai nos revelando as tramas, modos de vida, intencionalidades, conhecimen-

tos, idiossincrasias e dissensões de mulheres extrativistas de mangaba numa região historicamente marcada pelo abandono do Estado brasileiro. A mestre em Agriculturas Familiares dá-nos a conhecer os meandros de um extrativismo de mangaba feito por mulheres guerreiras que, algures, plantaram sonhos e colheram vida. O mundo dessas mulheres, marcado por diásporas de luta por uma vida mais digna, foi minuciosamente narrado num enredo permeado de detalhes; um contributo sem igual para o conhecimento desse modo de produção neste “Marajó dos Campos”. Congratulamos, assim, o esforço empreendido por Bianca e sua orientadora na produção laboriosa desse trabalho científico que criteriosamente se constituiu.

Esperamos que mais egressos do curso se sintam estimulados a participarem das outras versões do prêmio, que ocorrerão anualmente premiando sempre uma dissertação do ano anterior. Aproveitamos a oportunidade para agradecer vivamente aos familiares de Zé Claudio e Maria, que nos apoiaram nesta iniciativa, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA e a Capes, que financiou a publicação desta obra. Desejo a todos e todas excelente leitura, com o cheiro e o sabor das mangabas coletadas pelas mulheres marajoaras.

Prof. Dr. Flávio Barros

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (2013/2014)

PREFÁCIO

Vida e trabalho: um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na ilha do Marajó, Estado do Pará, constitui um belo trabalho realizado por Bianca Ferreira Lima na Vila Paca em Salvaterra, a “princesinha do Marajó”.

Ao longo da sua história, Bianca Ferreira tem procurado incessantemente entender e explicar a (in)visibilidade do papel da mulher, à qual se opõe. Para isso, ela não hesitou em mergulhar nas histórias de vida de mulheres cujas trajetórias são pontuadas por idas e vindas: embaladas com o sonho de uma vida melhor, muitas migram na juventude para Belém, a capital do Estado do Pará, onde as tentativas de conciliação entre o trabalho assalariado como empregadas domésticas, o estudo e, às vezes, a gravidez precoce e inesperada nem sempre são bem-sucedidas, o que as força a retornar para o lugar da família.

Em seus lugares de origem, dedicam-se a um conjunto de atividades, e Bianca escolheu o extrativismo da mangaba para ilustrar o seu dia a dia, repleto de afazeres que garantem a sobrevivência dos que delas descendem. Como em outras comunidades rurais, as mulheres predominam na chefia domiciliar, tendo de compatibilizar as atividades da esfera doméstica com o extrativismo, a agricultura de aprovisionamento e o eventual assalariamento no verão. Para além do trabalho, a análise de Bianca revela as trajetórias pessoais e familiares dessas mulheres, a sua luta pelo acesso aos recursos naturais contra os que chegavam de fora e tentavam expropriá-las, a vida cotidiana na comunidade e os processos de constituição de identidades nos quais a liberdade de ir e vir subjaz como elemento essencial. Essas idas e vindas ganham cor e forma no discurso impresso nas páginas do livro de Bianca Ferreira.

O estudo de Bianca Ferreira é uma interessante reflexão sobre o lugar do extrativismo e das mulheres extrativistas na sociedade contemporânea, destacando a gestão local dos recursos naturais, essencial para a reprodução social de grupos e a conservação da biodiversidade. A autora consegue traduzir anseios e tensões vivenciadas pelas extrativistas no exercício cotidiano de múltiplas atividades, ritmado pelo tempo e pelo espaço.

Creio que a maior riqueza do livro está na equilibrada combinação de reflexão teórica e de pesquisa empírica. Categorias analíticas como extrativismo, trabalho e gênero estão no centro das reflexões, aliadas a um trabalho empírico cuidadoso. O resultado é a compreensão da rede de relações sociais que se tecem na comunidade estudada.

Ainda que tenha enfatizado a construção da visibilidade social das mulheres, Bianca Ferreira não se dá por satisfeita e lança desafios, afirmando “que ainda há muito que se estudar e se fazer quando o tema abarca o extrativismo da mangaba na região Norte do país, a exemplo das relações de gênero e da problemática do reconhecimento do papel da mulher em situação de vulnerabilidade social frente à exclusão de políticas e programas que não

consideram suas demandas”.

Por fim, a autora destaca a urgência do reconhecimento de modos de vida culturalmente diferenciados – aquilo que seria o alicerce da construção de novas relações sociais, nas quais homens e mulheres possam autodefinir-se e questionar as categorias de classificação impostas por terceiros.

Bianca Ferreira brinda-nos, assim, com uma obra que alimentará o debate tanto acadêmico quanto político. O livro é, portanto, uma contribuição sensível, competente e original sobre as mulheres extrativistas em suas comunidades tradicionais no Norte do Brasil na contemporaneidade.

Prof.^a Dr.^a Dalva Maria da Mota

Pesquisadora da EMBRAPA Amazônia Oriental

Docente do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

AGRADECIMENTOS

Sou grata a muitas pessoas, lugares e memórias que de diferentes formas contribuíram para a realização deste trabalho, correndo o risco de algum eventual esquecimento, agradeço:

A Dalva, minha estimada orientadora, por sua paciência, dedicação, ensinamentos, compromisso e amizade, o que tornou este trabalho possível e que me mostrou a importância da disciplina e confiança nesta caminhada acadêmica, agradecida!

Ao CNPQ pela concessão da bolsa.

Ao MAFDS/UFPA, especialmente aos professores que muito admiro: Noemi Porro; Gutemberg Guerra; William Assis; Sônia Magalhães; Delma Pessanha; Heriberth Shimitz; Aquiles Simões; Laura Angélica; Graça Pires; foi um prazer conhece-los.

As mulheres extrativistas, que me mostraram a importância de seus trabalhos e de suas lutas.

A grande e amada família de sangue a qual pertencço e que sempre apoiou e entendeu minhas andanças pela Amazônia Brasileira e ausências do seio familiar, especialmente a; a minha mãe – Alice; minhas irmãs – Aline e Manoela; meu irmão – Pedro; ao meu vô – Pedro Inô, minha Vó – Dona Maria (*in memorian*); meus sobrinhos – João Inô e Bento Inô; minhas tias – Côca, Graça, Beta, Carmem, Vila, Lindalva, Cola e Odete, pelo carinho desde o berço. Aos queridos e inúmeros tios, primos e primas também sou grata e peço que entendam os motivos por não citar um a um, pois a lista seria enorme.

Aos meus sogros: Sandra e Antônio, pela verdadeira disposição em me ajudar nesta caminhada.

Ao meu grande amor, Márcio Alexandre, serei eternamente grata por compartilhar comigo momentos de paz, tranquilidade, cumplicidade, paciência, força, diálogo, alegria e ser meu porto seguro, mesmo quando tudo parecia um caos, te amo!

A grande e amada família escolhida, minhas queridas e sempre amigas: Andréia Bavaresco, Elisangela Souza; Alzira Neves; Juliana Noleto; Tatiana Bittar; Olga Maria; Ana Cláudia; Sara Gaia; Marilu Milanez; Isabel Castro; Nara Fagundes; Luciana Bonfim; Waldiléia Amaral; Luiza Antunes; Thiara Fernandes; Margarette Rocha; Rita Teixeira; Raquel Lange; Raquel Carvalho; Ellen Amaral; Lucy Legan, Laila Helena, Barbara Shelton e Mila Shelton; Janete Carvalho.

Aos amigos e amigas da turma de mestrado, em especial aos Serimbrabos: Gabriel Resque; Priscila Malanski; Paula Vanessa; Jairo Bastos; Rosenira Siqueira; Joenes; Josilene Mendes; Lucilei Martins; Amintas Silva; Moyses Dias; Maricélia, Ellen – Moara; foi muito bom conhece-los e dividir várias angustias e certezas durante nossa convivência, que seja eterno enquanto dure!

Agradeço aos povos indígenas Arara e Juruna, por nesta reta final da pesquisa me deslocar para outro universo, o qual me encheu de força para finalizá-la, entre outras coisas.

Por fim, às mulheres extrativistas de mangaba da Ilha do Marajó, agradeço imensamente por dar vida a este trabalho, por me receber em suas casas, por compartilhar suas vidas comigo e, sobretudo por me ensinar que ser feliz é uma questão de boa vontade, grata, grata!

INTRODUÇÃO

O papel que as mulheres desenvolvem no extrativismo vegetal não é uma novidade em si e pode ser datado desde a pré-história até os dias atuais. Todavia, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que tratam desta temática, lançando luzes sobre as suas atuações como detentoras de conhecimentos e técnicas para uso e conservação da biodiversidade e seus efeitos para a reprodução dos modos de vidas de diversos grupos no espaço rural.

Os estudos que tratam das sociedades de caçadores-coletores ressaltam a importância da atividade de coleta de frutos, ervas, etc. atribuída às mulheres, como significativa contribuição para o grupo doméstico, variando de 45% a 60%, na composição da renda ou dieta alimentar (FORLINE, 1995; LEOPOLDI, 2004).

Outras análises sobre povos e comunidades rurais na Amazônia brasileira evidenciam que os modos de vida e o desenvolvimento local destes, muitas das vezes, estão estreitamente relacionados com a prática extrativista, importante fonte de renda aliada ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental (EMPERAIRE & LESCURE, 2000). Também ressaltam que as mulheres extrativistas, para além da contribuição de seus trabalhos na renda familiar, detêm o saber-fazer que (re) significam a cultura local por meio da culinária, das festas, da socialização do trabalho e da conservação dos recursos naturais (SIMONIAN, 2001).

Foi somente a partir dos anos 1980 que o debate sobre a atividade extrativista na Amazônia brasileira passou a fazer parte do debate internacional tornando-se visível, para a sociedade geral, e foco da atenção mundial. Este fato está relacionado com a luta dos seringueiros no Estado do Acre, desembocando no assassinato da liderança Chico Mendes, juntamente com diversas outras mobilizações políticas que além dos seringueiros agrupam: castanheiros; quebradeiras de coco babaçu; ribeirinhos; quilombolas e povos indígenas que mobilizados vivenciam um processo social e identitário (ALMEIDA, 2008).

Neste contexto, se amplia o uso da noção “povos e comunidades tradicionais”, associada ao contraste, de por um lado, áreas de grandes riquezas biológicas e naturais e por outro, a sobreposição com a situação socioeconômica dos habitantes destas áreas (ALMEIDA, 2000). Esta noção também guarda um caráter que realça os diferentes grupos ou povos, facilitando o diálogo, o reconhecimento e a negociação destes com terceiros.

Apesar deste “novo olhar” para os grupos rurais da Amazônia, enquanto sujeitos de direitos e responsáveis pela manutenção e conservação da biodiversidade, observa-se

que tanto no campo acadêmico como das políticas públicas, pouca atenção tem sido dada ao papel desenvolvido pelas mulheres extrativistas. Se por um lado, Castro (2001) constata que:

o debate ambiental desenrolado em fins do século XX associou, por diversas vertentes o papel das mulheres aos processos de desenvolvimento e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. Suas práticas têm sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna, da flora, de seus cursos d'água, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural do grupo (CASTRO, 2001, p. 15-16).

Por outro lado, os trabalhos acadêmicos sobre as marisqueiras (FADIGAS et al., 2008), as quebradeiras de coco babaçu¹ (REGÔ & ANDRADE, 2006; FIGUEIREDO, 2005), as mulheres que promovem as “quebras” e “tiras” licuri² (OLIVEIRA, 2009), as mulheres seringueiras (SIMONIAN, 2001) e sobre as catadoras de mangaba³ (MOTA et. al, 2008) continuam por evidenciar traços desta condição de (in) visibilidade relacionada tanto, ao extrativismo (aspectos econômicos, estatísticos, etc.) como às mulheres, sujeitos da ação e de direitos, as quais em diferentes situações (no âmbito doméstico e público) não têm o seu trabalho reconhecido.

O Projeto Nova Cartografia social da Amazônia, por meio de seus fascículos, apresenta inúmeras situações de (in) visibilidade social vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais, e permito-me citar a fala de uma mulher artesã do Baixo Rio Negro - AM (não identificada no trabalho) sobre esta condição:

as pessoas daqui nos ignoram, não dão valor, tem preconceito. Carregar feixe de arumã⁴ é motivo de crítica para os outros. Nós não ligamos mais, mas muitos se escondem e não assumem que são artesãos. Mas quando viajamos somos muito elogiadas. O artesanato é uma arte, um aprendizado, uma forma de renda, de vida, e também uma forma de passar a arte indígena para outras pessoas (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2006, p. 4).

A partir desta problemática, nos interessa analisar o papel das mulheres extrativistas de mangaba nessa atividade, moradoras da Vila Paca situada no município de Salvaterra,

1. Espécie *Orbignyaphalerata*. Palmae, utilizada para diversos fins, entre eles extração do óleo (cosmético e para consumo humano), casca para a fabricação de carvão, palha para cobertura de casas; mesocarpo para alimentação humana.

2. Espécie *Syagruscoronata*, Palmae, utilizada para diversos fins, entre eles extração do óleo (cosmético); artesanato da palha e da casca da amêndoa.

3. Segundo Vieira Neto et al (2002), a mangabeira, (*Hancornia speciosa* Gomes), frutífera da família das apocináceas, é uma planta arbórea de porte médio, que atinge de 5 a 10 metros de altura. Nativa do Brasil é encontrada vegetando espontaneamente nos Tabuleiros Costeiros e Baixadas Litorâneas do Nordeste, onde é mais abundante, nas áreas de Cerrado da Região Centro-Oeste, e nas Regiões Norte e Sudeste. O principal potencial econômico da planta é seu fruto, denominado “mangaba”, este nome tem origem na língua tupi-guarani e significa “coisa boa de comer”, apesar desta também ser produtora de látex.

4. Espécie *Ischnosiphonpolyphyllus*, Marantaceae, utilizada localmente para fabricação de esteiras e utensílios domésticos/artesanato.

Ilha do Marajó - PA. Nesta porção geográfica encontram-se os “campos de mangaba⁵”, localizados em vegetação de cerrado *sensu stricto*, em meio a floresta amazônica, local onde diversas mulheres retiram o seu sustento e de seus grupos domésticos por meio do vegetal (mangaba, entre outras espécies), da caça, da agricultura, pesca e mariscagem de subsistência.

O tema me despertou interesse após observar durante conversas com diversos atores locais, que o extrativismo da mangaba parecia ocupar um lugar significativo no conjunto das atividades ali realizadas. Apesar de esta atividade ser realizada pelas mulheres, em nenhum momento se fez alusão ao reconhecimento delas na atividade considerando a importância econômica que a atividade parecia ter.

Tendo em conta esta aparente invisibilidade das mulheres no extrativismo da mangaba na região, tenho como objetivo neste livro identificar e caracterizar o extrativismo da mangaba analisando o papel das mulheres nesta atividade, a partir de um estudo de caso em uma localidade chamada Vila Paca.

Considerarei como princípio de análise na minha abordagem, o olhar destas mulheres extrativistas acerca do universo que transitam e sobre as atividades que realizam, destacando o extrativismo da mangaba no conjunto das demais atividades e buscando apreender o modo como vivem, como se relacionam entre si e com os recursos naturais.

Tendo em conta o objetivo do estudo, estruturei o livro em quatro capítulos. Na introdução indico o tema central e as partes que compõem o todo ainda que de forma geral, sobre a temática “mulheres e extrativismo” e apontando os objetivos que me motivaram a realizar a pesquisa. No primeiro capítulo, discorro sobre o processo de construção do objeto de estudo, a literatura que me apoiou para tecer as análises e, por fim os pressupostos metodológicos apresentando o trabalho de campo.

No segundo capítulo, traço um panorama geral sobre a ocupação e caracterização da região foco do estudo, examinando-a a partir de um olhar mais ampliado, pois trago para a discussão as localidades adjacentes a Vila Paca, pertencentes ao *campo da mangaba*. Ressalto as relações dos extrativistas com os recursos naturais, suas formas de acesso e uso destes, mobilizando narrativas sobre o conflito e o sobrenatural, elementos que auxiliam o controle desta área.

No terceiro capítulo, analiso o lugar das mulheres da Vila Paca e do extrativismo da mangaba tomando como referência seus grupos domésticos e o conjunto das atividades que desenvolvem. Para isso, traço um perfil dos grupos domésticos e destas mulheres, destacando as relações de gênero e geração no dia-a-dia.

5. São áreas formadas naturalmente com predominância da espécie *Hancornia speciosa*.

O quarto capítulo é dedicado à descrição das atividades extrativista realizadas pelas mulheres, com ênfase na coleta, na gestão do campo da mangaba, no beneficiamento e na comercialização. Indicações do uso dos recursos advindos da venda são também analisados neste capítulo.

Por fim, as considerações finais.

Neste sentido, espero que este livro contribua para preencher a lacuna existente na literatura acadêmica sobre as mulheres extrativistas, particularmente aquelas que coletam mangaba na região norte do país, fortalecendo o debate e contribuindo para construir novos olhares para a formulação de políticas públicas voltadas para região do Marajó.

Espero ainda chamar a atenção para a importância dos saberes e conhecimentos, das estratégias de sobrevivência, da compreensão de mundo e do modo de ser e agir das mulheres extrativistas, apontando também para outras possibilidades de pesquisa e interpretação deste material.

CAPÍTULO 1

A PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO, REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E O PERCURSO METODOLÓGICO.

Neste livro, tenho como objetivo geral identificar e caracterizar o extrativismo da mangaba analisando o papel das mulheres nessa atividade, a partir do estudo de caso da Vila Paca, situada na Ilha do Marajó - PA.

Sendo assim, descrevo neste capítulo os caminhos tomados para atingir o objetivo deste trabalho, apresentando os marcos conceituais e metodológicos que fundamentou a pesquisa em suas diferentes fases.

CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Busquei neste livro descrever como é realizada esta atividade (coleta, armazenamento, beneficiamento e comercialização da mangaba) bem como, investigar qual o papel das mulheres extrativistas na mesma, além da importância que o grupo doméstico e os atores locais atribuem a estas, quando a referência é o extrativismo da mangaba. Por fim, para efeito deste estudo, compreender qual o papel do extrativismo da mangaba no conjunto das atividades do grupo doméstico e no universo da mulher.

Sendo assim, os objetivos específicos são: a) Identificar de que forma ocorre a gestão, o manejo e uso das mangabeiras na ilha do Marajó; b) Descrever como ocorre a participação das mulheres da Vila Paca nas diferentes etapas produtivas (extrativista) da mangaba (coleta, armazenamento, beneficiamento e comercialização); c) Investigar o papel das mulheres extrativistas nas atividades cotidianas e compreender o lugar do extrativismo da mangaba no conjunto das atividades do grupo doméstico; d) Identificar a importância atribuída à atividade extrativista pelos membros dos grupos domésticos e pelos demais atores;

Defino a questão da pesquisa como sendo o papel que as mulheres extrativistas de mangaba, desenvolvem em seus grupos domésticos, bem como a importância do extrativismo da mangaba no conjunto das demais atividades. Pois parto das seguintes hipóteses:

- a) Existe uma organização para a gestão e manejo dos recursos, os quais são efetuados por meio do extrativismo;
- b) As mulheres têm uma contribuição efetiva no manejo das mangabeiras;
- c) Na visão de membros do grupo doméstico e/ou de outros atores locais, é atribuída importância para as atividades extrativistas das mulheres.

De forma geral meu interesse nesta temática está relacionado, entre outros fatores, a percepção de que o debate acadêmico sobre as mulheres no espaço rural tem dado maior ênfase aos aspectos relacionados às mulheres agricultoras quando comparado às extrativistas. Como consequência, podemos observar a desproporcionalidade de análises e informações entre estes dois campos temáticos. Esta desproporcionalidade tende a se acentuar quando observamos que boa parte dos estudos sobre as mulheres agricultoras foram realizados nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste do Brasil. Na primeira, podemos citar os trabalhos de Paulilo (2000), sobre movimentos sociais de mulheres e relações de gênero na agricultura, os de Brumer (2004), com ênfase no debate sobre as mulheres e herança da terra e os de Siliprandi (2009; 2006; 2000) ao tecer análises sobre agroecologia, segurança alimentar e mulheres, e mais recentemente enfatizando o ecofeminismo.

No Nordeste, análises como as de Heredia (1979), chamam atenção para as oposições (masculino-feminino, casa-roçado e trabalho-ajuda), assinalando os diferentes lugares físicos e as posições hierárquicas de poder presentes nas relações de gênero. Melo (2004a, 2004b; 2002) e Fischer (1998; 1996; 1988) trabalham a interface entre mulheres agricultoras nordestinas e as políticas públicas. Scott et al. (2010) abordam o tema da violência vivenciado pelas mulheres rurais. Por fim, no Sudeste, citamos os trabalhos de Ferrante (1998), sobre as relações de gênero em áreas de assentamento e Silva (2008) e Silva, Melo e Appolinário (2010) com estudos sobre a migração de mulheres agricultoras para a periferia de São Paulo.

Sobre as extrativistas, a produção acadêmica, apesar de tímida, predomina na região Norte, e mais recentemente na região Nordeste. Nestas regiões, os estudos têm enfatizado o processo de luta das quebradeiras de coco babaçu em prol da afirmação de uma identidade coletiva, da conservação do meio ambiente e dos modos de vida, bem como da criação de instrumentos legais para garantir os direitos territoriais e consequentemente a reprodução social destas populações (ALMEIDA, 2006 ; ANDRADE, 2009; FIGUEIREDO, 2005; VEIGA et. al, 2009). Na região Norte, os trabalhos de Simonian (2001) e de Wolff (1999) tratam das mulheres castanheiras e seringueiras, analisando como elas têm contribuído com suas atividades para existência de uma cultura de base extrativista, tanto na esfera reprodutiva como produtiva. Os trabalhos de Maneschy & Almeida (2001, 2002), ao tratarem das mulheres que praticam extrativismo animal enfatizam a dificuldade destas em serem reconhecidas na

atividade produtiva, enfrentando grandes desafios na divisão sexual do trabalho.

No Nordeste, os estudos destacam o extrativismo de mangaba e as “quebras” e “tiras” de licuri. Estes trabalhos, de modo geral, analisam os desafios e as oportunidades da ação coletiva e da organização social em torno de uma identidade coletiva e dos processos de territorialização. No caso das catadoras de mangaba as análises mostram como a atividade tem promovido à conservação dos recursos naturais contraposta à vulnerabilidade destas populações, frente aos processos de expropriação dos recursos pela atividade turística e imobiliária (MOTA et al., 2003, 2004, 2005, 2008; SCHMITZ et al., 2008, 2010; SILVA JÚNIOR, 2003). No caso do extrativismo do licuri a ênfase dada diz respeito a relação de sociabilidade promovida pela atividade, por meio dos laços de solidariedade, compadrio e ajuda mútua (OLIVEIRA, 2009).

O fato das mulheres agricultoras serem priorizadas no debate acadêmico, quando comparadas às extrativistas, pode estar condicionado à diversidade de posições quanto ao futuro do extrativismo. Para uns, fadado ao desaparecimento (HOMMA, 1993). Para outros, possibilidade de conservação (KAGEYAMA, 1991) e ainda há aqueles que o consideram essencial para a sobrevivência de diversos grupos em diferentes ecossistemas (ALMEIDA, 2006, 2008; MOTA et al., 2008). Ademais, a mobilização das mulheres agricultoras, por meio de movimentos sociais nacionais, como por exemplo, o MMC - Movimento das mulheres Camponesas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR; a Marcha das Margaridas; entre outros, terminou por estimular a produção científica tanto para, compreensão dos fenômenos como para subsidiar políticas públicas.

Em se tratando das mulheres extrativistas esta visibilidade política começa a ganhar força em movimentos “especializados” como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, que reúne mulheres de quatro estados (PA, PI, TO, MA), o qual tem como missão “organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defender as palmeiras de babaçu, o meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas regiões de extrativismo de babaçu⁶”. E mais recentemente o Movimento das Catadoras de Mangaba - MCM.

Considerando as particularidades do debate para os diferentes campos, constato de modo geral que as mulheres estão associadas mais predominantemente ao espaço privado do que ao público e a uma posição de “ajuda” ao trabalho do grupo doméstico, mesmo quando trabalham tanto ou mais que os homens. Este fator termina por desencadear uma

6. Trecho retirado de uma apresentação de *power point* disponível em: <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:pq_M5xrk9h4J:www.mdic.gov.br/conferencia-apl/modulos/arquivos/NaziraPereiradaSilva.pdf+miqcb&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjAKd0bp9UM3e4nTto5qeTJ307N_u-n3SkrXJBIVWtSn4DyWNsErcVwu-f8qkmri_bPbhVzhVsE4LhaXC7CuKc2D5-oNxAUc4VgAmQhrtmDCabSY29-v6nqzpXODDTROfAxINnD-&sig=AHIEtbQTmdsoE2aVciOl9iT4hV-2I4exag&pli=1> acesso em 11 de março de 2011.

“certa subordinação” da esfera da reprodução à produção.

Na região Norte do país, as estatísticas não favorecem a obtenção de dados sobre as mulheres extrativistas e sobre a atividade em si, pois muitas vezes são contraditórios, confusos e sem contextualização. Como exemplo, os dados do Sistema Automático de Recuperação (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), referentes ao ano de 2006, a mangaba está na 22^a posição do ranking brasileiro, entre os 40 produtos extrativos colhidos e comercializados, contribuindo com 0,12% da produção extrativista brasileira, dos quais a região norte é responsável por 0,02%, e o Estado do Pará responsável por 50% deste percentual. Contraditoriamente, nesta base de dados não constam informações anuais relativas aos volumes e valores da produção de mangaba, nem para a região norte e nem para o Estado do Pará nos últimos cinco anos⁷. Os dados sobre o número de estabelecimentos que trabalham com extrativismo da mangaba também estão subestimados para região Norte.

Se por um lado, a falta de dados esconde a atividade por outro, invisibiliza os atores que lidam diretamente com o extrativismo. Entendo que esta invisibilidade ocorre pelo fato dos atores não serem reconhecidos por suas atividades e nem pela importância da circulação de um produto, que simultaneamente subsidia a reprodução social e a conservação ambiental. Assim, existe uma lacuna tanto nos dados quantitativos quanto nas análises relacionadas ao papel da mulher na atividade extrativista de mangaba no Norte do país.

Meu interesse em desenvolver esta pesquisa na Vila Paca está relacionado à alguns fatores específicos: *i*) o fato de desejar trabalhar sobre mulheres extrativistas, tendo em vista que durante minha experiência profissional assessorei alguns grupos, movimentos sociais e redes de mulheres na Amazônia. Assim, pude observar a carência de reflexões teóricas sobre as atividades produtivas e reprodutivas desenvolvidas pelas mulheres extrativistas; *ii*) a possibilidade de investigar, de modo geral, a relação mulher – natureza, sendo o extrativismo uma pista bastante interessante para tecer esta análise; *iii*) o encontro com as mulheres extrativistas de mangaba na localidade. Esse encontro foi determinante para delimitar a unidade de análise deste estudo, visto que apesar da aparente importância da atividade extrativista de mangaba na vida destas mulheres e de seus grupos domésticos há uma lacuna de informações e estudos acerca desta e dos sujeitos da ação. Este fator me levou a inúmeros questionamentos, que na medida do possível, trato neste estudo; *iv*) por fim, conhecer o trabalho que vem sendo feito pela equipe de estudos sobre as mulheres catadoras de mangaba no Nordeste do Brasil, me possibilitou amadurecer o tema de pesquisa e me apaixonar pelo trabalho.

7. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/extveg/default.asp?t=3&z=t&o=18&u1=2&u2=1&u3=2>;
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/extveg/default.asp?t=3&z=t&o=18&u1=2&u2=1&u3=15>

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Extrativismo: considerações gerais

A partir da década de 70, o extrativismo de produtos florestais não madeireiros (PFNM) passa a ser entendido e debatido como uma alternativa de impacto reduzido ao meio natural, pois até então parecia destinado a desaparecer, sob a perspectiva que esta era uma atividade de redes comerciais arcaicas e que não conseguiria concorrer com produtos sintéticos ou oriundos de plantações (EMPERAIRE & LESCURE, 2000).

Contrariando a ideia de atividade em extinção o extrativismo vegetal atualmente se apresenta como um tema importante, que tem surgido nos debates sobre desenvolvimento na Amazônia associado às Reservas Extrativistas (ANDERSON, 1994). Ainda de acordo com Anderson (1994), este movimento ganhou força após a morte de Chico Mendes em dezembro de 1988, momento que estas reservas extrativistas passam a ser consideradas um novo paradigma de desenvolvimento para a região amazônica, recebendo apoio de diversas esferas.

Nesta seara, tanto o extrativismo como as reservas extrativistas continuam sendo temas controvertidos, pois de um lado encontram-se os críticos, que afirmam ser a atividade extrativa inviável, do outro lado encontram-se os defensores do extrativismo que o consideram como uma interessante alternativa para garantia dos modos de vida de diversos povos e comunidades aliados a conservação da biodiversidade. Na opinião de Anderson (1994) “este debate polarizado tem obstruído uma análise objetiva do potencial real do extrativismo vegetal como uma opção de desenvolvimento” (ANDERSON, 1994, p. 228).

Neste sentido, Anderson (1994) procurou sintetizar o estado atual de conhecimento sobre o extrativismo, e as reservas extrativistas, mostrando a complexidade desses temas e ao mesmo tempo, esclarecendo seu papel atual e potencial no desenvolvimento da Amazônia. Tomamos para fins desta livro algumas observações do autor que se relacionam diretamente com o nosso objeto de análise. A primeira observação é de que os aspectos econômicos representam o argumento mais forte dos críticos contra a adoção do extrativismo como um paradigma de desenvolvimento para Amazônia, em decorrência do “modelo evolucionista, defendido por Homma⁸”.

8. Alfredo Kingo Oyama Homma

Schwartzman (1994) resume o modelo evolucionista do extrativismo mostrando suas três etapas: expansão; estagnação e declínio. Sendo a última etapa consequência de um ou mais, dos seguintes fatores: 1º. Oferta inelástica dos produtos florestais; 2º. Níveis de coleta que extrapolam taxas de regeneração natural; 3º. Domesticação do produto florestal; e 4º. Substituição do produto florestal por similar industrial (HOMMA, 1992 apud SCHWARTZMAN, 1994).

Este modelo é questionado sob o argumento de que tal quadro descreve a trajetória de produtos florestais em grandes escalas, como a borracha e o cacau, porém dados sobre a evolução de alguns produtos revelam que nem todos seguem na forma prevista, as etapas do modelo (SCHWARTZMAN, 1994). Outros autores apresentam que o fatalismo da atividade deve-se a uma análise essencialmente histórica, sem levar em conta as recentes mudanças sociais que poderiam melhorar a eficiência das economias baseadas em produtos florestais não madeireiros, como o início da organização social e política dos praticantes de extrativismo (ANDERSON, 1994).

Para além da dicotomia sobre o extrativismo, há autores como Shanley, Pierce e Laird (2005), que relacionam o extrativismo com a prática de uso dos recursos biológicos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações. Tais recursos incluem: plantas medicinais e comestíveis; frutas; castanhas; resinas; látex; óleos essenciais; fibras; forragens; fungos; fauna e madeira para fabricação de artesanatos. Corroborando com este entendimento, Pinton e Aubertin, (2000) consideram que:

[...] em acepção ampla, o extrativismo dificilmente pode ser visto como uma prática geradora de desenvolvimento em si na medida em que, atualmente, não é uma atividade praticada de maneira exclusiva. Insere-se com grande variabilidade, em múltiplos sistemas de produção em que agricultura, caça e pesca estão também presentes (p. 151).

A discussão sobre o extrativismo, como já apresentada, é bastante complexa e pode ser enfocada a partir de diversas perspectivas: i) dos mercados; ii) da sustentabilidade ecológica; iii) da falta de dados oficiais sobre a atividade; iv) da elasticidade da atividade, ora sendo para a família a fonte de renda principal, ora sendo a fonte de renda secundária; e até mesmo como v) pano de fundo para assuntos fundiários e identitários na Amazônia brasileira. Cabe neste livro apresentar alguns argumentos de autores que tem refletido sobre o extrativismo nestes diversos campos.

Segundo Filho (2000), atualmente em toda a Amazônia cerca de trezentas mil famílias declaram praticar o extrativismo como principal atividade, tirando daí o essencial de seus rendimentos e que, apesar de minguados os mercados para produtos extrativistas permitiram que os coletores diversificassem as espécies exploradas e desta forma as fontes de recursos. Ao tratar do extrativismo sobre a perspectiva do mercado, Schwartzman (1994) faz uma réplica ao modelo evolucionista, quando reflete que o acesso de produtos extrativistas aos mercados passa necessariamente pelo entendimento de que:

[...] o modelo evolucionista do comportamento econômico do extrativismo que prevalece entre muitos pesquisadores, não necessariamente captura todas as tendências dos mercados para produtos específicos extrativistas (p. 247).

Com isso, o autor afirma que mudanças sociais podem resultar em mudanças significativas no mercado, apresentando o açaí como um exemplo. Ainda de acordo Schwartzman (1994), “o declínio do extrativismo na escala macro é real. Porém nem a floresta nem seus habitantes tradicionais subsistem somente na escala macro” (p.256).

Shanley, Pierce e Laird (2005) chamam atenção para o fato de que a atividade extrativista sempre fez parte de mercados nacionais e internacionais, sendo uma prática centenária, que estimulou viagens de exploração em busca de especiarias, plantas medicinais, fragrâncias e resinas, sustentando rotas comerciais em todo o mundo. Não obstante, Serra et al. (2007) afirmam que nos centros urbanos da Amazônia, o mercado da maior parte destes produtos é invisível e, apesar dos dados estatísticos oficiais não mostrarem, é significativo do ponto de vista da geração de renda e tem estimulado “algumas técnicas de manejo desenvolvidas localmente por pequenos produtores” (SERRA et al., 2007)⁹. Apesar das opiniões continuarem divergentes sobre esta prática, o fato é que nos últimos anos o extrativismo tem crescido e movimentado a economia local e mundial, contrariando a ideia de extinção (HOMMA, 1993).

Ainda no âmbito do modelo proposto por Homma (2008), o qual sugere que se um produto extrativo tiver competitividade no mercado, aumentando o seu preço, a técnica de extração será substituída pela técnica de domesticação ou por técnicas sintéticas levando à falência a atividade extrativa. Almeida (1994) argumenta que este modelo não fez uma análise no curto, médio e longo prazo, e que no curto prazo estratégias de marketing e gerenciamento podem tornar eficientes as economias extrativas.

9. A pesquisa do CIFOR apud Serra, 2007 mostrou que nas 28 feiras da cidade de Belém no ano de 2004, movimentaram um volume de 717 mil frutos de bacuri, 343 mil frutos de uxi, 516 mil frutos de piquiá.

No que tange a sustentabilidade ecológica da atividade, os argumentos postos dizem respeito à carência de dados oficiais sobre manejo, uso e comercialização, tendo em vista que a atividade humana pode intervir negativamente na conservação ambiental e na preservação da biodiversidade e que, os canais de comercialização não são equitativos, prejudicando os coletores e beneficiando os intermediários (GUERRA, 2008; SANTOS & GUERRA, 2010).

Homma (2008) ao tratar da atividade a caracteriza pela oferta fixa determinada pela natureza, na qual a extração pode ser entendida por uma oferta potencial de determinado recurso natural como se fosse um bem livre. Neste contexto, o autor explica, conforme texto abaixo, as formas pelas quais os recursos extrativos na Amazônia têm sido explorados:

[...] no caso de coleta, a integridade da planta matriz geradora do recurso é mantida intacta. Como exemplo, pode ser mencionado o extrativismo da seringueira (*Hevea brasiliensis* M. Arg.) e da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* HBK). Desde que a taxa de recuperação cubra a taxa de degradação, essa forma de extrativismo asseguraria uma extração *ad infinitum*. Outro tipo de extração é o de aniquilamento, em que há destruição da planta-matriz objeto de interesse econômico. A extração madeireira, a do pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) e do palmito de açaizeiro (*Euterpe oleracea*), constitui exemplos dessa categoria. (HOMMA, 2008, p. 27).

Em contraposição aos argumentos de Homma (2008), Emperaire e Lescure (2000) discutem que a renovação do recurso é garantida pelos mecanismos de regeneração da população e não do indivíduo. Na atual discussão sobre as possibilidades de valorização da Floresta Amazônica o extrativismo sempre foi objeto de opiniões extremas, o que o coloca de um lado como modo de exploração arcaico, baseado no esgotamento de recursos naturais. De outro lado é visto como um componente de um desenvolvimento equilibrado da Amazônia. Seja qual for o lado, Emperaire e Lescure (2000) observam que raramente são consideradas as características bioecológicas das espécies exploradas e, a variedade dos seus modos de exploração pouco é levada em conta. Estes autores enfatizam a importância deste debate, pois são estas as características que indicam operacionalmente se a exploração de cada espécie é predatória ou não, evitando que o debate permaneça apenas no nível econômico, político e conservacionista (EMPERAIRE e LESCURE, 2000). Os autores afirmam que:

[...] no atual contexto do extrativismo amazônico e apesar de algumas variações, esta frequência[exploração] é constante para cada espécie explorada, pois é resultante de dados biológicos (tempo de reposição do recurso) e econômicos (intensidade de extração), e constata-se que raros são os casos de superexploração dos recursos e que, muito frequentemente os limites de extração, compatíveis com uma regeneração do recurso, são respeitados. O

conhecimento destes limites revela-se essencial para o manejo dos ecossistemas florestais (EMPERAIRE e LESCURE, 2000. p. 140).

É importante mencionar que foi no bojo deste debate que se popularizou a idéia (pós-morte de Chico Mendes) de que a conservação ambiental – biodiversidade – era um subproduto gratuito das atividades extrativistas, que por sua vez eram alternativas de geração de renda para diferentes povos e comunidades amazônicas (ALMEIDA, 1994). Esta ideia de que os extrativistas são defensores da conservação e são os manejadores por excelência da floresta, carece de uma atenção redobrada principalmente, para não correr o risco de generalização, pois há de se considerar as inúmeras possibilidades de exploração dos recursos e as diferentes situações em que se encontram os recursos e os povos extrativistas.

Pinton e Aubertin (2000) chamam atenção para o fato de que:

[...] o futuro do extrativismo na Amazônia, de modo geral acarreta duas discussões diferentes, embora convergentes. A prática do extrativismo não se refere sistematicamente a uma reivindicação fundiária, ainda que traga embutido o problema da posse da terra, que condiciona o acesso ao recurso. Tampouco se refere a uma apropriação coletiva de um território e a novas formas sociais de produção, ainda que evidencie a necessidade de disposições legais de acesso aos recursos e de uma garantia fundiária para as populações desfavorecidas (PINTON E AUBERTIN 2000, p. 158).

Allegretti (2009) atribui, em parte, esta falta de entendimento da atividade a falta de atenção à realidade socioeconômica do extrativismo na Amazônia, uma vez que este durante muitos anos não fez parte das estatísticas oficiais. A autora lamenta a falta de informações precisas quanto: i) ao número de pessoas que vivem dessa atividade; ii) quantos estão em unidades de conservação ou em projetos especiais de assentamento e quantos estão em áreas não regularizadas; iii) quais os principais produtos explorados e qual o nível de renda; iv) qual a área total ocupada; v) quais as organizações que os representam, entre outras informações. Em parte, as questões levantadas por Allegretti (2009) começam a ser respondidas com os dados apresentados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE). Ainda sobre esta discussão, a reflexão de Pinton e Aubertin (2000) reforça a necessidade de maior atenção aos dados do extrativismo:

[...] coletados, em geral, para consumo próprio ou para satisfazer a demanda dos pequenos mercados locais, a ausência desses produtos nas estatísticas econômicas nacionais e internacionais mascara sua importância (PINTON e AUBERTIN, 2000. p. 158).

Outra contribuição neste debate é a noção do neoextrativismo (REGO, 1999), que considera a atividade extrativa não só como simples coleta de recursos (seja esta depredatória ou não), mas admite o uso de técnicas como cultivo, criação e beneficiamento, levando em conta – especificamente na região Amazônica – a cultura dos povos e comunidades locais, o uso dos recursos naturais inseridos em seus modos de vida e na cultura extrativista (KAGEYAMA, 1991). Por fim, esta noção também se contrapõe a ideia do extrativismo como prática de povos primitivos e/ou atrasados, e que está fadado ao desaparecimento.

As mulheres extrativistas de mangaba

De acordo com Castro (2001), nas últimas décadas tem aumentado o interesse acadêmico em compreender os modos de vida de grupos sociais que mantêm suas tradições fincadas sobre uma economia agroextrativista. No bojo deste debate ressalta-se a contribuição das mulheres para manutenção da atividade extrativista aliada, quase sempre, à conservação da biodiversidade e com fins a reprodução social de seus grupos domésticos.

Ainda de acordo com a autora, a percepção sociológica e antropológica sobre grupos de mulheres na Amazônia, em particular camponesas, indígenas, coletoras, pescadoras, artesãs:

[...] tem trazido à tona, por outra via de interpretação as particularidades de seus modos de vida, de sua inserção econômica e organização política, bem como a sua participação no debate sobre a concepção da terra e de uso e gestão de seus recursos (CASTRO, 2001, p. 16).

Neste contexto de discussões teóricas sobre extrativismo e mulheres, uma equipe multidisciplinar de pesquisadores realiza desde 2003, estudos sobre uso e conservação das mangabeiras no Nordeste, e mais recentemente, no Norte do país (SCHMITZ et al., 2010). Tais estudos revelam que a maior parte da produção de mangaba, seja para consumo ou comercialização, é obtida por meio do extrativismo e que há maior predominância de mulheres nesta atividade, quando comparada aos homens (MOTA et al., 2008b).

As análises sobre a divisão social do trabalho no grupo doméstico apontam uma maior responsabilidade das mulheres no extrativismo da mangaba, conciliando desta forma o cuidado com a casa, com os filhos e com as outras atividades que realizam. Os homens geralmente dedicam-se de forma mais intensa a agricultura e/ou a pesca, atividades estas

que demandam trabalho durante todo o ano. Segundo Mota et. al (2008b, p. 159), “os códigos de conduta indicam que produção e reprodução estão associadas, respectivamente, a homens e mulheres, com valores diferenciados e com repercussões de gênero”. Todavia, os autores apontam que “aos homens, caberia prover o sustento da família e às mulheres, complementá-lo, mesmo que, muitas vezes, elas aportem tanto quanto ou até mais do que eles (MOTA et al., 2008b, p. 159)”.

É neste sentido, que os estudos sobre o extrativismo da mangaba revelam uma ruptura nos padrões culturais tradicionais, nos quais competia aos homens a comercialização, entre outras coisas, pois tanto a coleta dos frutos, como a comercialização nesta atividade são atribuições das mulheres (SANTOS & MOTA, 2010). Aliás, a literatura registra que no extrativismo da mangaba os homens, muitas vezes, ajudam as mulheres “O homem passa a representar seu papel na cultura da mangaba como o de ajudante da mulher” (SANTOS & MOTA, 2010, p. 6).

O extrativismo da mangaba é realizado nas regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste do país, sendo que o Estado de Sergipe é “líder nacional na produção e no consumo dessa fruta, oriunda do extrativismo praticado por aproximadamente 2.500 mulheres (MOTA, SCHMITZ e SILVA JÚNIOR, 2011, p. 124)”. Estas mulheres, catadoras de mangaba, do Estado de Sergipe, se auto definem como:

[...] mulheres, extrativistas, lutadoras, defensoras de uma das maiores culturas sergipana e brasileira – a cultura da mangaba. Uma fruta nativa do litoral do nordeste e dos cerrados do Brasil que está presente nas áreas nativas nas quais populações tradicionais praticam o extrativismo há séculos (www.catadorasdemangaba.com.br)

Estas informações nos ajudam a compreender os motivos pelo qual o extrativismo da mangaba no Estado do Sergipe tem o maior registro na literatura. Estes estudos também revelam que nas últimas décadas a pressão de atores externos sob os recursos se agravou, dificultando o acesso às áreas de mangaba - “espaços de trabalho e vida” de inúmeras famílias (MOTA et al., 2010).

[...] em que pesem as diferentes iniciativas, as áreas naturais estão sendo dizimadas e as catadoras de mangaba se veem diariamente sob a ameaça de perder a fonte que assegura 60% dos seus rendimentos anuais. Com isso, está em perigo de extinção um modo de vida e a biodiversidade existente na restinga e nos tabuleiros costeiros, conservada até os dias atuais graças às práticas dessas catadoras (MOTA et al., 2007, p.14).

De acordo com Mota e Pereira (2008), as ameaças as áreas de ocorrência natural de mangabeiras relacionam-se aos seguintes fatores: a) abertura de estradas asfaltadas e pontes; b) atividades turísticas e ligadas ao lazer, c) expansão da urbanização, agricultura e, mais recentemente, a carcinicultura. “Tais novidades valorizam as terras em território, antes assegurado como espaço de vida e trabalho e, atualmente, ameaçado de ser perdido (MOTA & PEREIRA, 2008, p.72)”.

É importante ressaltar que secularmente mulheres negras e pobres praticam o extrativismo da mangaba no Norte e no Nordeste brasileiro, em terras devolutas ou de terceiros concomitantemente ao desenvolvimento de outras atividades (SCHMITZ, MOTA, CARDOSO, 2010). Este é o caso das mulheres extrativistas de mangaba da Vila Paca – Ilha do Marajó (PA), que não são proprietárias das terras onde se localizam as mangabeiras, semelhante a situação das catadoras de mangaba de Sergipe. Tal situação conota uma das formas de gestão mais comum deste recurso, e que também tem ocasionados diversos conflitos, conforme se verifica:

[...] no geral, estão divididas entre uma grande maioria que não tem terra legalmente, mas que tem acesso a mesma para a prática do extrativismo e uma ínfima minoria que tem terra e explora a agricultura como atividade central. Esta divisão implica em uma diferente concepção quanto a importância das áreas naturais de mangabeira, pouco importante para os proprietários e muito importante para os que não possuem terra, chegando a ser um dos principais componentes de sua renda (MOTA, SILVA JUNIOR, SCHMITZ, 2005. p. 3).

Diante dessa situação observa-se que de um lado encontram-se os processos de expropriação, com diversas origens e do outro lado, o apoio de profissionais de instituições públicas como a EMBRAPA, UFS, INCRA, e movimentos sociais como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, às extrativistas de mangaba. É neste contexto que ocorreu em 2007, no Estado do Sergipe, o I Encontro das catadoras de mangaba (MOTA et al., 2007). Na sequência, as mulheres extrativistas oficializaram a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba – MCM, que conforme Porro, Mota e Schmitz (2010) “têm na questão de gênero e no uso comum dos recursos as marcas de sua identidade política (p.112)”. De acordo com os autores:

[...] os movimentos sociais compostos e liderados por mulheres extrativistas emergiram também na busca desse reconhecimento associado ao direito

à diferença, quer seja na forma de gestão do recurso natural, quer seja no modo de viver as relações sociais de gênero (PORRO, MOTA, SCHMITZ, 2010, p. 112).

Segundo Schmitz, Mota e Cardoso (2010) a partir da auto identificação - catadoras de mangaba - e da organização política, por meio do MCM, as catadoras de mangaba, ganharam a cena e passaram a constituir alvo de preocupação, tanto pela sua importância para à conservação *in situ*, como pela situação de vulnerabilidade social que vivenciam.

As extrativistas de mangaba, independente de onde vivem apresentam algumas características comuns que as particularizam no universo das mulheres extrativistas no Norte e no Nordeste do Brasil (MOTA, et al., 2010). Estas características são: i) todas utilizam o mesmo tipo de instrumentos de trabalho (gancho e balde); ii) partilham regras comuns do trabalho, que dizem respeito a boas práticas para conservação da espécie (não quebrar galhos; retirar “leite” com parcimônia; respeitar o direito de coleta de quem chega primeiro) (MOTA, et al., 2010).

Outro aspecto de destaque comum é que o extrativismo da mangaba guarda importância socioeconômica e ambiental, garantindo a reprodução social, os modos de vida e a conservação dos recursos naturais (MOTA, SILVA JÚNIOR e SCHMITZ, 2005).

É importante ressaltar que em grande parte das áreas estudadas no Estado de Sergipe, os relatos dos extrativistas evidenciam uma diminuição das áreas de ocorrência das mangabeiras, em contraposição observam um aumento na densidade das plantas (MOTA; SCHMITZ e SILVA JUNIOR, 2008). Isto demonstra que um maior grau de exploração do meio faz com que estratégias de multiplicação das plantas estejam sendo buscadas localmente. Este processo de transformação, no que tange o acesso as mangabeiras, é marcado por inúmeras disputas e conflitos, conforme já tratado, os quais têm colocado as extrativistas, em situação de vulnerabilidade particularmente as mulheres, como destacado:

[...] no conjunto das transformações, as mulheres extrativistas foram um dos grupos mais afetados pela diminuição da oferta dos recursos naturais (plantas, moluscos, crustáceos) por serem, muitas vezes, responsáveis pela família e, assim, terem entre as suas atribuições o papel de “conciliar” as tarefas domésticas e extra-casa, impeditivos para obtenção de postos de trabalho (pelas discriminações de gênero) e para a migração (MOTA; SCHMITZ; SILVA JUNIOR, 2009. p. 4).

Santos (2005), na primeira dissertação escrita no Brasil sobre o tema, analisou o papel das mulheres na conservação dos remanescentes de mangabeira, no Estado de Sergipe, nesse contexto de crescente pressão que ameaça o acesso aos recursos de uso comum. A autora constatou que as catadoras de mangaba visualizam essas áreas como um patrimônio que precisa ser preservado para as gerações futuras; que a conservação dos remanescentes existentes é consequência direta do trabalho dessas mulheres que, ao longo dos anos, têm contribuído para a reprodução das plantas através de mudas artesanais. Não obstante, a autora enfatiza que:

[...] as pressões exógenas associada à falta de organização desses grupos e a inexistência de políticas públicas específicas para o grupo extrativista os tornam mais vulneráveis ao risco de perda de acesso aos remanescentes num momento em que a discussão sobre o uso desordenado dos recursos e o aquecimento global permeia os diferentes espaços da sociedade (p. 120).

Cumprir contextualizar, que o estudo de Santos (2005), é anterior a criação do MCM, momento em que as catadoras de mangaba não tinham uma pauta de demandas políticas organizadas. Não obstante, trabalhos mais recentes sobre estes grupos apontam que se por um lado, as catadoras de mangaba ganham visibilidade pública (sites, redes virtuais, organização política), por outro ainda enfrentam problemas quanto ao acesso as áreas de mangabeiras e construção de políticas públicas específicas (PORRO, MOTA e SCHMITZ, 2010).

Fernandes (2011), também inaugura a primeira dissertação sobre mulheres extrativistas de mangaba, desta vez na região Norte do país. A autora estuda as mulheres extrativistas de mangaba no município de Maracanã, nordeste Paraense. Analisa em sua pesquisa a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba em regime de produção familiar, através do estudo de suas atividades no cotidiano do trabalho extrativista e do uso dos recursos daí advindos.

Em sua dissertação Fernandes (2011) conclui que: i) a valorização da mangaba nos mercados e a permanência das mulheres no extrativismo têm possibilitado maior participação das mesmas na constituição do patrimônio e da renda familiar, ii) a participação efetiva não apenas no processo produtivo, mas também na comercialização representa um rompimento dos padrões tradicionais, e uma possibilidade de autonomia para as mulheres extrativistas, iii) os conflitos se dão no sentido de estabelecer regras de uso e acesso aos recursos comuns; iv) na atividade de apanhar a mangaba a principal variável de maior ou menor autonomia da mulher no trabalho é o ciclo de reprodução e os arranjos familiares; v)

que o extrativismo da mangaba é considerado importante tanto para a mulher que executa como para os demais membros da família; vi) a renda advinda do extrativismo da mangaba representa para a família o excedente econômico durante o ano.

Ambos os trabalhos, em epígrafe, ressaltam a importância do extrativismo da mangaba, tanto no que concerne a conservação da biodiversidade como a continuidade dos modos de vida de inúmeras famílias, tratando da importância de reconhecimento destes grupos pelos gestores públicos.

Sendo assim, corroboro com Santos & Mota (2010), ao expressarem que apesar dos recentes esforços, o trabalho das mulheres extrativistas de mangaba permanece pouco conhecido. Afirmam as autoras:

[...] a falta de organização desses grupos gera a invisibilidade dos mesmos e dificulta a ação na busca de políticas públicas que garantam seus meios de vida. Provavelmente esse seja um grande fator favorável a privatização das áreas (SANTOS & MOTA, 2010, p. 10).

PERCURSO METODOLÓGICO

Diante de meus objetivos, utilizei nesta pesquisa a abordagem qualitativa, em função do caráter predominantemente descritivo das respostas às perguntas, corroborando com o entendimento de Chizzotti (2003):

[...] o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos de seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221)

Neste sentido, a adoção de tal abordagem e sua flexibilidade, proporcionou expandir as questões de pesquisa e consequentemente encontrar novos atores, que no processo de diálogo e conversas foram fundamentais para configurar as análises. Parto e permaneço em um estudo de caso. A opção de trabalhar a partir de um estudo de caso, se justifica pelo fato

deste ser um estudo em profundidade de uma unidade de análise, ou de uma situação específica. Os resultados, desta modalidade de estudo, não pretendem ser generalizantes, mas explicativos em profundidade de situações particulares (ANDRÉ, 2000 *apud* MOTA, 2005).

De acordo com Becker (1994) o estudo de caso tem um propósito duplo:

[...] por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo de estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais (BECKER, 1994, p.118).

Entendo que a tarefa de realizar um estudo de caso é bastante desafiadora, visto que exige da pesquisadora uma grande capacidade de observação, além de parcimônia quanto a generalização dos resultados, soma-se a isso uma boa preparação para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos.

Desta maneira, trabalhei profundamente uma situação específica buscando diferentes atores e agentes em diferentes povoados, para constituir o mosaico que é o campo da mangaba¹⁰ nesta região, e a partir daí compreender o modo de vida e o papel que as mulheres extrativistas de mangaba desenvolvem ali.

De modo geral, a metodologia está composta por três fases, não lineares, quais sejam: i) revisão de literatura e estatísticas; ii) coleta de dados em campo junto as mulheres extrativistas e outros atores que apresentarei mais adiante; e iii) a fase de tratamento e análise dos dados coletados, que consistiu no exercício de decodificar o material, articulando assim a empiria e a teoria.

Um dos princípios que norteou esta pesquisa foi está atenta aos atos cognitivos como *olhar, o ouvir e o escrever*, para trabalhar a apreensão de fenômenos sociais conforme propões Oliveira, (1998).

É a partir do olhar e do ouvir disciplinado que constituímos a percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, e o ato de escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar (OLIVEIRA, 1998, p.31).

10. Localmente a denominação “campo” faz referência às áreas que possuem uma altitude elevada, solos mais arenosos, livres de inundações, área com pouco declive e ocorrências de espécies arbóreas típicas do ecossistema cerrado, como por exemplo, as mangabeiras.

Os instrumentais utilizados no trabalho de campo baseiam-se em observações do cotidiano destes lugares e pessoas, bem como em entrevistas realizadas face a face. De acordo com Kidder (1987) a entrevista é uma técnica de pesquisa que permite o entrevistado e o entrevistador ficar face a face, fator este que oportuniza um cuidado maior na comunicação das questões; permite ambos se observarem e assim criar um ambiente de segurança e descontração; sanar dúvidas; e permite o entrevistador observar tanto o entrevistado como a situação total na qual a resposta ocorre.

A maioria das pessoas está disposta e é capaz de cooperar num estudo onde tudo que elas têm que fazer é falar. As pessoas normalmente apreciam falar com pessoas que são amigáveis e que estejam interessadas naquilo que pensam (KIDDER, 1987, p. 19).

A escolha da entrevista não-diretiva, nesta pesquisa, ocorreu pelo fato desta técnica, no momento de aplicação, permitir ao entrevistado a possibilidade discorrer livremente sobre determinado assunto, expondo desta forma seus sentimentos, valores, ponto de vista, percepção e conhecimento. Cabendo ao entrevistador encorajar o entrevistado a falar sobre determinados assuntos sem fazer julgamentos de valores (KIDDER, 1987).

Optei por gravar as entrevistas, mediante autorização dos entrevistados, e em apenas um caso houve restrição, este se tratou do *marreteiro*¹¹, de toda forma conseguimos estabelecer um diálogo e as informações obtidas foram anotadas posteriormente em meu caderno de campo. É importante ressaltar que as entrevistas foram gravadas na residência das entrevistadas, contudo, há narrativas que compõe este livro que foram frutos de conversas informais, sem auxílio de roteiros. Outras aconteceram durante caminhadas nas áreas de coleta e nas localidades visitadas, para as quais as questões que me interessavam estavam bastante vivas em minha memória, de modo que fui apreendendo informações destas conversas espontâneas, que se desenrolavam entre os membros de um mesmo grupo doméstico ou entre vizinhos e parentes. Nestas ocasiões, procurei me inserir nas conversas também de forma espontânea.

Cumpre ressaltar que na fase de campo dessa pesquisa fiquei hospedada nas casas das extrativistas e isto possibilitou uma imersão dessa pesquisadora no universo vivenciado pelas mulheres extrativistas, permitindo-me observar tanto o dia a dia destas mulheres, bem como dos outros membros do grupo doméstico, nas tarefas reprodutivas e produtivas.

11. Denominação local para a pessoa, geralmente homens, que realizam o trabalho de comprar e revender frutos nativos.

Trabalho de campo

Tive a oportunidade, durante minha primeira inserção em campo (17 dias¹²), de me aproximar das mulheres que realizam o extrativismo da mangaba e com isso conhecer os diferentes povoados que compõem o campo da mangaba. Confesso que várias questões, em um primeiro momento, me assustaram, a começar pela diversidade de situações socioeconômicas das extrativistas e pela quantidade de mulheres que realizam a atividade em diferentes contextos espaciais (localidades) e sociais (formas de acesso e uso dos recursos naturais). Também, foi possível interagir com outros atores locais por meio de conversas formais e informais, observações em espaços públicos e privados, e convivência diária.

A minha primeira estada ocorreu no inverno, período em que já finalizou a safra da mangaba na região, o que me permitiu presenciar o dia a dia das mulheres extrativistas de mangaba, na entre safra da mangaba. Recordo-me que foi bastante interessante esta fase, pois sempre que eu chegava para conversar com as mulheres me apresentava e falava dos objetivos da pesquisa e a primeira coisa que escutava era *“a senhora veio na época errada, coitada nem vai ver mangaba nesta época aqui não, o tempo dela [fruta] já passou”*. Pacientemente, eu retomava a conversa e dizia que estava ciente que não era a época das frutas, mas que me interessava conhecer as pessoas que realizam esta atividade explicando que voltaria novamente na safra. Este era o momento em que as possibilidades de diálogo e de assumir compromissos se estreitavam, principalmente os de minha parte em devolver as fotografias dos membros das famílias os quais entrevistei.

Em um primeiro momento, me instalei numa pousada na vila de Joanes e os três primeiros dias foram bastante complicados, pois eu não conseguia estabelecer um canal de comunicação com as extrativistas de mangaba. Fui à escola, fui ao comércio na beira da praia, além de procurar os representantes dos órgãos municipais de meio ambiente, patrimônio e agricultura. Nesta empreita obtive informações escassas sobre a atividade e os atores envolvidos no extrativismo da mangaba. Quase que desanimada e sem rumo, resolvi trilhar os caminhos das mangabeiras, que ficam na saída da vila de Joanes, em direção à Salvaterra. Este foi meu primeiro encontro com o *campo da mangaba*.

No decorrer desta caminhada pude observar que havia muitas árvores da espécie, porém, não avistava as casas e nem pessoas nestes locais, fato este que me chamou bastante atenção. No caminho de volta destes quase quatro quilômetros, entrei na Associação de artesãos de Joanes, uma construção nova localizada na pista de acesso ao povoado. Neste

12. Entre os dias 30 de abril de 2011 à 17 de maio de 2011, na Vila de Joanes, no Povoado Água Boa, no Ramal de Água Boa e na Vila Paca, ilha do Marajó – PA.

espaço se reúnem mulheres e poucos homens, de diferentes gerações, para bordar, trabalhar com sementes, costurar e socializar experiências de vida e trabalho. Fui recebida como turista e tentavam me vender e apresentar os artesanatos, até que em um determinado momento consegui explicar o que me motivou estar em Joanes. Este foi um divisor de águas para a pesquisa, pois ali se encontravam mulheres que também trabalham no extrativismo de mangaba ou mesmo mulheres que se relacionam com a atividade, seja por meio de suas mães, vizinhas, amiga ou parenta. Neste espaço consegui um novo lar, a casa de uma senhora viúva artesã e extrativista que me convidou e me acolheu com muito carinho e apreço, a quem sou eternamente grata.

Depois que me instalei nesta casa, me aproximei de uma “nova” Joanes, comecei a frequentar espaços que só com uma pessoa do local é possível entrar sem tanto estranhamento. Fui ao baile da terceira idade, passei manhãs de muito calor e conversas descontraídas no posto de arrecadação da taxa de água, fui à missa (evento que não é frequente), fui à festas de aniversários em povoados vizinhos, conheci igarapés escondidos na mata, escutei os mitos e histórias de encantamentos locais e encontrei a Vila Paca.

Nesta altura do campeonato já me encontrava no oitavo dia de campo, me dei conta de que o tempo passava de forma diferente, do que habitualmente estava acostumada, quando saí de casa para realizar uma entrevista, e no caminhar de uma ponta a outra do povoado eu parava em uma ou outra porta de casa ou de comércio para cumprimentar as pessoas e “atualizá-los” sobre o andamento da pesquisa, isto porque era de certa forma *provocada* a fazer.

Ao mesmo tempo em que me sentia cada vez mais inserida localmente, também pude perceber e escutar o quão era estranho meu trabalho e quiçá minha presença ali. Por duas vezes se reportaram a mim como *gringa*, e isso para mim foi um choque, porque estou longe de ser “branquinha” de cabelos lisos e olhos claros (meu imaginário de *gringa*), busquei explicação para isso ao fato da associação de que geralmente pesquisadores na Amazônia são estrangeiros, unindo a isso a máquina fotográfica e o chapéu que carregava sempre comigo durante as andanças. Wolff (1995) durante sua pesquisa relata uma situação parecida com esta, o estranhamento de sua pessoa, e atribuí isso a uma possível “distância” de sua fala frente a população local, tratando-se, segundo a autora, de uma outra temporalidade. Nesta minha primeira inserção pude delimitar e escolher a localidade para realizar a pesquisa empírica, tendo como critério de seleção a importância do extrativismo da mangaba para as mulheres extrativistas e para os outros membros da família. Foi neste momento que me dei conta que precisava focar em uma única localidade, tendo em vista o tempo disponibilizado para realização da pesquisa e para me aprofundar nas questões a que este livro se propõe, caso contrário corria o risco de me perder no *campo da mangaba*, que nesta região corresponde pelo menos a cinco localidades em diferentes contextos espaciais e sociais.

Como produto desta estada, realizei sete entrevistas não diretivas com mulheres extrativistas de mangaba das diferentes localidades; duas entrevistas com mulheres idosas que cresceram junto com a região, considerando que uma delas tem 97 anos; uma com um marreteiro, além de conversas informais e observações com pescadores, comerciantes locais, crianças e jovens que organizam o grupo de carimbó¹³.

A escolha das três primeiras entrevistadas foi aleatória, e ocorreu em três diferentes localidades (Vila de Joanes, Ramal de Água Boa e Água Boa), intencionalmente, pois naquele momento pretendia definir em qual localidade desenvolveria o trabalho. Não senti segurança em aprofundar essa pesquisa nestas localidades, quais sejam: Vila de Joanes e de Água Boa, pelo fato de me deparar com aproximadamente 600 e 300 domicílios, respectivamente, e não saber ao certo por onde começar, com quem falar e que critério de escolha deveria utilizar em um universo tão grande, que a princípio não era o que estava me propondo.

As outras entrevistas foram realizadas a partir de sugestões dos diferentes atores, tanto daqueles que entrevistei inicialmente, como outras pessoas que gentilmente me informava quem realizava o extrativismo da mangaba e para quem vendiam a mangaba (marreteiros).

Após conhecer as cinco localidades (do campo da mangaba) optei por, na próxima inserção, acompanhar a safra da mangaba junto às extrativistas da Vila Paca, uma vez que nesta localidade o extrativismo da mangaba se apresenta como uma importante alternativa de renda para as famílias. Outros fatores contribuíram nos critérios de seleção, para realizar o estudo de caso ali, sendo eles o fato das mulheres terem laços de parentesco, não ter área própria para realizar o extrativismo de mangaba, sendo necessário coletar na área de outras pessoas, serem negras, viverem em uma vila pequena (seis domicílios) estrategicamente localizada, na beira da estrada asfaltada entre o Povoado Água Boa e a Vila de Joanes, de frente à um grande campo de mangaba.

A minha segunda inserção em campo ocorreu no mês de janeiro de 2012, fim do verão e da safra de mangaba. Esta estada foi de 12 dias e fiquei hospedada na Vila Paca, na casa de uma senhora extrativista de mangaba. Neste período acompanhei os eventos de coleta, beneficiamento e comercialização da mangaba, conheci uma parte do *campo da mangaba* acompanhando as mulheres na atividade de coleta da mangaba, apliquei um roteiro de entrevista (anexo I) que elaborei para esta atividade, realizei uma reunião com as mulheres extrativistas da localidade com fins de mapear o campo da mangaba e confrontar algumas informações e tive a oportunidade de fazer observações diretas sobre a rotina destas mulhe-

13. Dança típica do Estado do Pará

res, uma vez que permaneci junto a elas em tempo integral. Esta etapa foi maravilhosa, por vários motivos, entre eles, porque consegui captar no *olhar e no ouvir* (OLIVEIRA, 1998) informações que despertavam meu interesse e curiosidade em confrontá-las com a literatura que estava estudando e, outras me instigaram a buscar novas literaturas. Segundo, porque o chegar foi mais fácil, uma vez que já me esperavam e que eu também já sabia para onde ir e o que fazer ali. Terceiro, porque este é um período de fartura nesta região, tanto de frutos como de peixes e mariscos, o que faz o povo ficar mais alegre.

O intervalo entre o primeiro e o segundo trabalho de campo foi de nove meses, período de uma gestação, e que possibilitou o embrião desta pesquisa amadurecer, fazendo com que os objetivos iniciais (qualificação) e os instrumentais de coleta fossem aprimorados.

Por fim, de posse dos dados empíricos e, apoiada na literatura selecionada trilhamos o que estou chamando de percurso metodológico e apresento nas páginas que se seguem, as análises que realizamos sobre as mulheres extrativistas de mangaba da Vila Paca.

Localização geográfica da área de estudo

A Vila Paca onde desenvolvi a pesquisa empírica localiza-se no distrito de Joanes, pertencente ao município de Salvaterra, situado na macrorregião da ilha do Marajó - Pará. De acordo com o IBGE, a ilha do Marajó divide-se em duas microrregiões, ecologicamente distinta: a do furo de Breves, localizada na parte ocidental, e a dos campos de Marajó, localizada na parte oriental. Diegues (2002) apresenta em seus estudos a caracterização da ilha do Marajó, a partir das formações ecológicas, quais sejam:

[...] à leste a ilha é formada predominantemente por formações ribeirinhas do tipo aluvial campestre e manguezal e pequenas manchas de florestas abertas secundária latifoliada nas proximidades de Soure e Salvaterra. Na porção oeste predomina a floresta ombrófila densa do tipo planície aluvial. Ao norte e sudeste aparecem as manchas de cerrado (DIEGUES, 2002, p.168).

São nestas, citadas manchas de cerrado localizadas na parte oriental da ilha que se encontram as mangabeiras e segundo Diegues (2002), este cerrado “apresenta-se reduzido a pequenas manchas em áreas raramente atingidas pelas inundações, recebendo a denominação de campos altos ou tesos”.

A Vila Paca é uma localidade recente, quando comparada às outras, tem aproximadamente 30 anos de fundação e conta com rede de energia, capela católica e é formada por seis domicílios. A figura 1 mostra a configuração espacial da Ilha do Marajó e do município de Salvaterra, bem como a localização aproximada da Vila Paca.

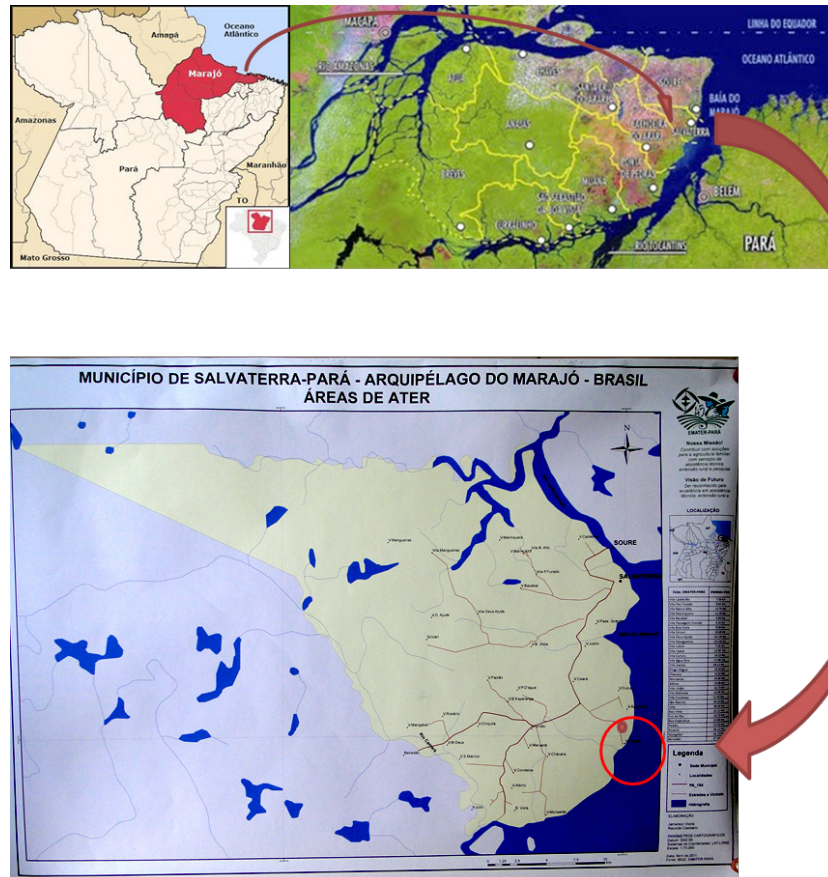


Figura 1 - - Localização da Ilha do Marajó, município de Salvaterra e Vila Paca.

Fonte: Mapa do Pará: <<http://www.ufpa.br/permacultura/rebiomar.htm>> Imagem da Ilha do Marajó:<<http://academiaveropeso.blogspot.com.br/2011/03/delta-estuario-do-maior-rio-da-terra.html>>Mapa do Município de Salvaterra, cedido gentilmente pela equipe de funcionários da EMATER/Salaterra para que pudesse ser fotografado. Montagem: Bianca Lima

CAPÍTULO 2

O CAMPO DA MANGABA E A VILA PACA: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo identificamos e caracterizamos o local onde é realizado o extrativismo da mangaba pelos moradores da Vila Paca e conhecido localmente como “campo da mangaba”, bem como o processo de ocupação desta região. Para tanto, tomamos por referência as cinco localidades que usufruem dos recursos naturais naquele no campo.

Partimos do pressuposto que as mangabeiras são um bem comum e que os grupos que usufruem do “campo da mangaba” desenvolveram diferentes formas de manejo, gestão e conservação deste recurso. Sendo assim, os tópicos que compõem esta narrativa são elementos que nos ajudaram a compreender algumas questões relacionadas ao extrativismo da mangaba na região.

Abrimos o capítulo tratando do município de Salvaterra, administrativamente responsável por reger politicamente as relações que tangenciam o campo da mangaba e, onde estão localizadas as comunidades e os povos extrativistas de mangaba. Desta forma, apresentamos os aspectos biofísicos, históricos e sociais mostrando como estas características ora, são favoráveis à atividade e ora, invisibilizam a mesma. No segundo tópico tratamos de uma caracterização geral sobre a Vila Paca e o “campo da mangaba”, com ênfase na relação de outras localidades, além da Vila Paca, com o campo da mangaba. Para fechar o presente capítulo, no terceiro tópico tratamos das formas de acesso, uso e conservação dos recursos naturais pelos moradores das localidades inseridas no campo da mangaba, ressaltando as semelhanças e diferenças entre estas. Também compõem este tópico, narrativas dos extrativistas locais, sobre conflitos e crenças que envolvem o campo da mangaba e os recursos ali disponíveis.

O MUNICÍPIO DE SALVATERRA

O município de Salvaterra, localizado no Estado do Pará pertence à mesorregião da Ilha do Marajó e à microrregião do Arari. Limita-se ao Norte com o município de Soure, a leste com a baía do Marajó, ao sul com baía do Marajó e município de Cachoeira do Arari e

a oeste com o município de Cachoeira do Arari. Possui uma área de 1.039 km² e, em 2009 a população estimada do município era de 20.184 habitantes, dos quais 49% eram mulheres, com densidade demográfica de 19,42 hab./Km². A maior parte da população concentra-se em áreas urbanas, sendo 37% em áreas rurais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

Predomina nesse município a vegetação campestre, com campos herbáceos, gramíneos e savanas tipo parque. Nas terras firmes, onde primitivamente havia a Floresta Densa dos baixos platôs, o desmatamento favorece o aparecimento das capoeiras ou Florestas Secundárias em diferentes estágios de regeneração, intercaladas com cultivos agrícolas alimentares e de abacaxi, muito expressivo no Município. Nas áreas sob influência de inundação predominam os manguezais, com espécies típicas dessa Formação Pioneira (PARÁ, 2011).

O clima, como o de grande parte da Amazônia, é segundo a classificação de Köppen do tipo tropical chuvoso Am. A temperatura média anual, quase nunca é superior a 27 graus centígrados e a pluviosidade fica em torno de 2.800 a 3.400 mm, com a umidade relativa em torno de 85%. A chuva é concentrada em um período de 5 a 6 meses, de janeiro a junho. O verão por outro lado é seco, com somente algumas chuvas localizadas que caem de agosto a dezembro (GRUPO EXECUTIVO INTERMINISTERIAL, 2006).

Segundo dados apresentados no Relatório de Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 35,9% da população encontram-se abaixo da linha da indigência, ou seja, possui rendimento per capita inferior a 1/4 do salário mínimo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Ainda de acordo com este relatório há um alto percentual (34%) de mães adolescentes, com idade inferior a 20 anos (PORTAL ODM, s/d).

A situação fundiária do município apresenta questões complexas esperando resolução. Os estabelecimentos de até quatro (4) módulos fiscais¹⁴ (96,3%) ocupam menos de 27% da área total cadastrada, enquanto os acima de 15 módulos fiscais (3,7%) respondem por 73% da área. (GRUPO EXECUTIVO INTERMINISTERIAL, 2006).

De acordo com o atual Diretor de Patrimônio Municipal de Salvaterra, Sr. L., o município possui aproximadamente 52 localidades rurais. Deste total, 12 localidades estão com um pedido em tramitação no Grupo Regional de Patrimônio da União – GRPU, para titu-

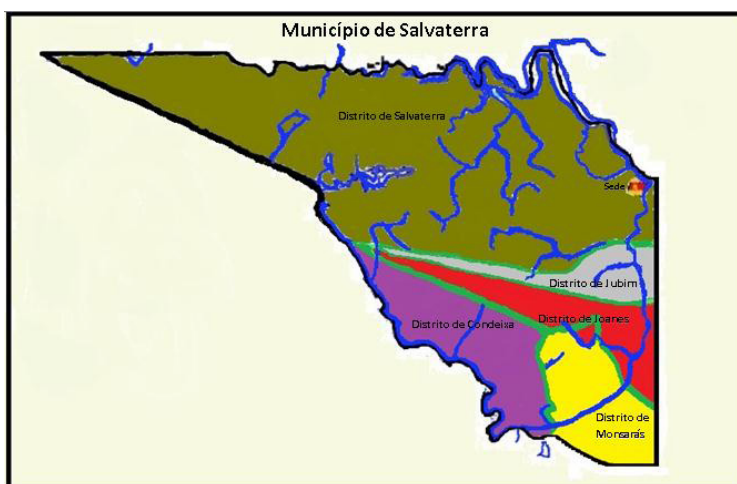
14. O módulo fiscal é uma unidade de medida fixada diferentemente para cada município de acordo com a Lei nº 6.746/79, que leva em conta o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. Em Salvaterra (PA) o módulo fiscal corresponde a 65 hectares (fonte: http://www.sema.pa.gov.br/download/modulos_fiscais.pdf acessado em 09/03/12).

lação do território quilombola, que perfaz uma superfície calculada em 33.714 ha. Cumpre ressaltar que os modos de vida destas populações estão sob ameaça, tanto pela falta de terra, como de acesso aos meios de produção, fato ocasionado pela apropriação destas áreas (tradicionalmente ocupadas) por grandes proprietários e projetos agropecuários (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2006).

Segundo informações do IBGE durante muitos anos a economia de Salvaterra concentrava-se em três produtos: o gado, a pesca e o coco-da-bahia. Atualmente, predomina a cultura do abacaxi, e o município passou a incluir essa produção como uma das principais fontes da economia local, contando com 443 hectares, plantadas com uma produtividade equivalente a 30.000 frutos/h, já tendo sido considerado o principal exportador do Estado do Pará. Em segundo lugar, vem a cultura da mandioca. O milho, o arroz e o feijão também são cultivados, com frequência, mas apenas para subsistência. Apesar do extrativismo vegetal ter um espaço importante na economia de muitas famílias do município, não há menção destes dados nessas fontes consultadas.

O município de Salvaterra foi colonizado por volta do século XVIII, pelos frades je-suítas que instalaram a princípio na vila de Monsarás, a sede do município na época. Entre os povos que habitavam esta região, predominava os índios Sacaca descendente dos Aruans, grupo linguístico indígena dos mais importantes no Brasil, que deixaram uma herança de grandes obras de arte em cerâmica (IBGE, s/d). Elevado à categoria de município com a denominação de Salvaterra, pela lei estadual nº. 2460, de 29-12-1961, desmembrado de Soure, sua divisão territorial datada de 31-12-1963, é constituído por cinco distritos: Salvaterra, Condeixa, Joanes, Jubim e Monsarás, e tal configuração administrativa permanece até os dias atuais, conforme apresentado na figura 2. O foco desta pesquisa é no distrito de Joanes, onde se localiza a Vila Paca e o campo da mangaba.

Figura 2 - Município de Salvaterra e sua divisão administrativa.



Fonte: Mapa do IBGE/GEOCÓDIGO. **Montagem:** Bianca Lima

A VILA PACA E O CAMPO DA MANGABA

A Vila Paca está localizada no distrito de Joanes, município de Salvaterra e, juntamente com outras quatro localidades, está inserida no *Campo da Mangaba*. Esta dista aproximadamente 12 km da sede do município de Salvaterra, na margem leste da PA - 154.

De formação recente, quando comparada às outras, tem aproximadamente 30 anos e foi fundada pela família Amador. Hoje, a partir do desmembramento desta família nuclear, formaram-se seis grupos domésticos os quais configuram a localidade.

A chefia domiciliar dos grupos domésticos, desta localidade, é composta por pessoas que são parentes entre si, nascidos ali mesmo na região. Os residentes mais idosos foram para a localidade ainda jovens, juntamente com os pais. Segundo informam, tiveram poucas oportunidades e condições de estudo. A maioria dos moradores é negra e as principais atividades econômicas são: o extrativismo de frutas nativas, a roça para subsistência e a prestação de serviço. Corroborando com a descrição de Schmitz, Mota e Silva Júnior (2008), para as extrativistas de mangaba do Estado de Sergipe, estas são em sua maioria mulheres de baixa escolaridade, entre 20 e 70 anos de idade, mães de família e que têm diferentes relações com os recursos naturais.

A posse da terra nesta localidade ocorre por meio do usucapião, sendo que os moradores não possuem documentos comprobatórios. Segundo depoimento das filhas do fundador da Vila Paca, a família saiu de outra localidade no mesmo município - chamada Campina - para tentar melhores condições de vida nesta área, que foi doada ao pai, conforme depoimentos:

A nossa vinda de lá da Campina, onde eu já te falei, para cá foi meu pai. Eu não sei te explicar bem direitinho porque eu já não convivia com eles, mas pelo que eles me contaram foi assim, meu pai trabalhava muito lá e às vezes nada conseguia, como tinha estas casas aí da SAGRI¹⁵, que não tinha ninguém tava abandonado né? Meu pai se dava muito com o prefeito de Salvaterra, daí foi lá e conversou com ele, aí o prefeito pegou e deu uma casa desta daí e papai veio simhora morar praquí, papai veio simhora com a família. Vieram de lá morar praí, meu pai falou com o Sr. Aluiso um homem de Joanes e tirou um terreno aqui, aí ó... Todinho... E fez uma casinha para ele, como a minha de barro e de palha. Depois que a casa aprontou eles vieram morar aqui. Depois que meu marido morreu foi que eu vim, meu sobrinho que me deu um pedaço deste terreno para eu fazer minha casa (A. A. R., 62 anos, extrativista de mangaba e moradora da Vila Paca).

15. SAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado do Pará

Quando eu vim para cá mesmo eu tava com 51 anos, porque de lá da Campina eu fui embora para Belém, trabalhar em casa de família, porque meus pais são pobres e não tinham como dá meu luxuzinho, né? Eu desde a idade de 12 anos já trabalhei em casa de família. Meu pai e minha mãe ficaram. Depois que foram minhas irmãs. Já depois... Agora, que meu marido faleceu foi que eu vim embora para cá. Aí que eu vim trabalhar com a polpa da mangaba, e aqui estou, trabalhando com a polpa da mangaba, quer dizer voltando a trabalhar com a mangaba (A. A. R., 62 anos).

Os motivos da saída desta família da Campina para onde está fundada a Vila Paca, de certa forma podem ser esclarecidos pelos argumentos apresentados por Marin (2009) em sua pesquisa sobre as comunidades quilombolas, apontando que “a abertura e pavimentação da Estrada PA-154 provocaram essa avalanche de indivíduos interessados nos terrenos (p.221)”.

Caldeirão e Vila União-Campina foram profundamente modificadas com a construção da estrada, mas pode ser uma interpretação apressada pensar que essa intervenção nega o território quilombola e que estaríamos diante o avanço do modo de vida urbano. Em ambos os povoados a maioria identificou-se como ocupação “na roça”, apesar de terem comprometidas as condições reais de acesso às terras de cultivo (MARIN, 2009, p.221).

Na Vila Paca, o espaço destinado às casas, as roças e ao terreiro de cada grupo doméstico é de aproximadamente 1.500 metros². As casas são simples, a maioria sem reboco e alinhadas as margens de um *ramal* sem asfalto (ver figura 3), que dá acesso às localidades de Água Boa e de Cururu-Grande. Vale ressaltar que as duas últimas localidades são margeadas pela Baía do Marajó, na costa da Ilha, e em períodos de veraneio são locais bastante apreciados pelos turistas, aquecendo a economia local, inclusive com a oportunidade de trabalhos temporários.

Além do acesso para Água Boa e Cururu-Grande, a Vila Paca localiza-se também na passagem para a Vila de Joanes e para Salvaterra, margeando a PA – 154 que é asfaltada e rota de ônibus de linha, que saem da Vila de Joanes com destino a Salvaterra ou ao Porto da Balsa em Camará e vice-versa.

Conforme já dito, as cinco localidades estão inseridas na área conhecida por campo da mangaba, a qual apresenta vegetação típica de cerrado *sensu strictu* ou savana tipo par-

Figura 3 - Vista da entrada da Vila Paca, partir da PA-154, e estrada de acesso às localidades Água Boa e Cururu-Grande.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Bianca Lima

que, pouca declividade (áreas de planícies) e altitude elevada. “As árvores são mais espaçadas uma das outras, e tem muito capim”, afirma Dona O.C.A., moradora e extrativista de mangaba da região.

Neste mesmo campo coabitam, junto às mangabeiras, outras espécies frutíferas de interesse econômico para população local, como o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), murici (*Byrsonima crassifolia*), bacuri (*Platonia insignis*), além de espécies de uso medicinal, como quaresmeira (*Tibouchina aspera*), lacre-branco (*Vismia cayennensis*), lixeira ou caimbé (*Curtella americana*). Segundo Almeida et al. (1998) as áreas onde predominam as mangabeiras possuem solos arenosos e de baixa fertilidade.

Ainda de acordo com os autores, a mangabeira tem vasta ocorrência no Brasil, podendo ser encontrada em 18 Estados: Alagoas; Amapá; Amazonas; Bahia; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Pernambuco; Piauí; São Paulo; Sergipe; Tocantins e Distrito Federal.

O principal uso econômico da mangabeira na Vila Paca, e nos arredores, é o aproveitamento dos frutos para fazer polpas congeladas. O fruto da mangabeira trata-se de uma baga elipsóide a globosa; verde-amarelada ou rosada; com polpa viscosa e esbranquiçada, bastante frágil e conhecido como mangaba (ALMEIDA et al., 1998; LORENZI, 2000). A palavra mangaba em tupi-guarani significa “coisa boa de comer”. A árvore também produz

um látex, que na região é utilizado apenas para uso medicinal em baixíssima escala, bem como a casca do tronco, que afirmam ter poderes de cura contra a diabete, quando em efusão.

FORMAS DE ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS NO CAMPO DA MANGABA

Nessa região as formas de acesso e uso dos recursos naturais (animais como vegetais) são diversificadas a depender da localização das moradias, o que determina a frequência e a intensidade do aproveitamento dos mesmos. Observei que nas localidades que margeiam a Baía do Marajó há grande concentração de moradores dedicados a pesca, este é o exemplo da Vila de Joanes, de Água Boa e Cururu-Grande, diferentemente da Vila Paca e do Ramal de Água Boa, nos quais os moradores afirmam dedicarem-se mais ao extrativismo de frutas nativas como a mangaba e o bacuri, agricultura e caça.

Em algumas localidades, como a Vila Paca e a Vila de Joanes, as mangabeiras próximas as residências não são suficientes para atender a demanda, o que faz com que os extrativistas destas localidades se desloquem para coletar frutos em outras áreas onde há maior concentração de mangabeiras. Cumpre informar que estas duas localidades margeiam uma grande área devoluta, bastante conservada ambientalmente na qual praticam o extrativismo e a caça.

Já nas outras localidades: Água Boa; Ramal de Água Boa e Cururu-Grande a coleta de mangaba pode ser realizada *in loco*, pois a oferta supre a demanda.

Nos dois casos citados, tanto os das famílias que possuem em suas localidades áreas de coleta, como daquelas famílias que se deslocam para praticar a atividade, o fator jurídico de posse das terras tem um peso significativo. Sendo assim, a situação fundiária da região abarca terras privadas particulares e coletivas e áreas devolutas, todas com predominância das mangabeiras.

Nas áreas coletivas os moradores às vezes possuem títulos de compra e venda, registrados em cartório e, outras vezes, as terras foram obtidas por herança, doação ou usucapião, nestas áreas estão fundadas as localidades de Água Boa, Ramal de Água Boa e Cururu-Grande. Estamos considerando para fins deste estudo, que as áreas privadas são as grandes propriedades – fazendas – que não se identificam como parte das localidades, que as mar-

geiam, pertencentes na maioria dos casos, a um dono e possuindo cercas limitando ou proibindo a entrada e coleta de recursos naturais pelos extrativistas, salve poucas exceções. A área devoluta, limítrofe com a Vila Paca e a Vila de Joanes, é de livre acesso, não possui cerca e está localizada as margens da PA - 154, sentido oeste. O quadro 1 sintetiza as formas de acesso e uso dos recursos naturais do campo da mangaba, atualmente, em cada uma das localidades do distrito de Joanes.

F.A.U.R.N. ¹	LOCALIDADES DO CAMPO DA MANGABA				
	Vila de Joanes	Vila Paca	Ramal de Água Boa	Água Boa	Cururu-Grande
Área devoluta	X	X			
Área particular	X		X		
Área coletiva			X	X	X

Quadro 1 - Formas de acesso e uso do campo da mangaba pelas localidades do Distrito de Joanes.

1. Formas de Acesso e Uso de Recursos Naturais – F.A.U.R.N.

De acordo com os extrativistas a coleta de mangaba nas áreas privadas particulares, quando ocorre é por meio de alguns acertos prévios, negociados com os donos da área ou com os caseiros, que tomam conta da propriedade na ausência dos donos, como também existente em outros Estados do nordeste. Estes acertos são pagamentos pela coleta, que podem ocorrer por meio de dinheiro ou da “meia”, esta última consiste em pagar a coleta com parte da produção obtida, sendo que a quantidade varia caso a caso. O relato a seguir exemplifica um caso de coleta em área privada particular.

Começou assim, toda vez que tinha mangaba D. M., ela mora pro lado de Jubim, vinha aqui pedir para apanhar mangaba, ela apanhava a das árvores e juntava as outras para mim, e um dia ela viu que tinha muita e me propôs de pagar um valor na “*apanha*”, então decidi que ela ficava com estas árvores aí da frente e que só podia apanhar delas. Eu quero que a senhora veja, já teve vez desta mulher saí daqui com mais de três sacas de mangaba, cada uma grande. Não me atrapalha, mesmo porque só sou eu e minha neta que lida com a mangaba, a gente mesmo só vende a polpa, também é só para esta e para mais uma senhora que eu permito isso e, mesmo elas não vem assim toda semana (V.L.N, 67 anos, extrativista de mangaba e moradora do ramal de Água Boa).

Na Vila Paca quando questionei se as mulheres coletavam mangaba em propriedades privadas particulares, estas afirmaram que não mais, por proibição dos donos das fazendas. Segundo os relatos locais este tipo de proibição não é motivo de conflito, pois de acordo com os extrativistas da Vila Paca e da Vila de Joanes o campo, se referindo a área devoluta, é grande o suficiente para coleta dos frutos da mangabeira. Vale ressaltar que diferentemente dos relatos sobre a inexistência de conflitos com donos de terras privadas, os moradores de Joanes, Ramal de Água Boa e os da Vila Paca, recordam com certa satisfação do desfecho do conflito na área devoluta, conforme tratarei a seguir.

Memórias do conflito no campo da mangaba

Neste tópico, não tenho a pretensão de aprofundar a temática dos conflitos sociais, mas somente tratar de uma ação coletiva em torno da conservação e uso do *campo da mangaba*, exemplificando a importância desta área de livre acesso aos recursos naturais para os atores locais. Abordamos a noção de conflito social apoiada em Glasl (1997 apud SCHMITZ, MOTA, SILVA JÚNIOR, 2008), que considera importante:

[...] entender o conflito social como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com um outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro (GLASL, 1997 p. 14-15, apud SCHMITZ, MOTA, SILVA JÚNIOR, 2008. p. 4).

E em Little (2002), quando trata da natureza destes conflitos e nos permite analisar que o que está em jogo é:

[...] o reconhecimento de seus territórios e do modo de vida que construíram ali. Assim, surgem conflitos quando os povos tradicionais reivindicam seus próprios espaços culturais, políticos e territoriais dentro do aparelho único do Estado, principalmente quando confrontam não a legitimidade do Estado como tal, mas o nacionalismo homogeneizador promovido por alguns dos seus setores. Em última instância, o que esses grupos reivindicam são seus direitos – como cidadãos e como povos – sem questionar a legitimidade do Estado brasileiro (LITTLE, 2002, p.20).

Neste contexto, e segundo os moradores, que utilizam os recursos naturais da área devoluta, os conflitos relacionados ao campo da mangaba não são uma constante. Diferentemente de outras regiões, como em Sergipe onde registram-se conflitos entre proprietários, caseiros e catadoras de mangaba (SCHMITZ, MOTA e SILVA JÚNIOR, 2008), o acesso as mangabeiras, de modo geral, é pacífico, mesmo quando estas se encontram em terras alheias àquelas de quem realiza o extrativismo da espécie.

Trataremos de um fato ocorrido na década de 1980, o qual os moradores da Vila Paca, Vila de Joanes e Ramal de Água Boa julgam ter sido o maior conflito existente na região relacionado ao campo da mangaba. Tal conflito se deu por ocasião da entrada de uma empresa chamada de REFLOREX Reflorestadora Limitada na área devoluta, para cultivar a cultura do coqueiro (*Cocos nucifera* L.).

De acordo com os relatos de moradores das diferentes localidades do distrito de Joanes, o episódio ocorreu entre 1980 e 1983. Nesta época, alguns moradores da região foram contratados pela empresa para trabalhar na limpeza da área e no plantio de mudas, porém a grande maioria da população local não sabia qual era a finalidade desta empresa.

Quando foi no dia 8 de dezembro de 1980, nós estávamos fazendo um trabalho de capina no cemitério, o pessoal levou tiborna¹⁶ e a gente tava em mutirão trabalhando lá. Quando foi com pouco um compadre meu apareceu pelo muro do cemitério e começou a chamar “comadre, comadre”, então eu disse o que é compadre? Ele falou: “olha o pessoal dessa REFLOREX tá danado, tão com trator e tudo, derrubando as árvores do campo. Eu disse: - isso não pode acontecer! E convidei o pessoal que tava com a gente. Pois bem, todo mundo que foi do cemitério para o campo, isso devia ser umas 11 horas da manhã, foi do jeito que tava, com ancinho, enxada, terçado. Mas nós não íamos agredir ninguém. Mas quando eles viram a gente assim saíram correndo, o pessoal que tava na manutenção, com o carro com gasolina, óleo, saiu correndo e deixou assim o carro na beira da estrada. Teve um que ficou, ele que tava operando a máquina e que devido o barulho não escutava a gente, então um rapaz acertou um bacuri nas costas dele e ele levantou e disse: *eu não faço nada para mim que eu sou mandado*. Nós mandamos ele ir embora e ele foi, deixou o trator e foi embora. (Dona V.M.C.G., 60 anos, ex-presidente do clube da amizade de Joanes e coordenadora pedagógica da escola de Joanes).

Os moradores relatam que naquele momento a área já estava bastante desmatada, havia muitas árvores de mangaba e bacuri derrubadas, muitas pessoas presentes choravam ao ver aquele cenário de desmatamento, tendo em vista que naquela área inúmeras famílias realizavam o extrativismo de mangaba e bacuri, para consumo e venda; de cipós, para fazer

16. Bebida de macaxeira fermentada que apresenta teor alcoólico, feita artesanalmente.

curral na praia; de madeira para cercas; e de palha para cobertura de casas. Isto ajuda e compreender a preocupação dessas famílias em conservar os recursos presentes naquele campo.

Após o enfrentamento, a população retornou as suas atividades rotineiras, na certeza que tudo havia terminado. Contudo, ao retornar à Salvaterra após a expulsão da área pelos moradores locais, os gerentes da empresa foram à polícia registrar ocorrência do acontecido. Os moradores contam que nos anos anteriores a chegada da empresa REFLOREX, quando ainda se ouvia dizer que ela estava chegando para se instalar na região e que ia gerar emprego, riqueza e outros benefícios foram alertados durante reuniões do Clube da Amizade de Joanes a fazerem procurações de terras e resgatar os documentos das obras públicas de Joanes, porque assim iam se resguardar de possíveis desmatamentos irregulares. Apesar da busca por essas informações ter sido feita, pelos próprios dirigentes do Clube da Amizade de Joanes, nada de concreto foi obtido e é essa a justificativa dos moradores, para o enfrentamento pacífico que ocorreu no dia 8 de dezembro de 1980.

Nós fomos até na Assembleia Legislativa atrás de deputados, porque quando é na época que eles querem votos eles se dizem da região, representante daquela área e tudo mais, mais nenhum nos ajudou. Teve um deputado que disse assim para nós: “**ô sexta feira dos infernos**” porque já devia ter ido tanta gente com tanto problema lá, mas no momento eu respondi ao pé da letra também, porque eu já tinha engolido muita coisa e naquela hora não queria engolir mais esta não (Dona V.M.C.G., 60 anos, ex-presidente do clube da amizade de Joanes e coordenadora pedagógica da escola de Joanes).

Ainda de acordo com relatos locais, a empresa terminou abrindo falência, seu objetivo inicial era derrubar a mata nativa para realizar o plantio de coqueiros, os quais ainda persistem na área, apesar de não produzirem. Depois do *levante* da população contra o desmatamento realizado pela REFLOREX, a questão foi levada à polícia, houve intimações, depoimentos e até mesmo perseguição contra a vida de algumas lideranças na época. Porém, passados três anos a história teve um desfecho “tranquilo”, a empresa se retirou da área e felizmente não houve assassinato de lideranças. Como ônus ficou o passivo ambiental e, os coqueiros, lembrança viva para os moradores.

O recente estudo de Fernandes (2011), também relata conflito semelhante a este no campo da mangaba do município de Maracanã – PA. Ali, a tentativa de plantio de coqueiros em detrimento da vegetação nativa, neste caso por uma empresa chamada GELAR, provocou uma reação organizada de impedimento por parte dos moradores. Ademais, a autora mostra que a cultura não se adaptou as condições edafoclimáticas locais e a empresa também terminou por falir.

Considero que estes fatos relatados possibilitam compreender os pressupostos de Glasl (1997 apud SCHMITZ, MOTA, SILVA JÚNIOR, 2008) e Little (2002), acerca dos conflitos, neste caso tendo na arena, de um lado, os povos denominados tradicionais e a importância de um determinado território para manutenção de seus modos de vida e, de outro, os interesses empresariais, muitas vezes apoiados pelos governantes locais.

Sendo assim, constato que o conflito em ambos os campos da mangaba trouxe para os moradores da região uma unidade social em torno de áreas devolutas, de livre acesso, criando condições – regras informais, que permitem compartilhar, conservar e explorar os recursos naturais.

As análises de Schmitz, Mota e Silva Júnior, (2009) acerca da gestão coletiva de bens comuns, a partir do estudo de caso das catadoras de mangaba de Sergipe, mostram que:

[...] o extrativismo praticado por esse grupo tem como característica central o direito de usufruto do recurso de todos os que residem num dado território ou mesmo em territórios vizinhos. Obedece a regras que são aceitas e seguidas através das práticas sociais instituídas pelos grupos, nas quais o saber tradicional é passado de geração a geração através da oralidade (SCHMITZ, MOTA, 2009, P.279).

Neste sentido, não apenas aquilo que é visível e concreto, como os conflitos, serve para estabelecer regras ou padrões de uso dos recursos naturais nesta região, permito-me extrapolar a análise para os fatos que, de acordo com estes povos, estão além do visível e que funcionam de maneira eficiente no que trata das regras de gestão. Sendo assim, a cultura marajoara conta com tais elementos imateriais, dos quais me refiro como aquilo que não é visível, e corroborando com Beltrão (2011, p.11), “seres como cobras grandes, encantados e santos tanto assuntam os desavisados como auxiliam a manter a ordem social em equilíbrio”, conforme trataremos no tópico a seguir.

Alguns significados e regras pertencentes a noção territorial no campo da mangaba

A Ilha do Marajó, e em especial o distrito de Joanes, abriga histórias de seres “*encantados*” oriundos de uma sociedade indígena, deixando em herança, para os que hoje habi-

tam e estudam a Ilha, os tesos¹⁷ e as cerâmicas marajoaras (SCHAAN, 2002) espalhados em diferentes áreas, constituindo os sítios arqueológicos. Na Vila de Joanes, alguns estudos arqueológicos já foram realizados e com certa frequência ouvi relatos de moradores que fazendo reformas em suas casas e terrenos encontraram os “*cacos*” de cerâmicas marajoaras. Além dos indígenas há forte presença da cultura negra, trazidas pelos africanos no período da escravidão, sobre isso o estudo de Cardoso (2008) realizado no município de Salvaterra, na comunidade quilombola de Bairro Alto, aponta para escassez de dados históricos, verificados também em outras regiões do país, que percebem como pouco relevantes as pesquisas acadêmicas sobre os negros na Amazônia, relacionada à suposta convicção de que pequenos contingentes de africanos foram destinados para esta região.

Tal miscigenação cultural incentivou a existência dos mitos e das histórias que ajudam a população local entender a formação daquela região e definir regras de uso do território, reinventadas e contadas de geração a geração. Para Cardoso (2008), essas são fontes propulsoras nas lutas pelo reconhecimento, junto ao Estado, de suas formas de vida e de minimizar os conflitos com espoliadores de terras.

As construções sobre o território são variadas. Ele é espaço de investimento e circunscrição da organização social do grupo numa base física, onde se materializam as relações entre si, com outros, e, quase sempre, definindo um conjunto de crenças no sobrenatural, no mítico (CARDOSO, 2008, p.55).

Neste sentido, um dos mitos que compõem as narrativas deste tópico é a história da cobra grande, responsável pela formação dos igarapés que limitam o distrito de Joanes com o de Monsáras e Jubim, também descrita por Schaan (2011).

Segundo o relato dos moradores locais, os igarapés foram formados por duas cobras grandes que moram no subsolo da terra e que durante a tentativa frustrada das autoridades locais em construir uma estrada, entre Joanes e o povoado de Água Boa, estas cobras, originárias da Ilha do Cavalo, se revoltaram e removeram a terra. Informo que a narrativa sobre o tema é fruto de uma conversa informal, na qual esta pesquisadora estava literalmente es-

17. Na Amazônia, por volta de 1000 a.C., desenvolvem-se as culturas dos construtores de tesos (aterros artificiais construídos em áreas inundáveis), sucedidas por sociedades complexas e hierarquizadas, associadas a uma indústria de cerâmica muito refinada. Disponível em: <<http://direitasja.wordpress.com/tag/tesos/>>, acesso em: 15/04/12. Campos de terra-firme, conhecidos localmente como tesos, que estão localizados sobre terrenos mais elevados de origem terciária e que apresentam vegetação de savana. Essas manchas de savanas incluem uma variedade considerável de ambientes como os campos limpos baixos, campo cerrado, campo de murundu, savana parque e cerrado “*sensu stricto*”, apresentando de maneira geral uma vegetação composta por capins (gêneros *Aristida* e *Eragrostis*) e árvores de pequeno porte (mangaba *Hancornia speciosa*, lixeira *Curatella americana* e murici *Byrsonima* sp.). Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/sobre/hotsite/coloquio/artigos/marajo_meio_fisico_vegetacao_e_flora.pdf>.

perando a chuva passar, embaixo de uma cobertura, juntamente com outras três pessoas da região, entre elas um pescador, uma artesã e uma jovem que trabalha na cobrança da taxa de água da Vila de Joanes. A conversa teve início quando foi comentado que essa chuva encheria os igarapés. A princípio eu estava ali sem pretensão nenhuma de coletar dados, mas a história foi ficando tão interessante que pedi permissão para gravá-la, e assim descrevo na íntegra.

Ali era uma estrada comum, aí o que acontece... depois que quiseram melhorar a estrada colocaram aterro e tiraram a terra para colocar uma tubulação, aí no outro dia quando amanheceu tava uma vala imensa, quanto mais colocavam terra, mais aumentava a vala... era um serviço sem fim (L.E. 52 anos, pescador nascido e criado em Joanes).

Aí tem a história que a cobra saiu de lá... se aborreceu (O.M., 67 anos, artesã, nascida e criada em Joanes).

Não, mas antes disso. Quando foi para sair, assim, a cobra ela morava numa ilha, a Ilha do Cavalo... Mas ouvi dizer que ela não saiu, só se mexeu. (M.L., 32 anos, artesã e funcionária do sistema de abastecimento de água de Joanes, nascida e criada em Joanes).

Não ela saiu sim, porque quando amanheceu o dia, tava duas valas, uma para um lado e outra para outro. Porque vai assim, uma para um lado e outra para outro, que se encontra em um lugar. Porque é alto na capoeira, ali escorre aquela água, é limpinha a água lá. Ela vai pelo *Iacanga* [igarapé local – grifo meu]. A outra parte é naquela mata que tem aqui por trás, ele vai para o mar, pela terra. A cobra é muito grande... Há uns vinte anos atrás viram essa cobra na estrada, ela é imensa. Saiu muita cobra, as outras foram para o mato, mas uma ficou. Tem parte no igarapé que é areia cheio de peixinho, mas tem outra parte do igarapé que você não vê, vai dá no igarapé de Água Boa. Ele vem direto e dá em Água Boa e vara na praia. O do Limão é diferente, ele já dá lá em cima no Guajará. Aqui tem história de encantamento e é verídico mesmo. O pessoal fala que nesse tempo ela apareceu e era para alguém ter coragem e cortar a cabeça dela para sangrar, mas ninguém teve coragem e o povo fez foi correr com medo dela. Joanes vai da ponta de redenção até Cruanã, o Cruanã que faz divisa com Jubim. Esses povoados que tem aí, tudo é parte de Joanes, eles querem apartar, não sei porque, mas tudo faz parte daqui. Até o Pingo D'água fazia parte daqui. (L.E. 52 anos, pescador nascido e criado em Joanes).

Entendo esta narrativa como “pano de fundo” de um discurso que sustenta, para estes povos, noções de territorialidade, definida por Little (2002, p.3) como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território””. Ainda de acordo com o autor:

[...] outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (LITTLE 2001, p.4), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Neste contexto, as cobras grandes permitem que estes moradores expliquem com propriedade a formação dos igarapés, sendo esses na Amazônia de grande importância, para o deslocamento dos moradores e de suas mercadorias, de um local a outro, e isto data de tempos pretéritos onde quase não existiam estradas e veículos aptos a trafegar nestas. Esses também são fontes de alimento, de água para consumo e, sobretudo da delimitação física da região. Para esta temática a interpretação pode ser bastante vasta, a depender do enfoque teórico mobilizado, não me atrevo neste estudo a adentrar neste campo no qual não tenho base teórica e empírica para fazê-lo, de todo modo caracterizo esta uma fonte de dados relevante, entendendo este mito como uma “unidade cultural comum”, traduzida por Cardoso (2008, p.58) como “uma luta mais profunda, que implica em garantir a reprodução sociocultural do grupo no presente e no futuro, e prestar deferência aos antepassados”.

Ainda no campo do que é visível e invisível, e que determina culturalmente algumas regras, surge a *santa*, Nossa Senhora do Rosário, que “foi a padroeira dos negros escravos e forros (BOTELHO, 2009)”, e que nas histórias de católicos e até mesmo de seguidores de outras religiões, é legitimada como operadora de milagres e proteção desta região. Em diferentes momentos e a partir de diferentes atores escutei histórias sobre a padroeira da região. Tais histórias atribuem a esta santa a proteção do local, do povo e dos recursos naturais que

ali estão. Pareceu-me bastante curioso a associação feita entre a mangaba e o círio¹⁸ de Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Joanes, explícito no seguinte depoimento:

[...] a mangaba, aqui a festa... vou contar logo da igreja, a festa de Nossa Senhora do Rosário que costuma festejar no mês de novembro para Nossa Senhora do Rosário, tem a igreja dela aí. Eles a consideravam padroeira da Ilha de Marajó. Então comemoravam no mês de novembro. A senhora sabe o que eles faziam com a mangaba? Não consentiam - as autoridades do lugar - não consentiam que tirasse mangabas antes do mês de novembro. Que quando ia começar o mês de novembro podiam tirar, vendiam para os, naquele tempo chamavam *ambulantes*, hoje chama de *marreteiros*, para eles irem vender em Belém, em Icoaraci, em Mosqueiro... E só tirava a mangaba quando tava se aproximando da festa da Santa e o produto da venda era para ajudar na festa da Santa. Eles [os que vendiam- grifo meu] eram daqui mesmo, homens que se dedicavam aquele trabalho de comprar e de vender... (M. dos S. M., 97 anos).

Botelho (2009, p.116), afirma que “no Brasil, a devoção ao Rosário foi trazida, sobretudo, pelos jesuítas e teve, desde o início, os negros como a maioria de seus adeptos”. Ainda de acordo com a autora, as festas religiosas como círio celebrado nesta região, são momentos em que todas as pessoas de diferentes camadas sociais e até mesmo de religiões desfrutam juntas o mesmo espaço público.

As festas religiosas foram, dessa forma, os poucos espaços públicos de comemoração que contavam com a participação de setores sociais distintos. Nem todos com o mesmo efetivo envolvimento, mas pode-se dizer que, para alguns, eram as únicas possibilidades de vislumbrarem eventos inusitados, principalmente quando se tratava de celebrações e festividades das irmandades frequentadas por membros das elites locais, porque as irmandades no Brasil estiveram, em sua origem, vinculadas a determinados grupos sociais com interesses bastantes específicos (BOTELHO, 2009, p. 118).

Esta associação entre a mangaba e o círio de Nossa Senhora do Rosário está relacionada para os extrativistas locais, entre outras coisas, ao fato da área devoluta - o campo da mangaba - ser “terra de santa”, conforme o depoimento que se segue:

18. Tal construção se manifesta concretamente na criação de oportunidade de vivência sob impacto dos mistérios do poder divino, de sua capacidade de interferir e definir o rumo da vida dos mortais com a mediação da Virgem Mãe de Cristo, e no estabelecimento de audiências privilegiadas, sobretudo para os prodígios e a palavra de Deus, na perspectiva da catequese da fé católica. Ela se realiza, também, nas celebrações de pertencimento (à família, ao grupo, ao lugar), para exposição aos/dos signos da arte (comunicação performática dos seres sociais), e para as mediações simbólicas e objetivas do poder e do capital (validação/negação de imagens e realização de compras e vendas) (COSTA et al., 2008, p. 95).

[...] eu acredito nisso... Acredito porque a Juiza de Soure, disse que quando veio no Círio, aquela mulher [santa] tinha ido lá ao fórum para falar sobre as terras dela, porque aqui tem as terras do patrimônio de Nossa Senhora do Rosário. Joanes tem essa terra que passa lá, chama Baixa do Taquari. Então eu digo assim quando chega uma pessoa que quer pisar no povo de Joanes ela não deixa... Num ver o que fizeram quando os de fora vieram tomar os campos daqui? (D. E., 87 anos, benzedeira e raizeira, moradora da Vila de Joanes).

Marin (2009, p. 218), em seu trabalho junto às comunidades quilombolas de Salva-terra, mostra que a “noção nativa de *“terra de Santa”*, representa um domínio reconhecido para uma área fora do controle de grandes proprietários”. Cardoso (2008, p. 55) mostra que “de acordo com as regras locais, existem espaços designados a pessoas, entidades míticas e santos, e estes são regulados por um conjunto de práticas e representações que constituem uma ordem jurídica local”.

Nas chamadas terras de santo, as formas de uso comum coexistem, no nível da imaginação dos moradores, com uma legitimação jurídica de fato desses domínios, onde o santo aparece representado como proprietário legítimo, a despeito das formalidades legais requeridas pelo código da sociedade nacional (MARIN, 2009, p. 219).

Neste sentido e, de acordo com a crença dos extrativistas com quem trabalhei, aqueles que não respeitam as regras são “castigados” pela santa, sendo impossibilitados de coletar nesta área. Além dos moradores locais, a santa também intimida os *forasteiros* que tentam ou tentaram se apropriar da área, sendo que para estes, a falha pode ser fatal, e é neste sentido que nos deparamos com a proteção desta área, estabelecida pelas redes sociais locais e definida pela oralidade criando assim tais normas e regras conforme depoimento da D.E., nascida e criada na região e descendente de escravos.

Ainda de acordo com Marin (2009) “terras de santa” e também “terras de santo” constituem modalidades do sistema de uso comum.

Os sistemas de uso comum representam soluções elaboradas historicamente. Nesse sistema o controle da terra e dos recursos não é exercido de forma livre e individualmente por um grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Para Almeida, tal controle é feito mediante “normas específicas instituídas para além do código legal vigente”.

As normas são acatadas de maneira consensual “nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social”. Esses sistemas têm sido incorporados nas estratégias de organização social e de sobrevivência de grupos camponeses, por meio dos quais se asseguram (MARIN, 2009, p. 218).

Constato que na presença daquilo que estamos chamando de “invisível” narrado nas histórias de encantados, como a da cobra grande e da santa padroeira, e na ausência do que “teoricamente” seria visível, como por exemplo, programas e projetos de fomento ao agroextrativismo local pelas instâncias governamentais competentes, as regras e normas para gestão do campo da mangaba são criadas e validadas tradicionalmente, corroborando com Diegues (2001):

[...] estas formas tradicionais se revelaram adequadas para o uso sustentado dos recursos naturais durante largo período de tempo e se basearam na existência de um conjunto de regras e valores consuetudinários, através da “lei do respeito”, e de uma teia de reciprocidades sociais (DIEGUES, 2001, p. 120).

CAPÍTULO 3

VILA PACA, GRUPOS DOMÉSTICOS E O CONJUNTO DAS ATIVIDADES

Neste capítulo trato das mulheres extrativistas da Vila Paca a partir dos seus modos de vida. Busco confrontar os diferentes papéis que estas desenvolvem nas atividades (re) produtivas. Analiso ainda como se conformam as relações de gênero e geração, e por fim, apresento uma reflexão do conjunto de atividades desenvolvidas para garantir a sobrevivência de seus grupos domésticos. Para tanto, inicio descrevendo a Vila Paca, cenário que abriga as mulheres extrativistas de mangaba, mostrando como as relações são estabelecidas nesse espaço e como isso define os papéis de homens, mulheres e crianças. Destaco as atividades desenvolvidas pelos moradores da Vila Paca e analiso como as mulheres conciliam suas tarefas, garantindo a permanência e sobrevivência dos demais membros do grupo doméstico e como o sistema de solidariedade e ajuda mútua fundamenta as relações entre os grupos domésticos.

A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO NA VILA PACA

A configuração espacial da Vila Paca tem se dado na medida em que as necessidades vão sendo estabelecidas mediante a formação de novos grupos domésticos, para tanto, há o parcelamento da terra, antes uma só propriedade. As filhas e os primeiros netos que foram criados pelos fundadores da localidade têm sua parcela de terra, já os netos mais novos e bisnetos, possivelmente não terão as mesmas oportunidades com relação a terra, uma vez que não há espaço disponível nos padrões já estabelecidos, qual seja, uma casa e um pequeno espaço para a roça e para o terreiro.

Segundo Woortmann (1992, p.3) a classificação do espaço “é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero”, dependendo do contexto. Nesse sentido, na Vila Paca às mulheres de cada grupo doméstico pertencem a casa, o terreiro e a roça. Aos homens pertence o externo à Vila, ou seja: o mar, a cidade e ao “trabalho assalariado¹⁹”. Os espaços de uso comum na localidade são de domínio das mulheres, tanto

19. Neste contexto a categoria de análise *trabalho* está relacionada a lugar externo a localidade onde é possível o assalariamento, sendo assim não se considera trabalho as atividades realizadas no interior da comunidade, sendo muito comum ouvir que ali, na Vila Paca, não se tem trabalho.

as mais velhas como as mais jovens. Há também alguns espaços fora da localidade que são de uso misto, e não exclusivos dos moradores da vila, como o mangue e o campo da manga-ba. Sendo que o último, os homens só utilizam para caçar ou para extrair madeira, destinada a construção de canoas, remos, cercas ou telhados, atividades que são esporádicas.

Sobre o espaço físico da localidade, os domicílios assumem a configuração espacial retilínea, onde cinco localizam-se lado a lado e um, construído mais recentemente, situa-se em frente aos demais. Esses domicílios foram formados nos últimos trinta anos, e na medida em que os grupos domésticos foram se constituindo o parcelamento da terra foi sendo realizado para os filhos e primeiros netos do casal fundador, ocorrendo ao longo do tempo modificações, sociais e estruturais, que conforme assinala Woortmann (1992, p. 4) são construtoras da mesma temporalidade histórica.

Cada grupo doméstico possui uma área de terra, denominada “terreno”, com aproximadamente 1500 m², que abriga a casa, o terreiro a roça. As casas são quase todas de tijolos a vista, sem reboco. Três contam com banheiro interno, duas tem o banheiro ao fundo na área externa a casa, e uma ainda não possui banheiro. Em todas as casas a cozinha é uma construção anexa (externa), sendo coberta por telhas de amianto ou palha e sem paredes (figura 4). É este o espaço escolhido pelas mulheres para conversas durante uma ou outra visita, na qual sempre é servido um café feito no fogão à lenha. As frentes das casas são delimitadas por cercas e portão de madeira (figura 5).

O terreiro é a área localizada ao redor da casa, no qual há um cuidado constante para mantê-lo limpo e capinado evitando assim o surgimento de animais peçonhentos, também é

Figura 4 - Cozinha de uma extrativista da Vila Paca.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Bianca Lima

Figura 5 - Frente de uma casa na Vila Paca.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Bianca Lima

o lugar dos cachorros. Esse espaço é destinado ao cultivo de árvores frutíferas, das quais os frutos in natura ou as polpas congeladas contribuem para a renda e alimento das famílias. Entre as espécies cultivadas tem-se: limão, manga, coco, banana, caju e goiaba. No fundo dos terrenos, logo após a cozinha, na transição entre o terreiro e a roça, encontram-se o galinheiro e algumas espécies de plantas medicinais e de pimentas. As roças localizam-se aos fundos do terreno, fazendo divisa com uma terra devoluta sem cerca e sem moradores. Estas roças são pequenas e os cultivos anuais são destinados essencialmente para o consumo familiar, entre as espécies cultivadas tem-se: mandioca, jerimum, maxixe, milho, melancia e macaxeira.

Os terrenos não são delimitados, lateralmente e nos fundos, por cercas. Os limites geralmente são estabelecidos pelas árvores e ao fundo pelo roçado, o que facilita a passagem de uma propriedade para outra, sem que seja necessário utilizar a rua principal.

A localidade não dispõe de um centro comunitário ou de vivência e nem de um salão reservado para assembléias de moradores, também não há nenhuma instituição formalizada de representação social, como associação ou cooperativa. A única estrutura física comunitária existente é a capela (figura 6), dedicada a São Francisco de Assis, o santo padroeiro da localidade de mesmo nome do patriarca fundador. Nesta capela não é celebrada missa, pois não há um padre. Ali os moradores por conta própria ministram os cultos, novenas e as aulas de catequese, restrita aos moradores da localidade. É bastante simbólico, do meu ponto de vista, a capela ter sido construída no local onde há maior predominância de mangabeiras, o que pode estar relacionado ao fato de que ambas são de uso comunitário.

Figura 6 - Capela católica da Vila Paca em meio as mangabeiras. **Foto:** Bianca Lima



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Bianca Lima

As chefes de família, os grupos domésticos e as relações de parentesco.

Na Vila Paca todos os moradores têm relação de parentesco e/ou compadrio e, em apenas um grupo doméstico o homem e a mulher são os chefes de família, nos demais são principalmente as mulheres que assumem o compromisso pela sobrevivência dos membros do grupo. A maioria das mulheres responsáveis pelos domicílios são viúvas ou mães solteiras, possui um baixo grau de escolaridade, estudaram até a terceira série do ensino fundamental e desenvolvem suas atividades nas esferas produtivas e reprodutivas. Segundo Berquó (2001) a chefia feminina corresponde a várias situações e possui vários significados, para compreendê-la é necessário entender o ciclo evolutivo dos grupos domésticos. Corroborando com a autora trataremos do tema, tendo como cenário os grupos domésticos da Vila Paca, chefiados por mulheres extrativistas, pobres e negras, sob o qual tecemos as descrições e análises que compõem este capítulo.

Pacheco, (2005 apud CARVALHO 1998, p. 66), mostra que o termo “chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas, designando a um único membro, normalmente o homem mais velho, o poder sobre os demais”. Ainda de acordo com a autora, talvez a grande mudança ocorrida ao longo do século XX e principalmente nas últimas décadas, tenha sido que os tipos “marginais” de família (uniões consensuais, famílias chefiadas por mulheres, mães solteiras, mulheres sozinhas, entre outros), arranjos frequentes entre os pobres, atingiram agora as camadas médias e ganharam maior atenção e notoriedade.

Woortmann & Woortmann (2004), concordam que a aparente novidade acerca do tema chefia feminina em grupos domésticos monoparentais se deve ao fato de seu rápido crescimento nas camadas médias brasileiras, tendo o fenômeno penetrado na própria camada social dos pesquisadores, deixando de ser algo restrito àquelas camadas pobres, ganhando nova relevância, associada ao surgimento dos estudos de gênero. Porém os autores recordam que o tema não é novo:

[...] a existência de unidades monoparentais com chefia feminina não é algo recente nas camadas mais pobres da população, nem no Brasil nem em outros países. Com relação ao Brasil, basta lembrar dos estudos clássicos de Landes (1967) e de Pendrell (1968), relativos a Salvador (...). Mas recentemente, Woortmann (1975; 1987), Neves (1985) e Scott (1988) trataram do tema (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004, p. 2).

A Vila Paca é formada por seis grupos domésticos relativamente pequenos, composto por no mínimo duas pessoas e no máximo por seis pessoas, conforme distribuição apresentada no quadro 2, entre os seis grupos domésticos, cinco são chefiados por mulheres.

Quadro 2 - Composição dos grupos domésticos da Vila Paca

GD	Idade da in- formante	N. de habitantes incluindo a informante	Relação dos residentes com a informante
1	62	3	1 filho e 1 nora
2	41	4	3 filhos
3	63	6	2 netos, 1 filha, 1 filho e 1 nora
4	56	4	1 neto, 1 filho, 1 nora
5	35	6	1 marido, 3 filhos, 1 sogra
6	34	2	1 filha

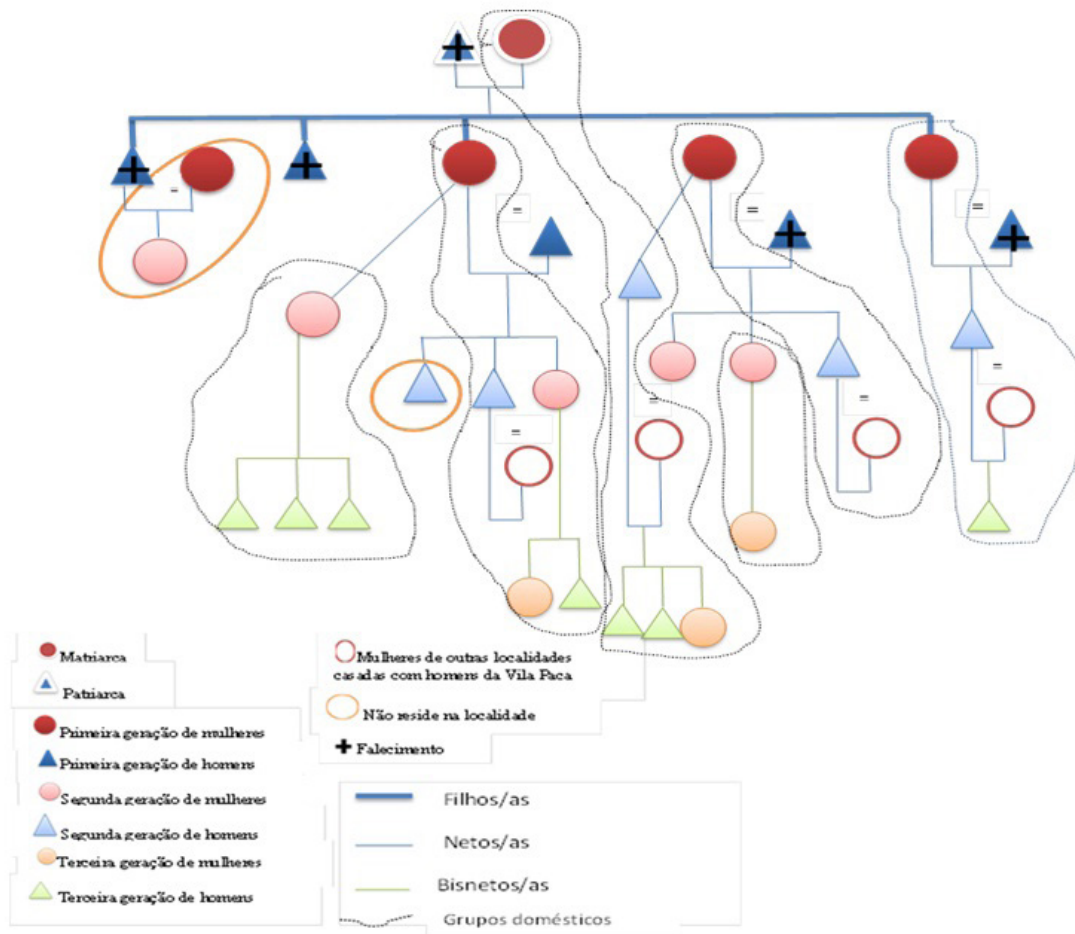
Ainda de acordo com Woortmann & Woortmann (2004), há distinção entre família e grupo doméstico, sendo a primeira entendida como ideia - valor, e o segundo entendido como um agregado de pessoas cuja composição geralmente varia ao longo do ciclo evolutivo e em distintos momentos. “Família, como modelo ideológico, pode ser permanente, enquanto o grupo doméstico pode variar no tempo (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004, p. 3)”. Sendo assim, Garcia Júnior (1983), nos fornece um importante pressuposto no que tange os princípios das relações entre os grupos domésticos, afirmando que:

[...] as relações de solidariedade entre os membros de uma mesma família, na produção doméstica, são de outra natureza (econômica e social), e diferem de processos de trabalho em que as relações de produção são estabelecidas por salários (GARCIA Júnior., 1983, p. 101).

Neste contexto, o funcionamento dos grupos domésticos estudados está diretamente relacionado a dois aspectos que considero fundamentais, o primeiro trata das relações internas ao domicílio e abarca a categoria chefe domiciliar feminina, para qual Carvalho (1998), distingue três tipos: a) aquela que se define pela ausência do parceiro sem necessariamente acontecer a manutenção feminina; b) aquela em que há a ausência masculina e a manutenção feminina e c) aquela em que há a manutenção feminina, não implicando necessariamente a ausência masculina. Nesse estudo há predominância do tipo b, uma vez que em três domicílios a chefia feminina é atribuída a viuvez, em dois a ausência de marido e, em um

domicílio a chefia é compartilhada entre o casal. A figura 7 mostra as relações de parentesco e consangüinidade entre os membros dos grupos domésticos.

Figura 7 - Parentesco entre os membros dos seis grupos domésticos da Vila Paca. Fonte: Bianca Lima



Fonte: Bianca Lima

O segundo aspecto diz respeito às relações estabelecidas *inter* grupos domésticos, sustentado neste caso, pelos laços de parentesco, vizinhança e compadrio. Sendo assim, as mulheres por serem as que mais utilizam desta prerrogativa, tanto são sujeitos como objetos do sistema de ajuda mútua e cooperação, desenvolvido na localidade, o que permite articular a esfera produtiva e reprodutiva criando condições, ainda que precárias do ponto de vista do acesso à saúde, educação e políticas afirmativas, para garantir a sobrevivência dos membros da família. Constatei que na Vila Paca os vizinhos e parentes são aliados importantes para execução de boa parte das tarefas domésticas e produtivas, tais como: o cuidado com as crianças; divisão de alimentos excedentes, geralmente oriundos da caça ou da pesca; compra de remédios, aproveitamento da ida de alguém à cidade para uma carona ou para encomendar algo necessário; mutirões para construção de casa, coleta e fabrico de polpas de frutas; a organização de festejos na localidade e a fabricação de farinha de mandioca. Tal situação chamou atenção de Almeida (1986), quanto a forma de tratar os grupos domésticos, indicando:

[...] os contextos em que unidades domésticas distintas se mobilizam em torno de fins ou interesses comuns expressando os vínculos que as unem na linguagem do parentesco. Um contexto típico é a cooperação num âmbito local. Assim, vizinhos mobilizam-se rotineiramente em áreas rurais para troca de certos tipos de alimento, para troca de dias de trabalho, para construção de casas, para caçar grandes animais, para uma pescaria conjunta, para a grande derrubada, para festas (ALMEIDA, 1986, p.12).

Shiavoni (1995, p. 107), em seus estudos sobre aglomerados de famílias camponesas, na província de Misiones, Argentina, mostra que “os vínculos de parentesco, compadrio e vizinhança proporcionam a matriz social sobre a qual se organiza este sistema de reciprocidade”.

Os distintos núcleos domésticos e residenciais pertencentes a um grupo familiar operam alternativamente, como unidades independentes e em termos de família extensa (SHIAVONI, 1995, p. 108).

Sabourin (2004, p. 83) identifica o sistema de reciprocidade como àquele que não considera apenas a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade. É nesta complexa relação, entre produção material e de valores éticos, família de casa e a família da Vila – os parentes –, que cotidianamente são construídas as trajetórias individuais e coletivas de mulheres, homens e crianças da Vila Paca.

As mulheres são maioria na localidade (11 homens e 14 mulheres) e na organização local é atribuição feminina o zelo pelas estruturas comunitárias (limpeza da capela, monitoramento do sistema de água e de energia, as decisões sobre o local adequado para novas construções) e pela ordem social (ministram aulas de catequese na localidade para as crianças da vila; estabelecem as regras e normas de funcionamento da localidade, como por exemplo, datas e logística para as festas de santo, momento de fazer a farinhada), conforme pode ser exemplificado na fala da depoente.

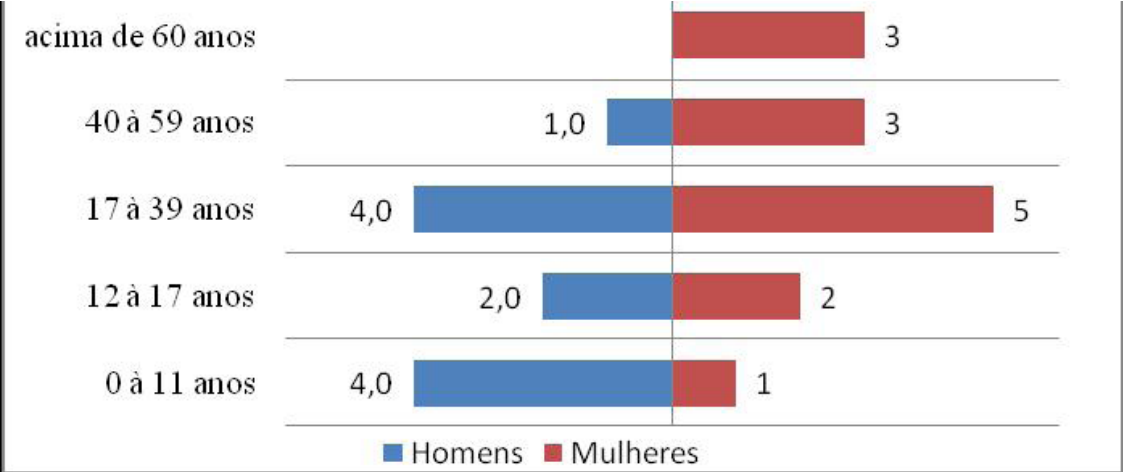
Se surge alguma coisa aqui, somos nós mesmas que resolvemos, a senhora viu que cortaram nossa água aqui por dois dias, se num fosse a D. ir lá em Salvaterra chamar os homens para resolver a gente ia ficar aqui, naquela situação. Mesmo os homens que moram aqui, tudo trabalham fora, então somos nós mesmas que decidimos negócio de escola, de comida, de fruta, de criação. Vamos pro mangue, vamos atrás de caça, de fazer caieira... Ah! Mana, num tem jeito, de tudo a gente é obrigada a fazer, só Deus mesmo (F.A., 57 anos, moradora da Vila Paca).

A participação dos homens adultos, irmãos e tios, nas tarefas que dizem respeito à localidade ocorrem mais explicitamente em momentos que há necessidade de mediação junto aos negociantes ou comerciantes para aquisição de bens duráveis, tendo em vista que são eles, os que estão aptos a conduzir veículos, tanto para o transporte de pessoas como das mercadorias adquiridas. É importante também citar que os homens têm responsabilidade na socialização das crianças para o trabalho, principalmente daquelas do sexo masculino, quando em algumas ocasiões os levam para pescar ou para “ajudar” em alguma tarefa de coleta (caça ou madeira).

Relações de gênero e geração

Nesta localidade a população é de 25 moradores, desse total cinco (20%) são crianças (na idade entre zero mês até onze anos) e 20 são maiores de 12 anos (80%), a relação entre homens e mulheres por faixa etária é apresentada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Pirâmide etária da Vila Paca



Nos cinco domicílios que as mulheres são chefes, três são viúvas e duas são mães solteiras, estas são responsáveis em garantir os meios de sobrevivência para os membros do grupo doméstico, tanto executando atividades produtivas como reprodutivas. O único domicílio em que o casal chefia as atividades, o homem dedica-se ao comércio de bebidas, em sociedade com um morador da Vila de Joanes, e a mulher cuida dos afazeres domésticos, dos filhos, da sogra e dedica-se ao extrativismo de mangaba na época da safra.

Para abordar esta temática, acredito que vale retomar alguns pontos da teoria do campesinato, mais especificamente sobre a noção de ciclo evolutivo do grupo doméstico de Chayanov (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004) e considerado, como ponto central

da economia camponesa. De acordo com o autor o grupo doméstico é composto de unidades de produção e consumo tendo como objetivo básico a garantia de suas necessidades e não a obtenção de lucro. Para tanto, há momentos em que a força disponível de trabalho no interior do grupo doméstico não é equilibrada (mais crianças e idosos do que adultos) e outros em que a relação produção-consumo atinge tal equilíbrio (a maior parte dos membros do grupo doméstico apto a realização do trabalho). O trabalho etnográfico de Woortmann (1967) sobre camponeses da Amazônia mostra que estes viviam em comunidades definidas por relações de parentesco fundadas na reciprocidade, e que a composição do grupo doméstico não era baseada apenas na dimensão quantitativa, tendo que considerar, nesse caso, a dimensão qualitativa expressa nos padrões hierárquicos e de divisão de trabalho definidas pela ideologia de gênero. Este fato levou o autor a análise qualitativa do grupo doméstico, considerando não só o número de filhos em diferentes idades ao longo do ciclo evolutivo, mas abordando a relação entre filhos e filhas no que concerne a produção-consumo.

É interessante observar na Vila Paca, que quando tomamos o ponto de vista das mulheres, o grupo doméstico é tratado tanto como unidade residencial como de trabalho, o mesmo não é observado quando a referência se desloca para o ponto de vista dos homens, pois, para estes o grupo doméstico é a unidade residencial, ainda que estes tenham ali obrigações econômicas para com a família, contudo não é neste espaço que realizam o trabalho.

Em três domicílios (50%) observei que o filho caçula, homem, reside na casa da mãe, mesmo quando já têm família constituída. Nos outros três domicílios (50%) os filhos homens caçulas, ainda não são casados e nem têm filhos. A maioria dos homens aptos a trabalhar²⁰ se ocupa com atividades fora da localidade, dedicando-se a prestação de serviços ou assalariamento, como pedreiros, marceneiros ou pescadores, em outras localidades ou nas cidades de Salvaterra e Belém. Somente um rapaz (17 anos), dedica-se a agricultura tendo uma área de roçado, em outra localidade, com maior predominância de abacaxi. Este caso é uma exceção, pois seu pai biológico, que não reside com a família, doou a área e o material vegetativo para que ele iniciasse sua produção.

As filhas mulheres, com idade acima de 17 anos, podem ou não residir com a mãe. Há dois casos na localidade em que as filhas moram no domicílio da mãe e em ambos os casos estas são mães solteiras e, conseqüentemente os filhos (netos da chefe da casa) também residem no domicílio. As mulheres, com apenas uma exceção, dedicam-se as tarefas de produção e reprodução na própria localidade e em um domicílio a nora, da chefe de família, que ainda não tem filhos, trabalha assalariada pelo município na escola de outro povoado como merendeira.

20. Geralmente os maiores de 17 anos

A situação das mulheres jovens, que residem no domicílio da mãe, não é uma condição invejável e as mesmas afirmam que a situação é transitória, atribuída ao desejo de arrumarem trabalho *em casas de famílias*, como domésticas, situação que em ambos os casos já foi experimentada por elas, tendo retornado a vila após engravidarem. Essas mulheres mostram insatisfação com esta situação, atribuída ao fato de não terem trabalho, de dar despesa para a mãe delas, tendo em vista as precárias condições materiais, e de ter pouca liberdade e autonomia, até mesmo na criação de seus filhos. Apesar destas avós aceitarem a situação da filha como mãe solteira e contribuírem na criação de seus netos, existe uma certa tensão velada de ambos os lados, mas que de certa forma é esperada uma vez que as filhas ao saírem da casa dos pais não são instruídas a adotar métodos anticoncepcionais para evitar uma gravidez, na qual, a maioria das vezes não contarão com o apoio do parceiro para criação dos filhos, caso isso ocorra. Segundo Woortmann & Woortmann (2004):

[...] mães solteiras e grupos domésticos monoparentais com chefia feminina começaram a surgir com a migração para a cidade. Desaparecendo o controle exercido pela família e pela comunidade, relações sexuais não maritais, mesmo que não frequentes, podem conduzir a monoparentalidade (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004, p. 46)

Em outro contexto, Stropassolas (2006) em seu trabalho sobre juventude rural e reprodução social da agricultura familiar nos mostra que as relações de gênero e geração são geralmente carregadas de tensão e, ao mesmo tempo, de redefinição de valores e identidades. O autor problematiza a questão da jovem mulher rural, responsável pelo maior percentual de migração campo-cidade, muitas vezes estimuladas pela própria família para que as jovens procurem emprego ou estudo na cidade. No caso da Vila Paca, estas duas mulheres que retornaram à localidade apresentam certo constrangimento com a atual situação, explicado por Stropassolas (2006) pelo fato de que a experiência na cidade dificilmente permite que as mulheres retornem ao campo, porque não desejam reproduzir a condição social da mulher na agricultura. No caso da Vila Paca parece que não ter havido alternativa, a não ser retornar para casa da família de origem, no *interior*.

Em 1978, Carmem Barroso publicou um artigo intitulado: “Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família”, momento em que a temática começava a ser discutida mais profundamente no Brasil (NEVES, 1985; WOORTAMANN, 1987). Em seu texto a autora já relacionava o fenômeno da chefia feminina ao fato das migrações, tanto de homens como de mulheres e questionava se esse era o fator primordial para a tendência apresentada nos dados censitários. A autora trabalha com dados dos censos da década de

50 à 70, para populações de regiões metropolitanas, período em que ocorre uma mudança no perfil da população brasileira, que passa de um país com maior concentração rural para urbana.

Tem-se sugerido que a emergência das famílias chefiadas por mulheres são, em parte, o resultado da migração, sejam de homens que deixam sua mulher e filhos no local de origem, seja de mulheres jovens que migram sozinhas (BARROSO, 1978, p. 458).

Scott (2010), mais recentemente analisando os dados do FIBGE²¹ (2008) constata que:

[...] a partir da faixa etária de vinte anos, a presença feminina no campo diminui proporcionalmente mais rápido, enquanto os homens apresentam maior tendência de ficar no campo em cada faixa etária sucessiva (SCOTT, 2010, p. 22)

O autor explica que tal fato se deve, em parte, aos adultos que ao evocarem tal categoria com fins de disciplinar principalmente as mulheres jovens, mais do que para elaborarem novas estratégias cotidianas, terminam por fortalecer a condição de migração das mulheres que geralmente vão viver exclusivamente de subempregos urbanos (SCOTT, 2010, p. 29).

Corroborando com Scott (2010), tais questões relativas a gênero e geração reproduzem, na Vila Paca, este cenário conflituoso e de certa forma velado, o qual favorece a migração das mulheres jovens, que em um primeiro momento é justificada pela necessidade de estudo, mas por fim termina com o assalariamento dessas como domésticas em casa de famílias e sem condições de estudarem.

Em contrapartida observei, na Vila Paca, que a criação dos filhos homens é favorecida nas relações de gênero desde a infância. Pude presenciar uma situação na qual a menina, quatro anos mais velha que o menino, apanhou do irmão. Nesta ocasião ela foi reprimida severamente pela mãe ao tentar reagir. A mãe e a avó só interviram no momento em que o menino ficou em apuros, apesar de ter visto toda a confusão e presenciado que a menina não estava provocando a situação. Considero este caso emblemático, pois na ocasião não tive coragem de questionar se o “castigo aplicado à menina” tinha origem nas questões de gênero ou se era decorrente da diferença de idade entre os dois, remetendo a minha própria

21. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE)

infância na qual eu não podia “descontar” em minhas irmãs pelo fato de ser a mais velha, no meu caso não havia distinção de gênero.

Sobre o processo de socialização das crianças a partir de um recorte de gênero é fácil observar que as meninas são bastante atarefadas com as atividades do âmbito doméstico, quase não havendo espaço para o lazer. A situação se agrava para aquelas que têm irmãos mais novos e aprendem cedo a trocar as fraldas, dá banho e coloca-los para dormir, enquanto as mães monitoram e ensinam estes ofícios também desenvolvem outras tarefas. Diferentemente da socialização dos meninos, os quais passam boa parte do tempo brincando de bola, de soltar pipa, de bolinhas de gude e andando “no mato” (figura 8).

Figura 8 - Meninos brincando no terreiro. Foto: Bianca Lima



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Bianca Lima

Batista (2009), em seu trabalho com famílias agricultoras do nordeste paraense, mostra a existência de transformações no meio rural no que tange o processo de socialização das crianças e jovens, atribuídas em parte aos recentes debates sobre o trabalho infantil, assinalando a necessidade de distinção entre os trabalhos infantis que se baseiam na exploração do trabalho de crianças, e aqueles que são formas tradicionais de repasse de patrimônio cultural e de transmissão de todo um arcabouço de conhecimentos práticos entre gerações, caracterizado como formas de socialização (BATISTA, 2009 *apud* NEVES, 1999). A autora constata que por um lado os pais têm receio de orientar as crianças na execução de trabalhos produtivos, ainda que as tarefas sejam compatíveis com a idade, e perder os benefícios sociais (bolsa família, por exemplo) ou serem denunciados aos órgãos de assistência à criança e adolescente, e por outro lado os próprios filhos utilizam desta prerrogativa para não obedecerem aos pais.

Neste estudo, não foi identificado, por meio das entrevistas ou depoimentos dos moradores mais velhos e das próprias crianças, nenhuma insegurança acerca do trabalho infantil, fato este que também não justifica que as meninas tenham menos tempo para *brincadeiras e lazer*, quando comparado aos meninos de mesma faixa etária. A meu ver, a questão está diretamente relacionada às posições de gênero, uma vez que a execução das tarefas produtivas (extrativismo vegetal e animal) e reprodutivas (cuidado com a casa, com o preparo dos alimentos e com as crianças mais novas) é, nesta localidade, desenvolvida apenas pelas mulheres, e sendo assim é provável que haja constrangimentos, tanto pelas crianças como pelos mais velhos, de que meninos façam “coisas” que a priori só indivíduos do sexo feminino deveriam fazer. Tais normas e condutas fazem parte do processo de socialização das crianças no meio em que vivem, arraigados na construção cultural de gênero, determinantes para o entendimento do que é ser homem e do que é ser mulher.

Silva, M.C. (2008) nos mostra que o fato de ser homem ou ser mulher determina os tratamentos dispensados pelos pais. Isto está relacionado tanto à função que será exercida na família quanto na sociedade e, isto não é criado do nada. “São constituídos a partir dos modelos efetivados na sociedade e é esta que, de certa forma, determina como devemos nos comportar e quais são as nossas possibilidades e nossos limites (MORENO, 1999, apud SILVA, M.C., 2008, p. 56)”.

Para Woortmann (1992), a questão abrange a conjugação de planos de discurso e de autoridade; masculino e feminino; público e privado; decorrentes do que Cronin (1977, apud WOORTMANN, 1992) chamou de harmonia entre ideais culturais e sistema produtivo (WOORTMANN, 1992, p. 2). Fato este, que nos remete a classificação do espaço natural, como sendo também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero.

Figueiredo (2005) discute esta questão em sua dissertação, na qual toma como análise o movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, e mostra que:

[...] caberia entender quais relações estão sendo vividas em cada um dos espaços sociais ocupados, para então perceber que qualquer que seja o local onde nos posicionamos, ele é social e carregado de relações, de poder, onde estão em jogo valores culturais definidos diferentemente pelos diversos grupos étnicos (FIGUEIREDO, 2005, p. 47).

A maioria da população da Vila Paca encontra-se na faixa etária entre 17 e 59 anos, sendo que deste percentual a maior parte (36%) está entre 17 e 39 anos, período mais ativo

do ciclo produtivo e reprodutivo do ser humano. No quadro 3 curiosamente observamos que nesta faixa etária (17 a 39 anos) apresentam-se duas tipologias distintas entre mulheres e homens, pois para as mulheres há “mãe solteira” não havendo situações de “pais solteiros”, assim como não há solteiras sem filhos, o que aparece quando analisamos a situação dos homens nessa faixa etária. Outra diferença entre homens e mulheres nesta faixa etária é a de que a maioria das mulheres tem filhos ao contrario da maioria dos homens.

Quadro 3 – Comparativo das relações de gênero e geração nos grupos domésticos para homens e mulheres na faixa etária de 17 a 39 anos

SEXO	MULHERES			HOMENS		
POSIÇÃO CONJUGAL	C a s a d a sem filho	Casada com filhos	Mãe solteira	Casado com filhos	Casado sem filhos	Solteiro sem filhos
Quantidade de pessoas na vila Paca	1	2	2	1	2	1
Lugar de residência	Reside no domicílio da Sogra	As duas residem no domicílio da Sogra, ainda que uma divida a chefia domiciliar com o marido e a sogra é na a avó do marido, considerada mãe, pois foi quem o criou.	Uma reside no domicílio da Mãe e a outra é chefe de domicílio	Chefe de domicílio junto com a esposa, porém reside no domicílio da mãe de criação, que é a avó.	Os dois residem no domicílio da mãe	R e s i d e no domicílio da mãe.

Nesta localidade, três mulheres chefes de domicílios são irmãs e passaram boa parte da juventude na cidade de Belém, local onde trabalhavam de domésticas *em casa de família*. Duas delas retornaram após o casamento, com pessoas da região, e uma permaneceu em Belém até ficar viúva, ocasião que voltou para fixar residência junto à família. As filhas mais velhas, de duas dessas mulheres, seguiram a mesma trajetória trabalhando de empregada doméstica na cidade de Belém e retornando para Vila Paca no momento em que engravidaram. Em ambos os casos estas não casaram com o pai biológico do filho e não tem nenhum tipo de apoio do mesmo, nas duas situações os filhos não conhecem o pai.

Às mães solteiras me interessou compreender o porquê destas não serem casadas e por que há tantas separações conjugais. Foi unanimidade a resposta, sintetizada nesta fala:

Acho que as mulheres hoje não toleram mais tanta ignorância. Porque antigamente as mulheres tinham medo de não sobreviver sem os maridos e

logo pensavam nos filhos, então a maioria vivia era oprimida. Hoje não, do mesmo jeito que é fácil separar também é fácil casar. Você vê às vezes um homem e uma mulher se conhecem e quando é com uma semana já tão morando junto (O. A. R., 34 anos, mãe solteira de dois filhos, extrativista de mangaba da Vila Paca).

É importante ressaltar neste depoimento a mudança geracional sobre o papel da mulher no que diz respeito a sexualidade e a autonomia, quando a depoente compara a geração de mulheres anteriores à sua, que toleravam a ignorância masculina, que tinham medo e que viviam oprimidas. Esse depoimento retrata uma mudança recente, que temos vivenciado mundialmente, referente a violência contra a mulher, perpassando às questões de gênero em diversos campos (acadêmico, movimentos sociais e políticas públicas). Segundo Scott, Rodrigues e Saraiva (2010) a violência é uma realidade vivida por muitas mulheres e marcada historicamente por ações originárias em fatores simbólicos, sociais e/ou culturais. Ainda segundo os autores somente em 1993 a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos reconheceu formalmente a violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos (SCOTT; RODRIGUES e SARAIVA, 2010, p. 66).

Ainda sobre as relações de gênero com foco no matrimônio, percebi nos depoimentos das mulheres solteiras, na faixa etária de 17 a 39 anos, que a questão se trata de um dilema posto no universo que transitam, ao afirmarem que entre um marido e um trabalho, elas optam pelo trabalho, certamente aquele possível para elas, que diz respeito a experiência de domésticas em casa de família, uma vez que a perspectiva de trabalho relaciona-se ao assalariamento, mesmo sem a carteira assinada e sem os direitos garantidos, como outrora vivenciaram. Elas admitem não ter qualificação profissional e nem estudo o que se torna um limitante para busca de emprego em comércios ou escolas na região. É importante ressaltar, que esta região não possui alternativas de trabalho assalariado, como por exemplo, fábricas ou indústrias, o que também restringe a oferta de oportunidades no mercado formal.

Aparentemente, parece não haver aí um meio termo, que se traduz na necessidade de uma escolha, casar ou trabalhar. A origem de tal dilema pode ser explicada pela incompatibilidade entre o casamento, que para estas mulheres significa obrigações domésticas e muitas vezes *passar necessidade*, e o trabalho, conhecido por elas como o de empregada doméstica, que remete a moradia em casa de famílias e exige ausência do domicílio e do marido durante a maior parte da semana.

Sobre os homens a tipologia apresentada por uma mãe solteira da localidade e apoiada pela outra, na ocasião da conversa que nós três estávamos presentes, é a seguinte:

[...] tem os bons e tem aqueles que não prestam. Os bons têm responsabilidade e vontade de crescer. Os que não prestam são aqueles que não têm ambição para nada, que querem ficar ali só naquela vida. Aqui, principalmente aqueles que vivem de pescaria nos barcos dos outros, quer ver aqui é no inverno [época mais escassa dos produtos extrativistas vegetais e animais, grifo meu]. O homem tem que conseguir manter a família. As mulheres hoje querem ajudar o marido, aquelas que nem aqui, que não tem marido so-nham em ter um trabalho muito mais do que marido, porque para achar um que presta é mais fácil ganhar na loteria [risos, grifo meu] (O.A.R., 34 anos, mãe solteira de dois filhos, extrativista de mangaba da Vila Paca).

Neves (1985) chama atenção para o fato de que arranjos matrifocais não supõe negação da necessidade de maridos, ao contrário o matrimônio é considerado um valor que, nem sempre é acessível pelo fato de necessitar de articulações e investimentos materiais e culturais não plenamente controláveis. A procura de um marido que possa atender à manutenção da família sob condições relativamente estáveis é um objetivo perseguido pelas mulheres que atualizam esse tipo de arranjo matrifocal (NEVES, 1985: 2000). Neste caso, a situação é agravada pelo fato destas mulheres terem filhos, o que se torna uma responsabilidade a mais para o pretendente, que nem sempre está disposto a assumi-la.

De modo geral, e analisando os ciclos evolutivos dos grupos domésticos da Vila Paca, me chamou atenção a condição de praticamente sozinhas estas mulheres levarem a cabo o projeto de constituir uma localidade e, no âmbito familiar de sustentar a família. Esta situação parece ser naturalizada nas práticas cotidianas pelos demais membros do grupo doméstico e em que pese tal afirmação, por elas próprias. Sendo assim, é interessante observar os relatos das chefas de domicílio e de uma adolescente, quando questionadas sobre a percepção que tem de si mesmas: “Somos guerreiras e lutadoras (A.A.R., 63 anos)” ; “a gente é pobre e sem estudo (O.C.A., 62,anos)” ; “somos o esteio da casa (M.E.C.A, 41 anos)” ; “nós não conseguimos ficar paradas, esperando (O.A.R, 34 anos,)”, “mulheres que tem que dá um jeito para por as coisas dentro de casa (F.C.A., 56 anos); “negras (I.L.R.A.,12 anos)” .

Cada dia um dia: a rotina das mulheres da Vila Paca

A vivência destas mulheres, suas trajetórias e experiências dentro e fora da Vila Paca, onde residem atualmente, nos ajudam a entender os lugares e posições que elas ocupam no universo onde transitam.

Dessa forma, entender o cotidiano e o uso do tempo, pelos membros dos grupos

domésticos, é um caminho possível para chegar ao lugar reservado às mulheres na Vila Paca e quiçá reter o que Castro (2001) apresenta como sendo “a partir da identificação desse cotidiano, tecido pelos modos de vida, é possível entender aspectos fundamentais da compreensão singular dessas mulheres sobre o território (CASTRO, 2001, p. 17)”.

Para Costa (2001), cujo estudo envolveu mulheres trabalhadoras em madeireiras no município de Paragominas - PA, a questão envolve três aspectos, os quais têm relação direta com a noção do tempo, o primeiro, trata do tempo cotidiano; o segundo, do tempo biográfico, dos ciclos de atividade e da produção social das trajetórias femininas; e o terceiro, é aquele de significação social das políticas de organização do tempo das mulheres.

Em grupos de pessoas com baixo nível de escolaridade, habitando em municípios mais distantes do centro administrativo do Estado e desenvolvendo atividades *industriais* onde a existência de qualificação e de experiência profissional é praticamente inexistente, as atividades no trabalho e fora do trabalho se mesclam no tempo, não havendo uma separação nítida entre o tempo do trabalho e do tempo do lazer, ou de outras atividades sociais (COSTA, 2001, p. 221).

Dialogando com as duas autoras acima citadas trataremos de descrever de forma geral a rotina das mulheres na Vila Paca, as quais passam quase todo o tempo alternando suas atividades entre os afazeres domésticos e os afazeres ao redor da casa. Para elas o dia começa cedo. Às seis horas da manhã o café já está no fogo e este é o horário de soltar as galinhas no *terreiro*, de preparar uma tapioca ou colher uma macaxeira para o desjejum. Depois que todos se alimentam, a maioria dos homens acima de 17 anos, vão *trabalhar* e elas seguem nos seus afazeres, considerado por elas o *serviço das mulheres*. Nesse rol de atividades se incluem lavar roupas, lavar louças, varrer a casa, limpar o quintal, alimentar as galinhas, e iniciar o preparo dos alimentos para o almoço. Há uma variação nestas atividades matutinas, que obedece a um calendário agroextrativista local, pois em épocas da safra da mangaba, do bacuri ou em *tempo de mariscar*, o primeiro período do dia é reservado para estas atividades, geralmente isso ocorre no verão local (meses de julho a janeiro).

Quando se tem algo para resolver em Salvaterra, o tempo é cuidadosamente calculado por elas, que deixam tudo adiantado para poder pegar o transporte às nove horas e retornar às onze horas (último transporte do dia). Esses dias são, geralmente, no início de cada mês, quando necessitam ir ao banco receber os benefícios, pagar suas contas e comprar o *rancho*.

O almoço sempre está pronto por volta das onze horas e trinta minutos, pois as crianças da localidade estudam em outro povoado, chamado Pingo D'água, no período da tarde e pegam o ônibus disponibilizado pela prefeitura às treze horas. Essa escola vai do maternal até a quinta série do ensino fundamental, depois é necessário se matricular em Salvaterra para concluir o ensino fundamental e médio. Apesar de haver outras pessoas aptas a continuar os estudos, apenas um morador o fez. As chefes de família que mais estudaram, cursaram até a terceira série do ensino fundamental.

Os homens, que saem para trabalhar em Salvaterra ou em outros povoados, também retornam para almoçar em casa e geralmente são eles que trazem a *mistura* (peixe, carne, frango, caranguejo, camarão) para compor a refeição. Não é costume comer hortaliças, diferente da farinha de mandioca que é alimento obrigatório para a maioria das pessoas. Apesar de existir uma boa variedade de frutas quase não se faz suco destas, sendo comum a utilização de sucos industrializados, vendidos em pó ou de refrigerantes, em momentos especiais. As frutas destinadas a alimentação familiar são consumidas ao acaso, ou seja, entre uma e outra andança pela localidade ou arredores, na medida em que são coletadas uma ou outra é consumida, principalmente pelas crianças. Constatei que as frutas não têm um lugar privilegiado nas refeições familiares.

Depois do almoço, quando as crianças e os homens não estão na localidade, e depois de uma rápida descansada, as mulheres organizam a cozinha e realizam atividades diversificadas, todas voltadas para manutenção do domicílio ou da localidade. Entre estas atividades destaca-se a busca de lenha para fazer carvão, a capina do roçado que fica nos fundos da casa, a coleta de algumas frutas no quintal (caju, limão, manga, coco, graviola, entre outras), e a queima do lixo, ou mesmo a caça de pequenos e médios animais, como tatu, paca, veado, que circulam pelo campo da mangaba. Cumpre ressaltar que estas atividades variam no decorrer do ano, uma vez que estão diretamente relacionadas às duas estações, o verão e o inverno.

Ao entardecer é a hora que as mulheres colocam as galinhas no poleiro, recolhem as roupas do varal, tomam seus banhos, se visitam para colocar a conversa em dia e combinam alguma atividade conjunta para o dia seguinte, quando é o caso. Servem o jantar por volta das dezenove horas e logo após vão assistir o noticiário e as novelas. Após a última novela todos já estão em suas redes prontos para dormir, horário que só se ouve os latidos dos cachorros.

Um dos grupos domésticos tem um bar ao lado da casa. A construção é pequena e de alvenaria, no seu interior há freezers e as bebidas, o balcão serve de divisória com o lado externo, delimitado por uma janela de madeira. O lado externo da construção é coberto por

telhas de zinco, e tem uma mesa de sinuca e quatro jogos de mesas e cadeiras. Este estabelecimento abre aos sábados a partir das dezesseis horas e aos domingos o dia todo. Este é praticamente o único local de lazer da comunidade, frequentado pelos jovens e pelos mais velhos sem distinção de gênero. Geralmente aos domingos é promovido um bingo dan-

Figura 9 - Membros de um grupo doméstico da Vila, conversando em frente ao bar da localidade.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Bianca Lima

çante nesse estabelecimento, e muitas pessoas de outras localidades vão até lá em busca de diversão. Durante a semana o bar (figura 9) serve de quarto para um casal recém-formado, pertencente ao grupo doméstico, uma vez que na residência da mãe não há espaço e privacidade suficiente.

Sobre o lugar destas mulheres, me atrevo a fazer uma reflexão entre os limites das esferas públicas e privadas nas quais estas transitam e constato que elas permanecem no espaço doméstico predominantemente, mesmo quando este era na capital do Estado, cidade de Belém, momento em que trabalhavam em casas de família. Constatei que elas não participam, e nunca participaram de nenhum grupo social organizado (associação, sindicato, movimento social, grupos religiosos). O universo social publicamente conhecido pelas mulheres da Vila Paca é o da casa, dos arredores, da localidade e do campo da mangaba. Os momentos de lazer são na própria comunidade, e sempre relacionados com algum festejo (figura 10), no qual elas se divertem, bebem e comem, mas também são responsáveis por

Figura 10 - Festejo na Vila Paca. **Foto:** Bianca Lima



Fonte: Pesquisa de campo. **Foto:** Bianca Lima

preparar e servir os alimentos e as bebidas e depois pela limpeza e organização do espaço. Ou quando, como diaristas trabalham em restaurantes durante o veraneio (mês de julho) na praia de Água Boa ou de Joanes.

CONJUNTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NA VILA PACA

O conjunto das atividades desenvolvidas pelos moradores da Vila Paca é formado segundo três tipos: 1) domésticas; 2) agroextrativistas e 3) prestação de serviços através do assalariamento. Nos dois últimos tipos há ingressos monetários em boa parte das atividades. Para além das atividades, familiar ou assalariada, outra via de ingressos monetários são os benefícios previdenciários e os programas de governo.

Lima (2010) ao tratar do modo de produção Camponês ao estudar as localidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Estado do Amazonas, informa que a unidade doméstica é responsável pela produção que garante o consumo familiar, que a

provisão doméstica é de responsabilidade dos pais e, que a realização das atividades, com seus conhecimentos especializados e seus processos de trabalho específicos, integra a família em uma ordem tradicional, baseada na hierarquia do parentesco. A autora constata que o provimento direto de ingressos monetários, sejam salários, pensões ou bolsa assistencial, dissolvem a base econômica da ordem doméstica tradicional, pois esposas e filhos podem adquirir autonomia de consumo e com isso diminuir a base material da autoridade paterna.

Entre os grupos domésticos da Vila Paca, a afirmação de Lima (2010), parece não ser adequar, uma vez que a base material da maioria destes não está sob a autoridade paterna e que os ingressos monetários oriundos de fontes externas a unidade de produção são convertidos na unidade de consumo, na qual todos os membros comparecem com recursos monetários adquiridos de forma a garantir o necessário para subsistência da família. Contudo, nos aproximamos da autora (LIMA, 2006) quando a mesma destaca que a casa é a principal referência da economia doméstica, pois é o *locus* da produção, a referência da circulação e o núcleo do consumo.

Em cada casa os moradores trabalham para atender suas próprias demandas de consumo. A produção para venda e para o autoconsumo é utilizada para alimentar, vestir, medicar, e dar conforto á existência dos que moram sob o mesmo teto (LIMA, 2006, p. 146).

Nos estudos de Figueiredo (2005) sobre o conjunto das atividades entre um grupo de camponeses do Estado do Maranhão, que realizam o extrativismo do coco babaçu, a autora enfatizou a importância das relações de gênero e, constatou que na divisão tradicional do trabalho em sociedades camponesas, o domínio doméstico é tido como o espaço da mulher.

Atividades domésticas

Constatei que as mulheres da Vila Paca participam nos três tipos de atividades apresentadas, e corroborando com Lima (2006) e Figueiredo (2005) a casa é a principal referência e também é o espaço de domínio das mulheres na Vila Paca, sendo o local onde a maior parte das atividades domésticas é desenvolvida.

Os homens, desta localidade, se dedicam com maior predominância às atividades assalariadas e passam a maior parte do tempo fora da localidade. Santos (2007, p. 85) atribui

à predominância das mulheres nestas atividades “a facilidade de revezamento entre atividade doméstica e a extrativista, normalmente realizada nas proximidades da casa e sem demandar longas e ininterruptas jornadas de trabalho”.

Para Paulilo (2004), citando Saffioti (1976), a situação tem raiz na subordinação, vivenciada pelas mulheres e, acentuada com o surgimento do capitalismo:

Como historicamente já vinha ela desempenhando o papel de principal responsável pela casa e pelos filhos, o lar foi se tornando seu espaço por excelência, a ponto de a sociedade passar a só admitir seu afastamento do papel de esposa e mãe em casos de necessidade financeira (PAULILO, 2004, p. 243).

Seja qual for a motivação, o fato é que ao tratar das atividades domésticas ou reprodutivas, na Vila Paca, estamos necessariamente tratando da ocupação das mulheres, ainda que estas também executem atividades na esfera produtiva conforme afirma Mota et al (2011):

[...] na divisão social do trabalho sobressai a predominância do trabalho das mulheres, mas em sintonia com o dos homens, de modo que as funções primordiais da família sejam mantidas, em processos que garantem a sobrevivência e a socialização (MOTA et al, 2011, p. 133).

Paulilo (2004) trata a questão de forma bastante interessante ao investigar o significado do trabalho doméstico e produtivo. A autora afirma que independente do esforço físico e do retorno financeiro o trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais é considerado “leve” e/ou “doméstico”.

Verifiquei que as mulheres da Vila Paca se referem às atividades domésticas como “serviço de mulher” e não atribuem a estas atividades o status de “trabalho”. No léxico das mulheres da Vila Paca o termo “trabalho” está relacionado ao retorno financeiro da atividade e ao externo à localidade, não necessariamente ao esforço físico ou a quantidade de horas gastas. Como exemplo, tomemos as seguintes atividades domésticas: limpeza da casa e das roupas; o preparo da alimentação; o cuidado com a higiene das crianças e dos mais idosos, e iremos constatar que a depender do espaço em que esta é realizada, há uma variação em seu status. Ou seja, quando estas são desenvolvidas nas “casas de família”, momento em que as mulheres vendem sua força de trabalho em troca de dinheiro, recebe o status de “trabalho”, quando as mesmas atividades não garantem a entrada de recursos monetários ao grupo

doméstico, passa a ser considerada “serviço de mulher”. Cumpre ressaltar que em nenhum momento houve referência ao “serviço de homens”, apesar de haver algumas atividades exclusivas dos homens, como por exemplo, a pesca no mar e a construção de casas.

Mota et al (2011) observaram que as atividades desenvolvidas pelos diferentes membros da família, simultaneamente ou não, são classificadas em dois tipos: permanentes e ocasionais. Os autores caracterizam as atividades permanentes como aquelas em que predomina a persistência e o fato de serem fundamentais para as estratégias de reprodução social do grupo, ainda que sejam associadas a sazonalidade. Tanto as atividades domésticas como agroextrativistas são consideradas atividades permanentes, já o assalariamento é ocasional (MOTA et al., 2011). Diante disso, e pelo fato das mulheres desenvolverem tanto atividades permanentes como ocasionais, são elas as maiores provedoras nos grupos domésticos, o que não significa dizer que os homens não têm responsabilidades financeiras para com o grupo doméstico, não obstante, a maioria se encontra na posição de filhos – subordinada a chefia do grupo doméstico – o que atenua os compromissos de provisão nestes.

O fato destas mulheres desenvolverem atividades permanentes e ocasionais, nas esferas produtivas e reprodutivas pode está relacionado aos alerta de Witkoski (2007) sobre o conjunto das atividades no campesinato amazônico, o autor chama atenção para a multifuncionalidade ou polivalência do modo de vida destes grupos, assentada em condições materiais de existência particulares. Ainda segundo o autor:

[...] os meios de produção fundamentais são a terra, a floresta e a água; a mão-de-obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é praticamente familiar; há uma divisão sexual do trabalho na família seja ela extensa e/ou nuclear; a tecnologia usada é simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais que reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais que passam de geração a geração por via oral (WITKOSKI, 2007, p. 163).

Atividades Agroextrativistas

Se há predominância das mulheres nas atividades domésticas, o mesmo pode-se dizer das atividades agroextrativistas. Verifiquei que as mulheres são as responsáveis pelo extrativismo das frutas, entre elas: a mangaba, o bacuri, o tucumã, o murici e pelo plantio de

espécies agrícolas anuais, como milho, mandioca, melancia, maxixe e jerimum e fruteiras, como a goiaba, o caju e a manga. A maior parte da produção extrativa é destinada à comercialização, diferente da produção dos roçados que é direcionada para o consumo familiar do grupo doméstico ou para trocas e presentes entre a vizinhança.

Os homens pertencentes ao grupo doméstico não participam do extrativismo de frutas ou das atividades do roçado, estes se dedicam com maior frequência ao trabalho assalariado, de pedreiro ou nos comércios de Salvaterra e da Vila de Joanes. Neste contexto, para a maior parte dos homens as atividades são ocasionais, ainda que os mesmos estejam sempre prestando serviços assalariados, não há contratos formalizados para estas atividades, o que não garante a permanência da mesma. Para além dos serviços assalariados, os homens esporadicamente praticam a pesca, em períodos que o assalariamento está em baixa.

As crianças desde cedo, a partir dos cinco anos de idade, acompanham as mulheres na etapa de coleta dos frutos, uma vez que na maioria dos casos suas mães não têm com quem deixá-las. Mota et al (2011), tratando do extrativismo da mangaba afirmam que está embutido nesta prática tanto a usual “ajuda”, quanto o controle dos pais para com os filhos, contribuindo desta maneira na formação do caráter dos indivíduos. Sendo assim, considero que são esses os momentos em que os conhecimentos são repassados de geração a geração, conforme depoimento:

[...] lembro que quando a mãe ia pro campo a gente tinha que ir, até mesmo porque ela não permitia que ficássemos dormindo. A gente acordava cedo e ia *simbora*, às vezes ia só mesmo com café e farinha, naquele tempo não tinha esse negócio de pão, bolacha como tem hoje, e até mesmo os pais da gente era pobre, não tinha dinheiro e nem tinha as facilidades que tem hoje. A gente apanhava as mangabas no campo e quando era por volta das 11 horas já vinha voltando. Foi assim que aprendi, e esses aí ó [*se referindo as crianças, grifo meu*] vão também, tem que ir, porque a gente só pode deixar para eles o conhecimento que a gente tem né? (A. A. R., 62 anos, extrativista de mangaba e moradora da Vila Paca).

Observei que as meninas participam ativamente, muitas vezes subindo nas mangabeiras para retirar as mangabas, juntando os frutos caídos no chão e, aquelas mais atentas informam sobre árvores que estão “*carregadas*”. Os meninos quando vão ao campo, se atêm em pegar os frutos caídos no chão ou servir a água para os demais participantes da atividade. Mota et al (2011) observaram situações semelhantes no nordeste brasileiro, e atribuem ao fato das crianças subirem nas árvores deve-se ao menor peso destas, o que não prejudica a espécie com quebra de galhos. Para os autores, as crianças se alternam entre as brincadei-

ras e a iniciação do trabalho, assim como em outras atividades no espaço rural, e as diferenciações que delimitam os afazeres de meninos aos de meninas começam a surgir na pré-adolescência, quando as posições de gênero são acentuadas na divisão sexual do trabalho.

No quadro 4 observa-se que a produção agroextrativista é desenvolvida em 100% dos grupos domésticos e nota-se que em apenas um domicílio nenhum dos membros dedica-se ao extrativismo de mangaba e de outras frutas. De forma geral, os números indicados em cada uma das tipologias (quadro 4) representa a quantidade de mulheres, incluindo crianças, em cada grupo doméstico, dedicada à atividade.

Quadro 4 - Número de mulheres e crianças, dedicadas as atividades agroextrativistas, por grupo doméstico.

Produção Agroextrativista	GD	Mangaba	Roça	Outras Frutas	Total por GD
Quantidade de membros no Grupo doméstico que desenvolve a atividade	1	2	0	1	3
	2	1	1	1	3
	3	1	1	1	3
	4	1	2	1	4
	5	1	0	1	2
	6	0	1	0	1
	Total	6	5	5	16

Cumpra ressaltar os diferentes espaços em que estas atividades são realizadas e com isso a variação na gestão e manejo dos recursos, isto ocorre pelo fato de algumas espécies de frutas (manga, coco, caju, limão) serem domesticadas e cultivadas nos terreiros. Outras, como a mangaba e o bacuri, são espécies nativas presentes nos campos de cerrado. Neste caso, as mulheres deslocam-se para estas áreas em períodos de safra para realizar o extrativismo. As espécies anuais são cultivadas nas roças, localizadas nos fundos do terreno de cada grupo doméstico. Geralmente a área destinada aos plantios anuais necessita de preparo do solo e na Vila Paca é comum se fazer calagem e adubação química, pois não há espaço suficiente para o descanso do solo, rotação de culturas, entre uma colheita e outra.

Calendário Agroextrativista

As atividades produtivas na Vila Paca ocorrem com base em duas estações do ano, o inverno e o verão. O verão é sem dúvida para os moradores da Vila Paca a época do ano mais farta, tendo início no mês de janeiro e término em junho. No verão ocorre o plantio das espécies anuais (roça) e é o período em que se acentua a prestação de serviços assalariados, aproveitando a época de veraneio, quando as praias da região recebem os turistas.

Quadro 5 - Calendário agroextrativista da Vila Paca

Tipologia agroextrativista	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ
Mangaba	Extrativismo da mangaba								Início da safra de mangaba	Extrativismo da mangaba		
Roça	Colheita da melancia, maxixe e jerimum		Início do plantio de abacaxi	Colheita da mandioca e macaxeira		Colheita de açaí, milho e macaxeira	Fim da colheita de macaxeira				Plantio de maniva, melancia, maxixe, jerimum, milho. Colheita do abacaxi	Limpeza do roçado e adubação Colheita do abacaxi
Outras Frutas	Colheita do caju	Coleta de caju bacuri manga										

Tanto os produtos extrativistas vegetais como animais, incluindo a caça, são favorecidos entre os meses de janeiro à junho. O quadro 5 mostra o calendário agroextrativista dos moradores da Vila Paca.

A caça, como já mencionado, é realizada com mais frequência no verão, sendo o tatu, o veado e a paca os mais abundantes na região. Esta é praticada com o uso de espingarda e nesta atividade tanto homens, os rapazes, como as mulheres o fazem. Não há costume de caçar mais do que o necessário para o consumo do grupo doméstico. A atividade ocorre geralmente uma vez por semana, demandando caminhadas não muito longas até o campo da mangaba. Muito raramente, a caça está associada a outras atividades, pois demanda silêncio e espera, desta forma este evento ocorre com exclusividade. Em raras ocasiões é possível conseguir uma caça quando se vai buscar lenha para abastecer o fogão, nestas ocasiões além do machado, para retirada de lenha, leva-se a espingarda, mas nem sempre é garantida a proteína para consumo familiar. Não houve relatos e nem observei a atividade de caça associada ao extrativismo da mangaba, isto pode ser consequência da diferenciação de horários de ambas as atividades, uma no entardecer e outra nos primeiros horários do dia, respectivamente, ainda que o espaço para ambas seja o mesmo.

A criação de galinhas é comum em todos os domicílios. Durante o dia as galinhas ficam soltas no terreno e no fim da tarde são empoleiradas numa construção rústica de madeira e tela de arame, local onde passam a noite sem perigo de perdas para animais maiores. A alimentação das galinhas é composta por milho e ração e o plantel geralmente não ultrapassa 12 bicos por grupo doméstico. Estas são a garantia de um inverno menos penoso para os moradores da Vila Paca, que consomem os ovos e a carne.

Os moradores relatam que há um acordo de vizinhança que restringe a criação de

porcos, pois estes necessitam de cuidados especiais, para que não invadam ou destruam as roças e as fruteiras na localidade. Desta forma, em respeito aos vizinhos não há criação destes animais. Também não há presença de gado bovino ou bubalino na localidade.

A atividade de pesca é realizada tanto por mulheres como pelos homens e destina-se apenas para alimentação do grupo doméstico, sendo que esta atividade, de acordo com a classificação dos moradores, não é nada invejada. Este fato pode ser explicado pela falta de preparo, instrumentos e aptidão, dos moradores da Vila Paca para realizar a atividade em um campo onde a disputa pelos recursos pesqueiros é acirrada e que há predominância de homens na atividade. Também pelo fato de existir, com bastante frequência, pescados para venda nos comércios vizinhos ou por ambulantes na própria localidade. Necessitar pescar para os moradores da Vila Paca configura-se como um atestado de “passar necessidades”. Contudo, em momentos em que não há alternativas de consumo e falta dinheiro para aquisição da “mistura”, as mulheres vão ao mangue catar caranguejo, mariscar camarão e se atrevem até a colocar redes e realizar a pesca de anzol em busca de peixes para abastecer o grupo doméstico. Na localidade não há área para realização desta atividade, o que demanda um deslocamento até o povoado de Água Boa para realizar a tarefa. Curiosamente, muitos moradores têm registro de pescador artesanal, o que lhes concede o direito ao benefício do seguro defeso.

Atividades Assalariadas e benefícios governamentais

As atividades assalariadas são ocasionais, para a maioria dos moradores da Vila Paca e, em apenas um caso uma mulher trabalha com carteira assinada para a prefeitura municipal, exercendo função de merendeira em uma escola do povoado vizinho. Os demais assalariados não têm esta garantia contratual e geralmente os trabalhos são feitos por “empreitas”. Aos homens é comum este tipo de acordo informal de trabalho, e na maior parte dos casos dedicam-se ao ofício de pedreiro em Salvaterra, Joanes ou mesmo em Belém. Outros, mais jovens, prestam serviço esporadicamente em comércios ou em fazendas na região.

Para as mulheres, os trabalhos assalariados geralmente são em casas de família – doméstica e, para as mais jovens babás – ou nas barracas de praia durante o mês de julho, de faxineira ou cozinheira. As relações contratuais, nestes casos, também são informais e não garantem os direitos trabalhistas devidos. Na época das entrevistas, nenhuma das moradoras ou parentas trabalhavam em casa de famílias como doméstica, apesar de quase todas já terem experimentado tal situação em momentos anteriores.

O quadro 6 apresenta a situação de homens e mulheres assalariados, tanto permanentes como ocasionais, na Vila Paca. Entre as tipologias de assalariamento encontram-se: 1) empregado, é destinado a pessoas que trabalham com contratos formais, ou seja, tem sua carteira assinada e seus direitos trabalhistas reconhecidos; 2) prestador de serviços, diz respeito a situações de assalariamento nas quais os direitos trabalhistas não são formalizados e que o vínculo com o empregador é temporário; 3) autônomo, trata da pessoa que obtém seu salário à custa de trabalho que ele mesmo gerencia, neste caso diz respeito ao dono do comércio de bebidas. Observa-se que 41% dos moradores da Vila Paca dedicam-se ao assalariamento e que deste percentual 20% o fazem com frequência, sendo esta sua principal fonte de renda. No caso do autônomo, é a principal entrada de recursos monetários do domicílio, no caso do emprego formal é complementar a renda obtida no grupo doméstico. Nos demais casos – prestadores de serviço – a renda obtida é complementar as outras atividades desenvolvidas pelos membros do grupo doméstico.

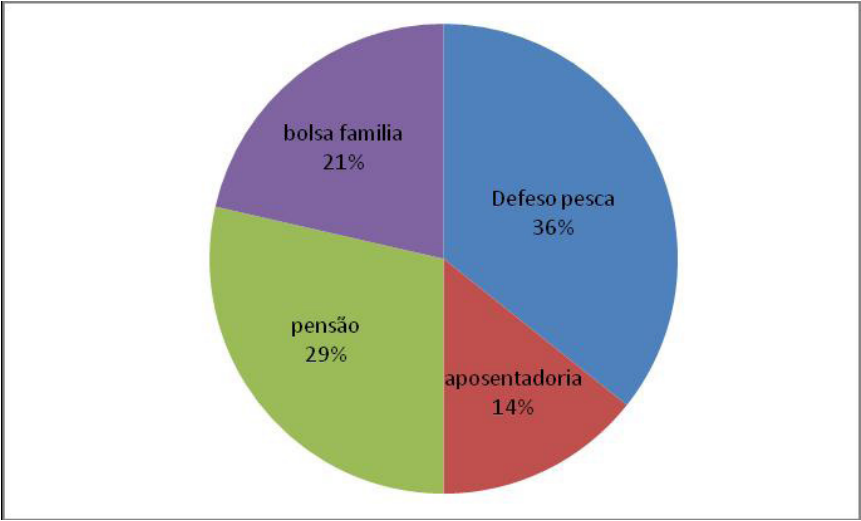
Quadro 6 - Situação dos moradores assalariados da Vila Paca

Qttd de pessoas nos grupos domésticos	Empregado	Prestador de Serviços	Autônomo
3	1	2	0
4	0	1	0
6	0	3	0
4	0	1	0
5	0	0	1
2	0	1	0
24	1	8	1

Conforme verificado, a fonte de renda da população da Vila Paca é diversificada e para 93% dos moradores acima de 17 anos, pelo menos uma pessoa por domicílio, os benefícios sociais monetários compõem a maior parcela de entrada de recursos financeiros.

Tais benefícios são distribuídos entre quatro diferentes categorias e possuem valores distintos entre si, como: i) bolsa família, que é calculado pelo número de filhos do domicílio que estudam; ii) o seguro defeso da pesca, recebido durante o período de reprodução de determinadas espécies de peixes; iii) aposentadoria rural, uma das categorias de aposentadoria especial prevista na Constituição Federal; e iv) pensão, que em dois casos é recebida após a morte do marido e se refere ao auxílio do pai, pelos dois filhos. O gráfico 2 apresenta as categorias de benefícios monetários e a porcentagem de pessoas acima de 17 anos que os recebem. É importante mostrar que entre os beneficiários apenas um é homem, o restante são as mulheres que garantem, mesmo que em casos de pensão paga pelo pai biológico para custear as despesas com os filhos homens, a administração deste montante é de responsabilidade das mães.

Gráfico 2 - Benefícios sociais recebidas pelos moradores da Vila Paca



Nesta localidade o seguro defeso da pesca, recebido por 36% dos moradores, deveria ser pago a cada mês no decorrer do quadrimestre, entretanto o valor dos quatro meses tem acumulado e é pago de uma só vez. Segundo os moradores esse recurso permite a compra de bens de consumo ou de investimentos na propriedade. Os demais benefícios são pagos mensalmente.

Em relação a aposentadoria, concordo com Paulilo (2004) que a mesma não significa parar de trabalhar, mas receber todo mês um pequeno montante de dinheiro bastante apreciado. É basicamente com este recurso e com o recurso da pensão, que os gastos fixos dos grupos domésticos são assegurados mensalmente, entre eles o pagamento da conta de luz, água e o “rancho”. No quadro 7 verificamos a distribuição dos benefícios entre os grupos domésticos, sendo que os números que compõe a tabela são referentes à quantidade de benefícios presentes.

Quadro 7 – Número de benefícios por grupo doméstico

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS POR TIPO E POR GRUPO DOMÉSTICO					
	Seguro defeso da pesca	Aposentado-ria	Pensão	Bolsa Família	Total GD
GD 1	1	0	2	2	5
GD 2	3	1	1	2	7
GD 3	0	0	0	1	1
GD 4	0	1	0	2	3
GD 5	0	0	1	0	1
GD 6	0	1	0	2	3
Total	4	3	4	9	

Em se tratando dos benefícios sociais por grupo doméstico, observamos que o bolsa família apresenta o maior número entre os grupos domésticos, não obstante este benefício, em termos monetário, é o que representa o menor valor, diferente do seguro defeso da pesca e da pensão, os quais garantem a aquisição de bens de consumo duráveis e das despesas fixas do domicílio, respectivamente, conforme observado no quadro 7.

O valor de cada um destes benefícios é diferenciado, porém é estabelecido previamente pelas políticas de governo, permitindo um planejamento preciso dos gastos. A aposentadoria e o seguro defeso da pesca equivalem a um salário mínimo, sendo o primeiro pago mensalmente e o segundo durante quatro meses por ano. A pensão alimentícia é calculada com base nos ganhos do pagador sendo pago mensalmente. O benefício - bolsa família - é estipulado de acordo com a renda mensal da família por pessoa, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e número de gestantes e nutrízes componentes da família. Na Vila Paca as famílias que possuem bolsa família recebem o benefício básico, com base na tipologia estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social²², este também é pago mensalmente.

As múltiplas atividades desenvolvidas pelas mulheres da Vila Paca nem sempre garantem a entrada de recursos monetários, mas certamente complementam a renda, uma vez que por meio de dinheiro ou de produtos agroextrativistas, da caça ou da pesca, são garantidas as condições necessárias para sobrevivência da família, tais como alimentação, vestimentas, remédios e algo para o lazer. Os benefícios recebidos pelo governo, com uma exceção apenas, são mensalmente a principal fonte de entrada monetária nos grupos domésticos. Constatei que o planejamento para utilização dos recursos é papel das mulheres chefes de família, são elas que controlam os montantes recebidos por meio da aquisição de alimentos, de materiais de higiene, de roupas. Também são as mulheres as principais responsáveis pelo planejamento de novas instalações nos domicílios, ainda que sejam os homens os executores. Constatamos que os papéis desempenhados pelas mulheres extrativistas da Vila Paca são bastante diversificados e exigem uma grande capacidade de conciliação, força e coragem por parte dessas mulheres para levar a cabo as estratégias. Ao mesmo tempo em que essas mulheres transformam.

22. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>

CAPÍTULO 4

DA COLETA À COMERCIALIZAÇÃO DA MANGABA, A IMPOTÊNCIA DA MULHER NA ATIVIDADE.

Tratamos neste capítulo de descrever a coleta, o beneficiamento e a comercialização da mangaba, etapas estas que compõem o itinerário do extrativismo deste fruto na Vila Paca. Ao passo que descrevemos estas etapas confrontamos com a literatura pertinente os dados coletados e as observações feitas, com fins de identificar semelhanças e diferenças existentes na atividade quando comparada às outras regiões do Brasil.

As análises que compõem este capítulo destacam as mulheres como as principais responsáveis pelo extrativismo, sendo que na Vila Paca essa atividade é exclusivamente feminina, diferente do que aponta os estudos realizados em outras regiões, os quais identificaram a participação de homens no extrativismo da mangaba. Ainda neste capítulo, tratamos da forma de acesso e de gestão do campo da mangaba feita pelas extrativistas da Vila Paca assinalando quais as implicações para a conservação dos recursos naturais e para garantia dos modos de vida de seus grupos domésticos. De modo geral, apresentamos o funcionamento do mercado da mangaba nessa região acentuando os limitantes e as oportunidades para as mulheres extrativistas de mangaba da Vila Paca.

JUNTAR E APANHAR MANGABA

Santos & Mota (2010), analisando o uso e a conservação das mangabeiras no Estado do Sergipe, observaram que a participação das mulheres é predominante no extrativismo da mangaba porque elas executam todas as etapas, não obstante verificaram que há homens na atividade. No Estado do Pará, Fernandes (2011) também constatou a presença de homens e mulheres no extrativismo da mangaba. Diferentemente, na Vila Paca, constatei que a atividade é desenvolvida apenas por mulheres com ajuda das crianças. É importante ressaltar que, em entrevista, apenas uma senhora afirmou que o seu finado marido ajudava no extrativismo da mangaba, segundo ela a responsabilidade da comercialização das mangabas era dele.

De acordo com Mota et al (2008), há predominância das mulheres na atividade no Estado de Sergipe pelos motivos anteriormente apresentados. Entretanto, nas raras ocasiões em que as mulheres são marreteiras, os homens as “ajudam”. Em comunicação no I Seminário dos Pesquisadores que estudam o extrativismo da mangaba em Belém no ano de 2010, foi dito que mais recentemente, com o advento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, rearranjos nas práticas habituais têm se dado com os homens participando mais intensamente da coleta, beneficiamento e transporte dos frutos em decorrência dos preços remunerativos.

Fernandes (2011) constatou em sua pesquisa que os homens dedicam-se ao extrativismo de frutos quando a atividade é economicamente compensadora, apoiada em Simonian (2001), que identifica a maior presença de homens no extrativismo da castanha no período em que ocorre a inserção da produção nos circuitos mercantis de exportação.

Mota et al (2008a; 2008b) também verificaram que a questão pode ter raízes mais profundas, arraigadas na divisão sexual do trabalho familiar e nos papéis de gênero, quando por ocasião analisou que apesar do extrativismo da mangaba, no Estado de Sergipe, compor 70% da renda familiar, era tida como uma atividade secundária ou marginal no imaginário dos entrevistados, quando comparada ao conjunto das demais.

Uma das possibilidades de explicação dessa contradição (baixo valor social, mas alto valor econômico) reside na supervalorização das atividades realizadas pelos homens, em detrimento daquelas realizadas pelas mulheres. Assim, a maior importância social daquelas minimiza a importância econômica dos recursos advindos do extrativismo, por meio do trabalho das mulheres (p. 160).

Analisando os trabalhos sobre o extrativismo da mangaba no nordeste do Pará (FERNANDES, 2011) e no nordeste brasileiro (MOTA et al, 2007) verifiquei que há uma tendência nos grupos de extrativistas se auto identificarem coletivamente a partir da prática exercida na atividade, ressaltando os atributos mais valorizados, seja no mercado ou na mão de obra e sobretudo afirmando politicamente a posição de gênero na atividade.

No nordeste brasileiro as mulheres se auto identificam como “catadoras de mangaba”, categoria relacionada diretamente com a forma que a coleta dos frutos é realizada. O catar a mangaba traduz uma das formas de obtenção do fruto, e se refere a coleta daqueles que estão caídos no chão. Mota e Silva Júnior (2003) afirma que a mangaba “*de caída*” é aquela que cai do pé naturalmente, efetivamente madura, alcançando valores elevados no

comércio quando comparados aos frutos coletados ainda nos galhos das mangabeiras, em decorrência da preferência dos consumidores pelo seu sabor. Já no norte de Minas Gerais, os extrativistas relataram que a coleta dos frutos nos galhos das árvores prejudica a safra seguinte (CARVALHO, 2007, p. 148).

Já no nordeste do Pará, Fernandes (2011) contrariamente identificou que as extrativistas de mangaba consideram que os frutos de caída não são bons para o consumo estando em fase de apodrecimento. Neste local, as mulheres extrativistas de mangaba se auto identificam como “apanhadoras de mangaba”, remetendo-se a forma de coleta, feita por meio da apanha dos frutos ainda no pé.

Em levantamento bibliográfico realizado, para fins desta pesquisa, sobre o extrativismo por diferentes grupos de mulheres verificamos que geralmente a identidade coletiva é adjetivada pela atividade realizada no extrativismo, estes são os casos das quebradeiras de coco babaçu (REGÔ e ANDRADE, 2006; FIGUEIREDO, 2005), das marisqueiras (FADIGAS et al., 2008) e das seringueiras (SIMONIAN, 2001), bem como das catadoras (MOTA et al., 2008) e apanhadoras (FERNANDES, 2011) de mangaba, em Sergipe e no nordeste paraense, respectivamente.

Para Almeida²³ (2011) este fenômeno está relacionado com a passagem destas mulheres de uma condição de existência atomizada no mundo doméstico para uma existência coletiva, da existência que não tem percepção de si para uma consciência de si mesma, de uma existência que é comunitária para uma existência associativa, ocorrendo desta forma a politização da cozinha, do quintal, do extrativismo, e da própria existência em ser mulher.

Ainda de acordo com o autor²⁴ a identidade coletiva é um fenômeno recente de explicação não muito fácil por estudiosos e que muitas vezes leva a relativizar o seu sentido. Na década de 1980 com o surgimento do Conselho Nacional de Seringueiros, do Movimento dos Sem Terra e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu as análises realizadas tratavam da emergência de novas identidades coletivas. Já no século XXI, na primeira década, algumas transformações recentes têm chamado atenção para duas questões básicas. A primeira é de que estamos diante de “novíssimas” identidades coletivas, e é como se toda a centralidade anterior que girava em termos de classe tivesse sido combalida momentaneamente, apresentando dificuldades em se estabelecer o sujeito da ação e, por sua

23. Contribuição avaliativa na banca de qualificação desta pesquisa, proferida pelo Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM), em 25 de março de 2011 às 14:30, do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – UFPA.

24. Palestra “Identidades em Evanescência: extrativismo na Amazônia” proferida pelo Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM), em 25 de março de 2011 às 08:30 horas. Promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – NCADR - UFPA, em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas, Museu Paraense Emilio Goeldi e Embrapa. Realizada na Universidade Federal do Pará, no auditório do CAPACIT.

vez relacionada à ambientalização dos discursos de empresas, governo, agências financeiras, entre outros setores.

Neste sentido, Almeida (2011) alerta sobre o que está em jogo nestas novas identidades coletivas, observando a existência de uma dupla evanescência, apresentada tanto pelos instrumentos jurídicos (ex. Reservas Extrativistas) para reconhecimento de áreas protegidas, como pela própria auto definição, delimitadora da identidade coletiva. Por fim, o autor constata o processo dinâmico destas evanescências, evidenciando que não há uma fixidez na forma jurídica, na auto identidade e nem na forma auto organizativa.

Com base nesta literatura e no trabalho de campo constatei que as mulheres extrativistas da Vila Paca não fizeram a passagem da forma atomizada para a existência coletiva, e dificilmente o farão sem apoio ou assessoria externa. Não há uma adjetivação que as identifique coletivamente, apesar da consciência, percepção e do saber-fazer destas mulheres no que concerne o uso e conservação das mangabeiras.

Para as mulheres da Vila Paca há uma diferença no “juntar” e no “apanhar” a mangaba, conforme também apresentado nos estudos de Mota et al (2008a; 2008b) e Fernandes (2011) e, também verificado nesta pesquisa em outros povoados vizinhos a Vila Paca. Estas são duas diferentes tipologias relacionadas com mesma atividade, tal distinção, que se faz localmente, orienta toda a cadeia produtiva do fruto da mangabeira a depender da oportunidade da coleta, beneficiamento e da comercialização, relacionando-se diretamente à disponibilidade de mão de obra no grupo doméstico e ao acesso aos frutos. Assim sendo, entende-se por “juntar” o ato de coletar os frutos caídos no chão e, por “apanhar” o ato de retirar dos galhos os frutos amadurecidos ou quase amadurecidos.

Observei que há também uma hierarquia social na atividade, pois a prática de “juntar” ou “apanhar” a mangaba irá remeter a uma série de fatores, ora explícitos e ora velados. Tais fatores, aos quais me refiro, são os fatos de que para se “juntar” a mangaba é preciso alguns atributos naturais ou não, tais como: a esperteza, para chegar às árvores em que os frutos estão disponíveis no chão; uma maior disponibilidade de tempo para se adiantar a estas árvores, antes que outros o façam; o domínio do beneficiamento do fruto, pois apenas os frutos que são juntados (disponíveis no chão) são apropriados para produção de polpas, que nos circuitos de comercialização são mais rentáveis e, além disso, são mais frágeis; as condições de infra-estrutura para conservação das polpas (energia elétrica, freezer ou geladeiras); e por fim, a possibilidade de autonomia, pois a atividade não exige mais que uma pessoa para executá-la e não requer instrumentos próprios, além de um recipiente para armazenar e transportar os frutos até a casa.

Para comer tem que pegar a mangaba quando ela cai, se pegar para comer diretamente do pé, ela num presta, ela amarga, ainda tá dura (O. C.A., 62 anos extrativista de mangaba e moradora da Vila Paca).

O “apanhar” a mangaba não é a forma preferencial das mulheres da Vila Paca, apesar de realizá-la quando não há alternativa ou, quando há garantia certa de comercialização. Este fator pode ser explicado pelo fato dos frutos, neste estágio (ainda nos galhos das mangabeiras) possuírem bastante leite (látex), não serem apropriados para o fabrico de polpas, e carecem de 3 a 4 dias para amadurecer sob cuidados especiais. Soma-se a isso, o valor de mercado inferior ao valor do fruto beneficiado, a necessidade de instrumentos (ainda que rústicos) para realizar a coleta, e a necessidade de ao menos duas pessoas para realizá-la.

Gestão dos recursos naturais e conservação do campo da mangaba.

Segundo Diegues (2001):

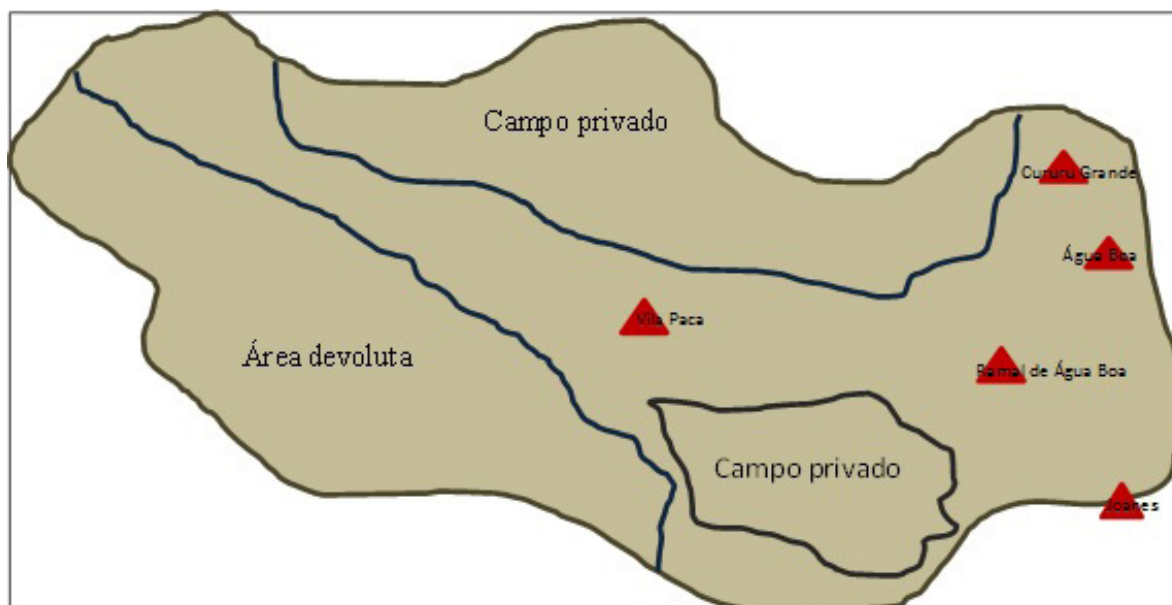
[...] os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comunitário existentes no Brasil não são formas do passado, congeladas no tempo ou em total desorganização frente ao avanço da propriedade privada. Ainda que muitos desses sistemas tenham-se desestruturado frente a expansão capitalista, existem exemplos recentes que mostram a capacidade dos “comunitários” não só em reagir, mas também reorganizar-se recriando modos de vida e territórios de uso comum (DIEGUES, 2001, p.97).

São estes sistemas tradicionais, tratados pelo autor, que configuram o espaço de coleta dos frutos da mangaba para as mulheres da Vila Paca, as quais não dispõem, na localidade, de mangabeiras em quantidade suficiente para praticarem a atividade, o que as levam para outras áreas de coleta. O acesso as mangabeiras ocorre em uma área denominada campo da mangaba, e além das extrativistas da Vila Paca, outros moradores de localidades adjacentes também usufruem deste espaço e recurso.

O acesso ao campo da mangaba é diferenciado a depender da localização exata de que se trata, pois no campo da mangaba há duas formas de apropriação, sendo elas: o campo privado e a área devoluta. Na Vila Paca atualmente o acesso mais usual é feito na área

devoluta. Na figura 11, visualizamos um croqui adaptado do desenho feito pelas mulheres da Vila Paca sobre o espaço por elas concebido como campo da mangaba.

Figura 11 – Croqui do campo da mangaba desenhado pelas mulheres extrativistas da Vila Paca.



Fonte: Mulheres extrativistas de mangaba da Vila Paca. Adaptação: Bianca Lima.

Cumpre ressaltar que em tempos pretéritos as mulheres da Vila Paca tinham acesso aos campos privados por meio de laços de amizades ou pelo trabalho de “meia” com os proprietários das fazendas, hoje este acesso encontra-se proibido e elas não sabem explicar os motivos. De todo modo, afirmam que a produção da área devoluta é suficiente e que ali não escutam reclamações, além de não haver necessidade de pagamentos pela coleta.

Eu aqui faço um planejamento na época da mangaba, porque o campo é muito grande, deve de ter uns 70 hectares, por aí assim. Eu vou primeiro mais perto e deixo as árvores mais distantes para o fim da safra. Antigamente tinha uma cerca, mais caiu, porque o fogo pegou, lá não tem ninguém que toma conta não. Eu tô indo lá faz uns cinco anos, porque antes era onde hoje é a propriedade de Dona Antônia (M.E.C.A., 41 anos, extrativista de mangaba e moradora da Vila Paca).

McCay e Acheson (1987, apud Diegues 2001), mostra que:

[...] no mundo inteiro se tem registrado e analisado um número considerável, de formas comunitárias de acesso a espaços e recursos que tem assegurado um uso adequado e sustentável dos recursos naturais, conservando os ecossistemas e gerando modos de vida socialmente mais equitativos (p.98).

De acordo com Mota, Silva Júnior e Schmitz (2005, p. 3), para os povos e comunidades extrativistas as estratégias de reprodução social se dão a partir das suas relações com a terra, recurso natural cujo acesso tem sido problemático para as populações pobres do Brasil. Os autores afirmam que esta situação de não deter a propriedade de terra, porém ter acesso às plantas para a prática do extrativismo por gerações influencia para que hoje em dia exista uma compreensão entre as catadoras de mangaba de que as “terras tem dono, mas a mangaba é de ninguém”.

No “pico” da safra da mangaba é comum as mulheres da Vila Paca irem juntas coletar os frutos, levando com elas as crianças e os cachorros, uma vez que a preferência de horário para acesso a mangabas é pela manhã, não coincidindo com o horário de aula das crianças e outras vezes coincidindo com o período de férias escolares. Segundo relato das mulheres, nas caminhadas mais longas elas percorrem em média de 2 a 3 quilômetros e, ao chegar ao local escolhido tratam logo de determinar em quais mangabeiras irão coletar os frutos.

Quando questionei se havia algum trato cultural nestas áreas ou árvores, muitas me informaram que não faziam nada, apenas coletavam os frutos, sejam os do chão ou dos galhos. Porém, ouvi relatos descontextualizados da ocasião das entrevistas, de que nos períodos de entressafra, algumas mulheres tocavam fogo nesta área por acreditarem que a fumaça estimula o surgimento das flores e dessa forma as mangabeiras produzem mais no período de safra. Sobre isso, ninguém quis explicar maiores detalhes.

Por outro lado, as normas e regras de uso das mangabeiras parecem bem estabelecidas entre elas, pois todas consideram quase que um crime a quebra de galhos das árvores ou a derrubada de frutos verdes, soma-se a isso a preocupação com a reprodução das árvores e com a conservação dos animais que se alimentam da espécie, conforme pode ser explicitado nos depoimentos que se seguem.

Ah! A mangaba quebra um galho sim... quer dizer que eu não quebro os galhos da mangabeira, mas ela quebra um galho meu [risos] (O.C.A., 62 anos extrativista de mangaba e moradora da Vila Paca).

Olha porque realmente quando ela é pequenina ela tem menos caroço, uns dois caroços, as grandes já tem uns seis caroços, mais do que isso ela num tem. A preferência nossa é pelas grandes, as menores a gente deixa para tornar a vir mangabeira. Têm uns bichos, o tal de veado que come a mangaba, a gente ver os rastros embaixo das mangabeiras, é por isso que a gente tem que deixar também, porque assim como a gente precisa eles também precisam, porque coitadinhos num tem emprego, num trabalham, tem que comer também [risos], é cutia é paca, tudo come mangaba (O.C.A., 62 anos extrativista de mangaba e moradora da Vila Paca).

A coleta

No que diz respeito à sazonalidade ou periodicidade da produção de mangaba, tem-se a safra entre setembro e fevereiro. O “pico” da safra ocorre no fim do inverno – meses de novembro e dezembro. Durante a safra da mangaba as mulheres conciliam as atividades domésticas com o extrativismo do fruto e o plantio da roça, todas estas atividades contam com a participação das crianças e das mulheres do grupo doméstico. Os horários determinados para os afazeres são acordados entre elas, e parecem já ser certos os dias dedicados ao “serviço da mangaba”, uma vez que esta é a tarefa que altera a rotina do trabalho doméstico e da roça, exercido durante todo o ano.

A motivação para realizar o extrativismo da mangaba traduz a certeza de que neste período haverá obtenção de um dinheiro extra para ajudar nos “gastos” da casa. A cada ida ao campo da mangaba as mulheres afirmam não saber ao certo o que as espera, se a coleta será boa; se haverá risco com animais peçonhentos (cobras, marimbondos); se quando voltarem para casa as “coisas” estarão em ordem – se referindo as galinhas, os eletrodomésticos, ou mesmo a saúde dos outros membros; se conseguirão vender por um bom preço a produção; entre outras preocupações inerentes a atividade e a própria vida. Nada disso é certo, mas assim mesmo elas saem de suas casas por volta das 07:00 horas da manhã rumo ao campo da mangaba.

A organização para as idas ao campo, se coletiva ou apenas do grupo doméstico, irá depender do período da safra, como já mencionado. Na época de “pico” da safra da mangaba geralmente são organizadas as idas coletivas, ou seja, as mulheres, crianças e cachorros dos diferentes grupos domésticos se organizam para irem juntas. Mas nada disso é tão rígido, e dependerá das circunstâncias em que estas mulheres se encontram. Por exemplo, se uma mulher deseja realizar a coleta da mangaba, mas por algum motivo não tem no grupo doméstico alguém disponível para ir com ela, é comum que convide uma vizinha ou parenta para acompanhá-la, socializando assim o canal de comercialização que informalmente já contratou, sendo esta uma forma de exercer a solidariedade e reciprocidade nesta localidade. Geralmente, ficam na localidade a senhora mais velha e algum jovem para dar assistência.

Em outros períodos, fora do “pico” as idas ao campo geralmente são feitas apenas reunindo mulheres, crianças e cachorros do mesmo grupo doméstico. Este fato pode ser explicado pelo aumento da concorrência pelo fruto. Neste período, a coleta mais usual é a “apanha” e o número de idas dependerá dos acertos feitos previamente para a comercialização.

É importante ressaltar que as crianças vão ao campo com as mães ou avós mediante acordos pré-estabelecidos familiarmente. As mulheres informam as crianças que se estas ajudarem direitinho receberão uma quantia de dinheiro simbólica (geralmente R\$ 1,00 real) assim que a produção for vendida. Presenciei durante minha estada na localidade uma criança de seis anos cobrando da mãe o pagamento da mangaba. A mãe explicou para o filho que apesar de ter entregado a mercadoria ainda não havia recebido o pagamento, e tão logo recebesse iria repassar a parte dele.

Durante os meses de novembro e dezembro as coletas são realizadas de segunda à quinta feira, para aproveitar o máximo possível a produção dos frutos. Logo cedo as mulheres se reúnem e seguem com seus baldes, sacos, varas e água para o campo da mangaba, também levam fósforos e facão. O fósforo serve para colocar fogo em algum enxame de marimbondos que encontram pelo caminho e o facão é a garantia de defesa caso algum imprevisto ocorra ou mesmo para limpeza de algum capim ou cipó que atrapalhe a passagem. Cumpre ressaltar que as mulheres dispõem de vestimentas próprias para atividade, pois como o látex da mangaba mancha as roupas e a pele, estas já estão precavidas, separando uma peça de roupa para executar a atividade, conforme pode ser visto na figura 12.

Figura 12 - Roupas utilizadas para coleta de mangaba.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

Ao chegar à área de coleta cada grupo doméstico escolhe a árvore que irá “juntar” as mangabas. É comum visitar de 3 a 5 árvores por coleta. Por meio de assobios ou usando o termo “parceira” se comunicam umas com as outras, para saber se o grupo permanece próximo ou se já estão todas prontas para voltar para casa. A medida da coleta é dada pelo enchimento dos recipientes que levaram consigo e geralmente cada coleta dura em média 3 horas. A preferência para armazenar as mangabas “de caída”, ou seja, aquelas que são juntadas do chão é o balde, que evita que os frutos sejam danificados durante o transporte do campo à casa. Neste período leva-se a vara e o saco como precaução caso não se consiga obter uma boa produção de frutos maduros, realiza-se a “apanha” nos galhos das árvores.

O retorno para casa é feito por volta das 11:00 horas. Elas retornam, colocam as mangabas em um local seco e coberto, tomam banho, esquentam o almoço e servem a refeição.

Após a limpeza dos utensílios do almoço iniciam o processamento dos frutos que toma boa parte da tarde.

No fim da safra da mangaba, ou nos meses em que a produção é menor, a atividade de coleta é realizada nos três primeiros dias da semana, e somente se houver garantia de venda dos frutos “in natura”, pois nestes meses dificilmente encontram-se mangabas “de caída” em quantidade suficiente para o processamento, sendo a alternativa realizar a “apanha”. É bastante difícil ou até mesmo raro não haver demanda para este fruto, seja processado ou in natura, fator este que motiva a coleta durante toda a safra. Contudo, em apenas dois domicílios as mulheres afirmaram que apanham mangaba durante toda a safra, nos demais a preferência é juntar a mangaba, ainda que a produção seja menor.

A apanha das mangabas é feita com o auxílio de um instrumento fabricado pelas próprias mulheres, este consiste em uma vara de madeira com um gancho de ferro entortado na ponta, preso a vara, conforme as figuras 13 e 14. No nordeste brasileiro (MOTA et al, 2008a; 2008b) e no nordeste paraense (FERNANDES, 2011) as mulheres também utilizam estes instrumentos para realizar a coleta de mangaba nos galhos das árvores. Já no norte de Minas Gerais, Carvalho (2007) observou que este instrumento não é utilizado porque consideram que não permite um bom aproveitamento dos frutos em amadurecimento.

Figura 13 -Mulher extrativista apanhando mangaba.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

Figura 14 -Mulher extrativista apanhando mangaba.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

Para otimizar a “apanha” é comum que se vá para a mesma árvore, mais de uma pessoa do mesmo grupo doméstico, pois ao mesmo tempo que uma derruba os frutos dos galhos a outra vai coletando e armazenando. Nesta atividade as crianças são muito bem-vindas, porque geralmente são mais leves e podem auxiliar a derrubada dos frutos, ao subirem na árvore sem maiores riscos de quebrar os galhos.

Observei durante um evento de “apanha” de mangaba a precisão dos movimentos realizados, tanto pela pessoa que está incumbida de utilizar a vara, bem como da pessoa que coleta os frutos derrubados. Esta última passa a maior parte do tempo em posição curvada e, com uma mão coleta os frutos e com a outra segura o recipiente, quando há crianças estas geralmente seguram o saco, caso não esteja em cima da árvore ajudando a derrubar os frutos. A pessoa que está coletando os frutos caídos procura sempre andar atrás da pessoa que está com a vara, para evitar que os frutos caiam em sua cabeça. Por sua vez, quem utiliza a vara passa bastante tempo olhando para o alto e trabalhando movimentos de coordenação motora, bastante finos, que exige o uso dos dois braços. A figura 15 ilustra estas etapas da apanha da mangaba.

Figura 15 - Etapas de apanha da mangaba.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

PASSANDO NO CRIVO: “IN NATURA OU NA POLPA, DE UM TUDO A GENTE FAZ”

Conforme exposto no item anterior, a forma de coleta da mangaba, para as extrativistas da Vila Paca, determina o tipo de beneficiamento que sofrerão os frutos, sendo este feito de duas maneiras, o “empalhamento” ou a extração da polpa. As mangabas coletadas ainda nos galhos das árvores (*apanhadas*) são geralmente empalhadas para serem comercializadas *in natura* e, aquelas coletadas no chão (*juntadas*) são processadas para a extração de polpas e comercialização destas congeladas. Isto se deve, entre outros fatores sociais e econômicos, ao fato das mulheres, por meio de observação e experimentação, concluírem que as mangabas *apanhadas* (ainda que amadureçam artificialmente) não produzem uma polpa clara e amargam, desta forma são destinadas apenas para a venda *in natura* - após o amadurecimento artificial, o empalhamento. Diferentemente das características observadas para os frutos *juntados*, que são destinados à produção de polpas congeladas.

Vale ressaltar que o processamento da mangaba para o fabrico de polpa é uma tarefa recente na Vila Paca, introduzida na última década com a chegada de energia elétrica e dos eletrodomésticos. Anteriormente, o beneficiamento da fruta consistia somente em “empalhar” as mangabas para venda dos frutos *in natura*. A técnica de “empalhar” as mangabas ainda é utilizada na Vila Paca, contudo observam-se algumas adaptações, principalmente nos instrumentos utilizados, quando comparado a tempos pretéritos conforme pode ser observado no depoimento de uma extrativista:

[...] quando eu tinha 8 para 9 anos eu lembro que eu levantava cedo e mamãe chamava a gente para ir para o campo apanhar a mangaba, principalmente próximo ao círio né? Que tinha o círio de Icoaraci, Mosqueiro de Soure. Aqui nem tanto porque todo mundo podia ir apanhar mangaba, mas quando era assim de encomenda a gente acordava cedo e ia. Às vezes, eu tô me lembrando, eu faço a comparação desse tempo com o tempo de hoje, que nossos filhos e nossos netos não passaram isso que a gente passou. A gente acordava cedo, num tinha nem pão, porque nossos pais não tinham condições - dinheiro para comprar - a gente bebia café com farinha. Acordava cedo e levava um balde, nesse tempo tinha aquelas cuieiras a gente tirava aquele meio, fazia uma boca em cima, a mamãe limpava muito bem, às vezes o papai pintava, e aquilo servia como se fosse uma moringa, para gente levar com água. A gente levava e ia simhora para o campo. Passava lá até umas 11 horas, que sempre era longe, ia embora por esses campos... a gente começava a chorar e dizia mamãe tô com fome, e a gente juntava mangaba, lavava e ela dizia: vocês gastam toda a água lavando a mangaba, quero ver quando dá sede em vocês... Porque a gente comia mangaba, e a própria mangaba dava sede. Ela vinha com o paneiro cheio, chegava aqui a gente ia lavar e estender assim em cima de um pano para poder escorrer e encher os paneirinhos. O papai fazia os paneirinhos, eles vendiam as cambadas de mangaba, que era 6 pares - a dúzia dos paneirinhos. Quando dava umas 3 horas a gente voltava de novo para tirar a folha do guarumã, que é um mato nato, que tem umas folhas bonitas e a gente passava assim no fogo e ela murchava e não rasgava, para empaneirar as mangabas, botava verde mesmo [as folhas de guarumã - grifo meu], era bem umas seis folhas, primeiro botava uma no centro e depois ia arrumando as outras. E ia colocando as mangabas, depois botava uma em cima [folhas de guarumã - grifo meu] para poder dobrar. No fundo metia uma alcinha para quando fosse fazer os pares, amarrar um no outro. Tecia assim a Envira - tala - para poder amarrar. Aí os marreteiros viam pegar, papai ficava brabo porque ele achava que eles não pagavam aquilo que era certo. Mas não tinha outra alternativa. Papai que vendia e pegava o dinheiro para comprar os gêneros que tava precisando assim para nós (V.M.C.G., 60 anos).

Fernandes (2011) constatou que no nordeste paraense “empalhar” é a forma mais utilizada pelas *apanhadoras de mangaba* para destinação comercial dos frutos. A autora identificou em seu estudo que as mulheres *empalham* os frutos em paneirinhos e assim os comercializam *in natura*, corroborando com o depoimento em epígrafe.

Para empalhar a apanhadora de mangaba precisa das folhas e talas da palmeira guarumã. As talas da haste caular da planta são usadas para confecção dos paneiros e as folhas para revestir os mesmos. A planta do guarumã é encontrada nas áreas de manguezal. Tanto homens quanto mulheres, jovens e crianças praticam a extração do guarumã (FERNANDES, 2011, p. 106).

No Estado de Sergipe, Santos (2007) observou que as catadoras de mangaba também fazem uso desta técnica de beneficiamento dos frutos em processo de amadurecimento, denominada localmente de “encapotamento”:

[...] o processo de encapotamento consiste na lavagem dos frutos após a colheita. Em seguida são colocados para enxugar sobre um pano seco. Logo depois são colocados em baldes revestidos com papel e cobertos também com papel ou tecido. Após três dias, os frutos estão maduros e prontos para serem comercializados (SANTOS, 2007, p. 91).

Atualmente na Vila Paca o fabrico dos paneiros com tala de guarumã não é mais utilizado para “empalhar” as mangabas, não obstante este processo de beneficiamento ocorre com a substituição destes apetrechos por outros disponíveis e improvisados localmente. A depender da quantidade da produção coletada semanalmente, as mangabas são empalhadas em baldes, caixotes, bacias e até em carrinho de mão, conforme ilustrado na figura 16.

Fernandes (2011), analisando a divisão social do trabalho no extrativismo da mangaba, relata que a participação dos homens complementa as tarefas das mulheres, pois geralmente são os filhos e os maridos que se encarregam da atividade de coleta do guarumã para a fabricação dos paneiros, enquanto as mulheres são as principais responsáveis pela coleta dos frutos e pelo “empalhamento”. Na Vila Paca as mulheres não contam com esta mão de obra masculina no extrativismo da mangaba, e este parece ser um dos fatores que fez com que a atividade fosse adaptada às condições atuais, caindo em desuso o paneiro de guarumã.

Para o “empalhamento” das mangabas, as mulheres da Vila Paca recorrem aos recipientes de uso doméstico, improvisados ou mesmo destinados para isso. Sendo assim,

Figura 16 - Empalhamento das mangabas coletas na apanha.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

retornam da coleta e logo armazenam os frutos, nos recipientes colocados em local fresco, sem incidência direta do sol. Neste tipo de beneficiamento, não há seleção dos frutos e nem limpeza dos mesmos, apenas são cobertos com um plástico, tecido fino ou tela, evitando o contato com insetos e abafando os mesmos para favorecer o amadurecimento. Ali estes frutos passam de dois a três dias até que amadureçam e sejam comercializados. Cumpre ressaltar que apenas em dois domicílios esta técnica de beneficiamento é utilizada durante toda a safra, nos demais a preferência é pela confecção da polpa congelada, pois desta forma não há desperdício da produção e parece haver mais segurança com relação ao retorno financeiro da atividade, conforme relatado:

[...] tem gente aqui que vende os frutos, são poucos, eu mesmo sei que M. e O. vende assim, eu não me arrisco porque é um trabalho imenso pra tá com a vara olhando para cima todo o tempo [se referindo a apanha – grifo meu] e quando se espanta perde a produção, porque quem faz isso tem que ter certeza que o marreteiro vai passar, e mesmo eles não dão valor ao serviço, pagam pouquinho. Eu vou para o campo atrás de juntar as mangabas porque na polpa, pode até ser que demore para vender mas você num perde aquele serviço (M.E.C.A., 41 anos extrativista da Vila Paca).

[...] teve uma vez aqui que eu me esforcei e tinha aquele balde ali cheio quando foi no dia o freguês num veio, chega me deu tristeza, só a senhora vendo. Eu perdi o serviço né? Tentei fazer a polpa, mas mesmo num prestava, quando é assim ela agarra todinha no crivo, parece assim que aquele leite gruda, vira um bolo só. Depois disso meus filhos disseram que num era mais para

eu tá lidando desse jeito não (F.C.M., 56 anos, moradora e extrativista de mangaba da Vila Paca).

O beneficiamento da mangaba realizado na Vila Paca é feito com bastante apreço e elas afirmam garantir a qualidade da produção, que é feita na própria residência com uso de instrumentos rústicos.

A mangaba utilizada para extração da polpa seguida pelo congelamento é aquela obtida caída no chão ou *juntada*, conforme já exposto, pelo fato de possuir menos látex e a casca (exocarpo) sair mais facilmente, o que garante a polpa limpa, clara.

Este beneficiamento tem início logo após a chegada do campo, momento em que as mulheres lavam os frutos em água corrente, selecionam as mangabas, descartando aquelas machucadas no processo de transporte ou coleta. Geralmente as mangabas que não são aproveitadas para o fabrico de polpa congelada, são separadas em uma vasilha para consumo doméstico ou lançadas no terreiro para alimentar as galinhas ou para germinar, no último caso pouco sucesso tem sido obtido com a técnica.

Após a lavagem, os frutos são colocados no crivo para que a água escorra e seque com o vento, não sendo expostos ao sol. O crivo é uma peneira feita localmente, utilizando madeira e tela de nylon, o tamanho varia de acordo com as necessidades de cada grupo doméstico.

Enquanto as mangabas estão secando as mulheres aproveitam para tomar banho, servir o almoço, fazer outra atividade necessária e descansar. Após este intervalo de tempo, geralmente de duas a três horas, as mulheres retornam a atividade de despolpa da mangaba. Observei que algumas mulheres utilizam toucas para evitar que caia cabelo na polpa, nenhuma faz uso de luvas. A retomada deste processo de beneficiamento tem início com a retirada da pele e das sementes, armazenando a polpa em uma bacia. Depois que todas as mangabas estão preparadas, as mulheres utilizam o crivo para retirar a polpa, que é aparada com uma bacia, conforme figura 17.

É consenso entre as mulheres da Vila Paca que a despolpa requer mais tempo do que o empalhamento, mas elas garantem que vale a pena o serviço e se orgulham da produção, conforme relato:

[...] a polpa original é como essa aqui, não tem pele e não pode por água, se colocar água na hora que congela, a água separa da polpa e fica o gelo de um lado e a polpa de outro (M.E.C.A., 41 anos, extrativista de mangaba e moradora da Vila Paca).

Figura 17 - Etapas do beneficiamento da mangaba para o fabrico de polpas.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

Após a despolpa dos frutos, a massa é colocada em sacos plásticos de um litro, amarrados e armazenados nos congeladores, figura 18. Conforme relato das extrativistas o aproveitamento em média é de três quilos de frutos para obtenção de um quilo de polpa. Os custos da atividade estão relacionados aos materiais necessários, neste caso aquisição dos sacos plásticos e de tela para o fabrico do crivo, a cada safra. A energia elétrica utilizada para o congelamento das polpas já faz parte do uso diário, pois todos os domicílios possuem geladeira ligada a energia elétrica durante todo o ano.

Figura 18 - Polpas de mangaba ensacadas (1kg) para o processo de congelamento.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

Ambas as atividades de beneficiamento da mangaba são realizadas no próprio domicílio e geralmente a chefe de família se encarrega do processo, principalmente no que trata da despolpa dos frutos.

Quando comparamos a produção de frutos de mangabas apanhados e juntados por família semanalmente, em média temos os seguintes números (quadro 8) de acordo com a memória das extrativistas. A variação relatada foi de aproximadamente 3 Kg para mais ou para menos, entre as famílias.

Quadro 8 - Média da produção semanal, por grupo doméstico, de mangaba durante os meses de safra

Meses da safra de mangaba	Apanhadas semanalmente por grupo doméstico	Juntadas semanalmente por grupo doméstico
Novembro/2011	42 kg	15 kg
Dezembro/2011	37 kg	27 kg
Janeiro/2011	40 kg	12 kg
Total	119 Kg	54 Kg

Todas as extrativistas relataram que a maior dificuldade relacionada ao extrativismo da mangaba é o transporte dos frutos, do campo até a casa. Outras dificuldades apresentadas também estão relacionadas com a etapa de coleta, entre elas: a altura do mato no campo, a coceira e ardência que a pele, exposta durante o período da coleta e em contato com diversas plantas, apresentada após o banho.

Na Vila Paca, a mangaba é o único fruto do extrativismo que é beneficiado para fins de comercialização, os demais são vendidos *in natura* sem necessidade de nenhum tipo de processamento.

Figura 19 - As mangabas e a mulher extrativista - retorno para casa.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

OU É PRA MARRETEIRO OU É PRA COMERCIANTES: SOBRE O MERCADO LOCAL DA MANGABA

O circuito de comercialização da mangaba, na Vila Paca e adjacências, se restringe a dois canais de escoamento, diretamente relacionados aos tipos de beneficiamento dos frutos. Sendo os frutos empalhados vendidos ao *marreteiro* e as polpas congeladas aos comerciantes locais ou *fregueses*.

Tanto os marreteiros como os fregueses são atores externos à Vila Paca e, segundo as informações obtidas com a população da região nunca se ouviu falar na presença de mulheres desenvolvendo estas atividades.

No vocabulário local a categoria *marreteiro* está relacionada à homens cujo ofício é comprar produtos extrativos *in natura* e revender nos grandes centros urbanos. Já a categoria *comerciante* ou *freguês* é designada aos homens que comprem as polpas congeladas tendo como destinação a revenda em seus próprios estabelecimentos ou para sorveterias e lanchonetes, em ambos os casos estes são intermediários da produção, na qual as extrativistas são o primeiro elo da cadeia produtiva do fruto.

Constatei que a comercialização dos frutos da mangaba pelas mulheres extrativistas da Vila Paca é uma atividade que ocorre em suas residências. Diferentemente dos estudos feitos por Mota et. al (2008), Santos (2007) e Fernandes (2011), os quais apresentam circuitos mais complexos de comercialização, que envolvem tanto a venda direta ao consumidor, em feiras locais e regionais, quanto a venda para intermediários em uma cadeia longa, cuja destinação final do produto chega até a exportação. Na Vila Paca este circuito, pelo menos para as extrativistas, é bastante curto e repleto de informalidades e até mesmo vulnerabilidades. Ao que se sabe localmente, o maior percurso é o mercado “ver-o-peso” na cidade de Belém, no qual os marreteiros se incumbem da tarefa de repassar a produção de frutos para outros revendedores.

Shanley et al. (2002 apud Mota et al 2008) analisando os atores, os canais de comercialização e o consumo da mangaba no nordeste brasileiro, mostra que:

[...] muitos produtos oriundos do extrativismo circulam estritamente em mercados locais e regionais e, mesmo assim, satisfazem a necessidade de subsistência de numerosos grupos na América Latina, além de desempenhar papel vital no comércio local e na reprodução social de grupos em desvantagens, como mulheres e crianças (p. 2).

Este parece ser o caso dos frutos oriundos do extrativismo da mangaba da Vila Paca, onde o preço, o volume e a comercialização da produção são ditados pelas oportunidades e pelos limitantes da atividade, sendo geralmente utilizada nestas transações a troca do produto por dinheiro. É válido mencionar que durante o trabalho de campo desta pesquisa, em um povoado vizinho à Vila Paca encontrei com uma jovem de 21 anos recém-casada e mãe, ela estava iniciando o “serviço da mangaba”. Esta jovem me contou que aprendeu tirar a polpa da mangaba com uma senhora experiente, conhecida da igreja evangélica que frequenta, e que já faz duas safras que aproveita os frutos. Quando em conversa questioneei sobre a comercialização, ela me explicou que faz da seguinte forma:

[...] eu tiro a polpa e levo lá no sr. M. na Vila de Joanes, vou de bicicleta mesmo, é pouquinho, quando deu muito eu fiz 5 kg de polpa numa semana, lá ele bota o preço e eu pego as mercadorias para despesa da casa, é bolacha, leite, café e teve uma vez que peguei absorvente. Ele é meu parente, por isso é mais fácil (D.A.B., 21 anos, moradora do Ramal de água Boa).

Este depoimento propicia uma análise que remete a alguns traços do *aviamento* o qual por muito tempo prevaleceu na região. Reis (2007, p. 85) ao estudar os piaçabeiros do Rio Negro/AM informa que “o aviamento é o sistema ainda prevalecente no interior da região da Amazônia no âmbito das atividades primárias, de forma especial, o extrativismo”. O aviamento consiste na troca de produtos primários por produtos manufaturados ou industriais, geralmente esta “troca” é um tanto quanto desigual, pois de um lado se tem o baixo valor dos produtos primários, principalmente extrativistas, e de outro lado o alto valor dos produtos industrializados. No caso, em análise não é diferente, uma vez que o comércio do Sr. M., na Vila de Joanes, é conhecido localmente por “Serra Pelada”. Esta analogia remete ao fato conhecido popularmente na região, onde no garimpo da “Serra Pelada” os garimpeiros trocavam sua produção com comerciantes locais, que os exploravam por meio de suas “cadernetas” e balanças imprecisas.

Sobre esta situação constatei que tendo em vista historicamente na Amazônia a comercialização sob o referido sistema de aviamento (SANTOS, 1980; EMPERAIRE, 2000; MEIRA, 1993), e que nos tempos atuais prevalece nesta região de forma mais atenuada e com modificações, aquelas mulheres que praticam a atividade de forma “isolada”, isto é, que não estão inseridas em uma localidade onde prevalece a socialização dos modos de produção, que vai desde a coleta até a comercialização, terminam por se submeter a esta forma de comercialização, baseada na exploração.

Ainda que na Vila Paca, a comercialização da mangaba, não esteja inserida neste sistema tradicional de aviamento, onde a “produção” é trocada por “mercadorias”, e que geralmente há o endividamento com o “patrão” (LIMA, 2006), observei semelhanças com o mesmo, quando analisamos alguns traços de tal sistema, quais sejam: i) relação de fidelidade com o “marreteiro” e “freguês”; ii) pouca ou nenhuma margem de valorização do produto, por parte das extrativistas; iii) a espera do “marreteiro” ou “freguês” buscar a produção; iv) a quantificação da produção *in natura* estabelecida pelo marreteiro. Sobre isso, tomaremos os casos concretos observados e relatados pelas mulheres da Vila Paca.

A relação que estamos chamando de fidelidade com o marreteiro ou/e com o freguês é estabelecida por meio da confiança de ambos os atores, uma vez que as extrativistas o esperam no dia e na hora marcada para buscar a produção *encomendada*, principalmente nos casos em que a mangaba é vendida *in natura*. As mulheres que realizam a *apanha* da mangaba, o fazem porque combinaram com o marreteiro que ele pegará a produção. Este circuito de comercialização funciona da seguinte forma, segundo o depoimento de uma extrativista:

[...] já é certo, o Sr. Z.B. passa aqui, às vezes manda o filho, que marreta com ele, domingo quando vem voltando de Belém. Ele diz que é para apanhar que quando for na quarta de tardinha ele vem ou manda buscar (A.A.R., 63 anos, moradora e extrativista de mangaba da Vila Paca).

Ocorre que toda quinta feira é o dia que os *marreteiros* da região juntam a produção de frutas nativas e pescado e enviam para Belém em um caminhão baú (Figura 20), contratado por eles, que sai da Ilha do Marajó via balsa. Esta balsa parte do porto da Balsa e vai até Icoaraci na cidade de Belém. Os *marreteiros* vão a Belém de navio, se hospedam na capital em casas de parentes ou em pousadas próximas ao mercado do ver-o-peso, e durante a noite descarregam a produção do caminhão no mercado. Segundo o Sr.Z.B.:

[...] o caminhão chega em Belém por volta das 9 horas da noite, então eu entrego a minha mercadoria e no outro dia passo recebendo o pagamento. Temos que pagar R\$ 3.50 por volume que colocamos no caminhão baú. Vai de tudo, é fruta, é peixe, só não vai a mulher [risos – grifo meu]. No caso da mangaba a gente só pega a fruta dura, e depois ainda vai colocar em sacos de dois quilos, é um trabalho (Sr. Z.B., marreteiro morador da Vila de Joanes).

Além do Sr. Z.B. há pelo menos outros três marreteiros na região, e cada um parece ter seu território de “marretar” demarcado. Quando questionei às mulheres se elas vendiam

Figura 20 - Caminhão baú na frente da casa do marreteiro pegando a produção de frutas.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

para outros ou, para quem chegasse primeiro, ou mesmo quem pagasse mais, elas afirmaram que preferiam honrar com os compromissos, desde que a outra parte também o fizesse.

Aqui mesmo sempre foi para ele, desse jeito. Ele é bom, honesto, nunca falhou com o pagamento. Às vezes eu desconfio do peso, mas mana, a gente mesmo num tem balança, precisa, tem que confiar (O.C.A., 62 anos extrativista de mangaba e moradora da Vila Paca)

Neste ponto, tratamos de dois outros princípios que estão relacionados ao sistema de aviamento, além da fidelidade e confiança, a espera para a busca da produção e a quantificação da produção por parte do marreteiro. Tanto a comercialização das polpas quanto dos frutos empalhados ocorre no espaço doméstico. As mulheres da Vila Paca não vão comercializar sua produção no espaço público, que ao que parece à elas não pertence. No caso da comercialização das polpas congeladas as mulheres tem autonomia no peso do produto, pois já sabem que cada embalagem comporta um quilo de polpa, o mesmo não ocorre com a venda *in natura* dos frutos da mangaba.

Durante o trabalho de campo, presenciei um evento de venda dos frutos empalhados. Ainda na coleta, os membros do grupo doméstico ao mesmo tempo em que apanhavam a mangaba, comentavam sobre a quantidade semanal e estimavam que esta fosse em torno de 40 a 45 quilos. Quando o *marreteiro* chegou para buscar a produção, tratou logo de

montar a balança (figura 21) e para surpresa de todos, a produção foi de 38 quilos. É certo que esta dúvida irá permanecer para sempre, pois as mulheres não possuem instrumentos para aferir sua produção, fator este que as calam quando se trata de argumentar sobre quantidade. O mesmo pode se dizer com relação ao valor da produção *in natura*, que a depender da época varia de R\$ 0,50 a R\$ 1,00 o quilo, ditado por quem compra e não por quem vende.

A comercialização da polpa congelada de mangaba não está sujeita a grandes variações no peso do produto, contudo a maior variação que este sofre diz respeito ao preço pago por cada quilo. O número de compradores ou fregueses de polpa congelada é bem maior do que o número de marreteiros, o que teoricamente, de acordo com as leis da economia capitalista, propicia a competitividade pelo produto. Não obstante, estas mulheres comercializam as polpas para compradores certos naquela safra, que neste caso tem variado de safra para safra, a depender do acordo feito logo na primeira venda. É importante apresentar que neste tipo de comercialização há variações nos grupos domésticos.

Figura 21 - Etapas de um evento de comercialização dos frutos de mangaba in natura.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

Em dois casos o produto “polpa de mangaba” é anunciado, por meio de uma estratégia de propaganda, com colocação de placas confeccionadas por elas mesmas, em frente de suas casas, oferecendo o produto, conforme figura 22. Neste caso, as mulheres estipulam o valor monetário que pretendem receber com a venda (nesta safra o valor pretendido era de R\$ 5,00 reais o quilo), entretanto uma delas acabou “contratando” sua produção para um comprador de Jubim, conforme relato:

[...] veio este senhor, lá de Jubim, eu tava com 10 quilos de polpa aqui, cê sabe, num tenho freezer, é só este congeladorzim, já tava cheio, então ele disse que levava tudo, mas só se fosse a 3,50 o quilo, então eu entreguei, achei bom, porque assim pude juntar mais mangaba. E toda vez que ele vem e eu tenho eu vendo para ele (M.E.C.A., 41 anos, moradora e extrativista de mangaba da Vila Paca)

Figura 22 - Casa na Vila Paca anunciando na placa “vende-se poupa de mangaba”.



Fonte: Viagem de campo. Foto: Bianca Lima.

Nos demais domicílios não há placas oferecendo o produto, este já é de antemão “contratado” por comerciantes locais donos de sorveteria e bares na praia de Água Boa, Joanes ou Salvaterra. A depender do período da safra os valores são previamente acordados, variando entre R\$ 5,00 a R\$ 7,00 reais o quilo. Somente uma senhora relatou que vende para turistas que passam pela Vila Paca, e que conseguiu vender dois quilos a R\$ 7,00 reais cada.

O dinheiro obtido com a comercialização da mangaba é utilizado, geralmente, para complementar a aquisição de bens de consumo não duráveis, porém fundamentais para sobrevivência do grupo doméstico. Essa quantia monetária destinada à compra de alimentos e materiais de higiene para o uso doméstico é a garantia que durante o período de safra da

mangaba estará garantida a mistura (carne ou peixe) nas refeições, leite, café, açúcar, óleo e sal. É importante ressaltar que não foi relatado por nenhuma extrativista a compra de roupas, sapatos ou outros bens de uso individual com o dinheiro da mangaba.

Concluo este capítulo chamando atenção para o papel que as mulheres desenvolvem nas diferentes etapas do extrativismo da mangaba, sendo elas as responsáveis pela manutenção da atividade e tornando-a uma importante fonte de renda para o grupo doméstico. Ressaltamos a capacidade que essas mulheres extrativistas de mangaba da Vila Paca têm em (re) inventar constantemente suas atividades, seja na coleta, no beneficiamento ou na comercialização, conciliando e alternando suas tarefas nas esferas de produção e reprodução. Não obstante, evidenciamos a “invisibilidade” dessas mulheres quando tomamos por referência espaços de domínio público, os quais elas não parecem transitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa identificamos e caracterizamos o extrativismo da mangaba analisando o papel das mulheres nesta atividade, a partir de um estudo de caso em uma localidade chamada Vila Paca, na Ilha do Marajó no Estado do Pará.

Para tanto, descrevemos como ocorre a participação das mulheres da Vila Paca nas diferentes etapas produtivas (extrativista) da mangaba (coleta, armazenamento, beneficiamento e comercialização) bem como, investigamos o papel das mulheres extrativistas nas atividades cotidianas apontando o lugar do extrativismo da mangaba no conjunto das atividades do grupo doméstico. Percebemos, portanto, nesse processo, como ocorre a gestão, o manejo e uso das mangabeiras e identificamos a importância atribuída à atividade extrativista pelos membros dos grupos domésticos e pelos demais atores.

Identificamos nesta pesquisa que o extrativismo da mangaba é uma atividade sazonal praticada exclusivamente pelas mulheres, com a ajuda das crianças. Além disso, elas são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pela mobilização de recursos monetários para garantir a sobrevivência dos seus grupos domésticos. Constatamos a predominância da chefia domiciliar feminina conformada por múltiplos papéis desenvolvidos pelas mulheres extrativistas de mangaba. Desta maneira, conciliam as atividades de casa com o assalariamento, o extrativismo e a agricultura de subsistência.

Durante o mês de julho, período de férias escolares, entre safra da mangaba e escassez de outros produtos extrativos, as mulheres da Vila Paca trabalham como diaristas

(cozinheiras, garçonetes e faxineiras) nas barracas das praias na região. Esta é mais uma alternativa dessas chefes de família para incremento da renda doméstica

Esta pesquisa apontou que para além da Vila Paca, pelo menos outras quatro localidades desenvolvem o extrativismo da mangaba nesta região, e que há variações quanto as formas de gestão, acesso e manejo da mangabeira. Não obstante, constata-se que são as mulheres as principais responsáveis pela atividade em todas as localidades e que, diferentemente dos casos relatados sobre as extrativistas de mangaba no Estado do Sergipe, não houve uma passagem dessas mulheres da condição de existência atomizada no mundo doméstico para uma existência coletiva. Não há uma adjetivação que as identifique coletivamente, apesar da consciência, percepção e do saber-fazer destas mulheres extrativistas no que concerne o uso e conservação das mangabeiras.

Constatamos que nesta região não há programas de governo, assistência técnica, incentivos ou assessoria, voltados para o extrativismo de frutas nativas em suas distintas etapas (da coleta à comercialização) mesmo tendo indícios que a atividade, da forma que é exercida por este grupo de mulheres, garante a conservação dos recursos naturais ali presentes.

O extrativismo da mangaba é uma atividade que permite a gestão comum dos recursos naturais e este fator é fundamental para existência destas mulheres extrativistas, uma vez que por meio da apropriação da natureza elas definem e auto regulamentam as estratégias, regras e acordos coletivos para o uso comum da terra e dos recursos naturais. Sendo assim, podemos afirmar que as mulheres extrativistas de mangaba são aliadas importantes para a garantia da conservação ambiental, pois seus modos de vida estão diretamente relacionados com este princípio. Não se trata de grupos ambientalistas, mas de povos e comunidades que retiram da natureza o sustento de suas famílias e que dependem da oferta sazonal de determinados recursos, principalmente a mangaba, para trabalhar.

As mulheres extrativistas da Vila Paca relatam timidamente a privatização de algumas partes do campo da mangaba, quando afirmam que antes de certas áreas tornarem-se fazendas elas podiam coletar os frutos ali, e que hoje já não o fazem mais por proibição dos donos. Contudo, não identificamos que este fator é conflituoso do ponto de vista das mulheres extrativistas, mas concluímos que há uma preocupação em manter uma área mínima conservada na qual seja permitido o livre acesso aos recursos naturais, em especial a mangaba que dá nome a área de coleta, conhecida localmente como campo da mangaba.

Ainda sobre as áreas de livre acesso, onde é realizado o extrativismo da mangaba, constatamos que há regras de uso bem definidas, e que estas são semelhantes àquelas relatadas na bibliografia pertinente, como por exemplo, não quebrar os galhos das mangabeiras;

não coletar da mesma árvore que já está ocupada; não derrubar frutos verdes; coletar o látex com parcimônia. Também constatamos semelhanças com as extrativistas de mangaba do Sergipe e do Nordeste Paraense, referentes aos instrumentos utilizados para coletar os frutos dos galhos. Todavia, quando se trata das estratégias de comercialização concluímos que as mulheres da Vila Paca não possuem diferentes canais de escoamento da produção (feiras livres; programas de governo como, por exemplo, de aquisição de alimentos para merenda escolar – PAA) ficando a mercê de marreteiros, diferentemente das outras regiões. Desta maneira, chegamos a conclusão que a maior parte da cadeia produtiva da mangaba ocorre no espaço doméstico (beneficiamento e comercialização), o que favorece a condição de invisibilidade social no trabalho que exercem.

A maioria das mulheres extrativistas da Vila Paca não tem marido, ou porque estes já faleceram ou porque nunca o tiveram. Os homens adultos que residem na Vila Paca trabalham em cidades ou outras localidades da região, e pouco interferem na organização social local. O fato dos homens exercerem suas atividades produtivas fora da localidade, diferentemente das mulheres, pode estar relacionado às posições de gênero, apresentadas nos estudos sobre sociedades camponesas, cuja divisão tradicional do trabalho reserva o domínio doméstico como espaço da mulher (FIGUEIREDO, 2005). Todavia, nestes tipos de arranjos familiares, os homens contribuem com recursos monetários para complementar a receita no grupo doméstico, no qual eles não têm o papel de provedores.

Sob outro ângulo, em se tratando da relação entre homens e mulheres há crítica sobre a forma de dominação masculina, traduzida na expressão: “a mulher hoje não tolera mais a ignorância dos homens”. Creio que esse é um dos fatores que ajudam a explicar a matrifo- calidade na maioria dos grupos domésticos da Vila Paca.

Analisando a importância atribuída ao extrativismo da mangaba pelos grupos domésticos e demais atores envolvidos na atividade, concluímos que nesta região a atividade é “naturalizada” e nenhuma das etapas (coleta, beneficiamento e comercialização) realizadas pelas mulheres extrativistas recebe o status de trabalho. Concluímos que isso não significa que a atividade não tenha importância aos olhos do grupo doméstico e demais atores, todavia é secundarizada quando se trata de trabalho considerado por eles produtivo. Esta categoria somente é aplicada ao ofício de marretar, isto é, vender a produção fora da localidade.

Constatamos que localmente a preferência das mulheres extrativistas de mangaba é realizar o beneficiamento dos frutos para produção de polpas congeladas, buscando assim uma maior autonomia sobre a produção, uma vez que há maior elasticidade do produto, referente ao preço e ao armazenamento.

Nos meses de safra da mangaba, os recursos da venda dos frutos in natura ou bene-

ficiado são utilizados nos gastos correntes do lar poupando as outras fontes de renda, para aquisição de bens duráveis ou de vestimentas. Cabe a mulher – chefe do domicílio – o controle dos recursos, tanto os monetários como os demais. É ela quem decide o que comprar e quanto comprar, bem como se é o momento certo para sacrificar uma galinha para refeição, ou se é melhor caçar ou mariscar.

Concluimos que as mulheres mais jovens do grupo doméstico realizam a atividade da mangaba junto às mais velhas (mães ou avós) e só fazem porque não tem outra perspectiva de renda. Diferentemente, percebemos que as crianças gostam de acompanhar suas mães e avós na coleta da mangaba, e o fazem como uma forma de socialização na atividade. Constatamos que pouco grau de escolaridade das mulheres extrativistas de mangaba da Vila Paca, aliado a falta de indústrias e fábricas na região contribui para a dificuldade de acesso aos empregos assalariados, e na maior parte dos casos quando estas mulheres se empregam é em casa de família, como domésticas, sem a garantia dos direitos trabalhistas.

Concluimos que as mulheres extrativistas de mangaba têm consciência da vida de sacrifício, relacionada ao pouco acesso aos bens materiais e as oportunidades de ascensão social, não vendo na escolarização uma forma de crescimento econômico para seu grupo, uma vez que a qualidade do ensino formal que foram submetidas e que submetem seus filhos não proporciona com que os mesmos possam chegar à formação técnica ou universitária. Sendo assim, estas mulheres se esforçam em repassar à seus descendentes seus conhecimentos sobre o uso e gestão dos recursos naturais, assim como aprenderam de seus pais, retratados em falas de “como essa é a única herança que podemos deixar para nossos filhos”.

Confirmamos as hipóteses apontadas nessa pesquisa, primeiro por constatar que há uma organização para gestão e manejo dos recursos extrativistas, cujos princípios regentes são a cooperação por meio de laços de parentesco e vizinhança. Tal organização não é expressa formalmente, pois não há registro escrito ou “sistemático” de regulação ou um tipo de instituição regulamentadora. Os acordos são estabelecidos na oralidade, informalidade e sobre os cuidados de cada um que pratica a atividade extrativista.

Concluimos também que as mulheres extrativistas contribuem efetivamente no manejo das mangabeiras, quando não permitem quebrar os galhos, derrubarem as árvores, colher abundantemente o látex e não deixar frutos para os animais nativos. Ainda sobre as hipóteses, concluimos que os membros dos grupos domésticos e outros atores envolvidos na atividade reconhecem sua importância, ainda que seus status não seja o de trabalho. Sobre isso, concordo com Figueiredo (2005, p.85), quando trata da possibilidade disso “ser reflexo de uma cultura tanto dos grupos camponeses locais, como da cultura social mais ampla, na qual esses grupos estão inseridos, de não valorização de uma atividade eminen-

temente feminina”.

Por fim, consideramos conforme já mencionado, que ainda há muito que se estudar e se fazer quando o tema abarca o extrativismo da mangaba na região Norte do país, e para isso há que se atentar para as relações de gênero e para o reconhecimento do papel da mulher na atividade, primeiro porque estas se encontram em situação de vulnerabilidade social frente a exclusão de políticas e programas que não consideram suas demandas. Segundo, porque o serviço ambiental que prestam à humanidade não é valorado e nem sequer valorizado. Terceiro, porque estamos diante da necessidade urgente de reconhecer a diversidade social pela distinção dos atributos culturais, sociais e étnicos existente em nosso país e fazer desta, o alicerce na construção de novas relações sociais, nas quais homens e mulheres possam se auto definir coletivamente, diferenciando-se das categorias de classificação impostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. Casa e modo de produção. In: _____. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: ed. VOZES, 1984, p. 247-281.

ALLEGRETTI, Mary. **Amazônia Extrativista**. Disponível em <<http://globoamazonia.globo.com/platb/maryallegretti/2009/03/23/amazonia-extrativista/>>. Acesso em: 22 de jan. 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008, 192 p.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2008. 140 p.

ALMEIDA, Mauro. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais**. Entrevista do mês. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

_____. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.

ALMEIDA, Marineide Pereira de. Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade rural do nordeste paraense. In: HÈBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa e MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2002, 359p. p.85-109 .

ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo>.

php?pid=S0103-40142010000100020&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jun. 2012.

ALMEIDA, Semiramis Pedrosa de; et al.. **Cerrado**: espécies vegetais úteis. Brasília, DF: Embrapa Cerrados, 1998. 464p.

ANDERSON, Anthony B. Extrativismo vegetal e Reservas extrativistas: limitações e oportunidades. In: ARNT, Ricardo (org.). **O Destino da Floresta**: Reserva Extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1994. p. 227-245.

ANDRADE, Maristela de Paula. Hoje, a mulher é a estrela – divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas no Maranhão. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2, p. 223-247.

BARROSO, Carmem. Sozinhas ou Mal Acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família. Campos do Jordão: **ABEP**, v1, p. 457-472, 1978. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A15.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2012.

BATISTA, Maria Grings. **Terra da Família – Terra de Trabalho**: Estudo de cinco famílias agricultoras no Nordeste Paraense. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BECKER, Hower S. Observação social e estudos de casos sociais. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994, cap. 5. p. 117-133.

BELTRÃO, Jane Felipe. Sou marajoara nos campos e nas florestas dos Marajós. In: SCHAAN, Denise Pahl; PACHECO, Agenor Sarraf; BELTRÃO, Jane Felipe, (org). **Remando por Campos e Florestas**: Memórias & Paisagens dos Marajós. Rio Branco: GKNORONHA, 2011. p. 9-14.

BERQUÓ, Elza. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e dociedade brasileira**. São Paulo:FCC: Ed. 34, 2002

BOTELHO, Isabel. A festa de Nossa Senhora do Rosário: identidades construídas, identidades em construção. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 337 p. p. 113-136. Disponível em: <<http://iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/63/Diversidade%20do%20campesinado%20vol1%20NEAD.pdf#page=210>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura; a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de

Paiva. (Orgs.) **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 277-294. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho).

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Moglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional (15-35). In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 15-33.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. **A constituição local: direito e território quilombola na comunidade de Bairro Alto, na Ilha de Marajó – Pará**. 2008. 258 f. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela M. ; ALMEIDA, Mauro W. B. de. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. In: CAPOBIANCO, J. P. R. **Biodiversidade Amazônica : Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios**. Instituto Socioambiental, 2001, p.184-193.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores Familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 22-55, 2001.

CARVALHO, Igor Simoni Homem de. **Potenciais e limitações no uso da biodiversidade do cerrado: um estudo de caso da cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas**. 2007. 165 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARVALHO, Luiza M.S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, v.6, n. 1, p.7-33, 1998.

CASTRO, Edna. Prefácio. In: **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001, p. 15-21.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez. 2003.

COSTA, Maria José Jackson. Tempo e trabalho - uma análise sociológica do tempo: referência ao uso do tempo pelas trabalhadoras da madeira, em Paragominas – PA. In:_____. **Sociologia na Amazônia – Debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001. p. 217-242.

DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos Espaços e Recursos Naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, André de Castro C.(orgs.) **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. p. 97-124.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (Org.). **Povos e Águas: inventário de áreas úmidas**. 2ª. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002. 597 p. il.

EMPERAIRE, Laure (Org). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São

Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000, 233 p.

EMPERAIRE, Laure & LESCURE, Jean-Paul. Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 139-148.

ESTERCI, Neide; LÉNA, Philipi; LIMA, Déborah; MANESCHY, Maria Cristina. Projetos e políticas socioambientais: repensando estratégias/ Apresentação. In: **Diversidade cultural e perspectivas socioambientais**. Boletim da Rede Amazônia. Ano 3, n. 1, 2004.

FADIGAS, Amanda Braga de Melo; GARCIA, Loreley Gomes; HERNÁNDEZ, Malva Isabel Medina. As contribuições das marisqueiras para uma gestão sócio-ambiental em reservas extrativistas. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/fadigas-garcia-hernandez12.pdf>. Acesso em 14 fev. 2011.

FERNANDES, Thiara. **É sempre bom ter o nosso dinheirinho: sobre a mulher e o extrativismo da mangaba**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota; BARONE, Luis Antonio. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **PERSPECTIVAS, Revista de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP**. v. 20-21, ano 1997-1998.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **EMPATES NOS BABAÇUAIS: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2005. 199f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2005.

FILHO, Arnaldo Carneiro. Os principais produtos extrativistas e suas áreas de produção. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 91-107.

FISCHER, Isaura. Rufino; MELO, Lígia Albuquerque de. A luta política de trabalhadoras rurais do Nordeste do Brasil. **Caderno do CEAS**, Salvador, p. 1-67, 1998.

_____. O assalariamento da força de trabalho feminina rural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, p. 56-65, 1996.

_____. Mulher e reforma agrária em Pernambuco. **Cadernos do CEAS**, Salvador, p. 40-47, 1988.

FORLINE, Louis Carlos. A mulher do caçador: uma análise a partir dos índios guajá. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda & D'INCAO, Maria Ângela.(Orgs.). **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM, 1995. p. 57-79.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; v.8).

GRUPO EXECUTIVO INTERMINISTERIAL, Decreto de 26 de julho de 2006. PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ Versão Preliminar para Discussão Outubro de 2006. 74 p.

GUERRA, Fabíola Gisela Pinto de Queiroz. **Contribuição dos produtos florestais não madeireiros na geração de renda na Floresta Nacional do Tapajós – Pará**. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

HEREDIA, Beatriz. M, Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA Jr. Afrânio R. O lugar da mulher em unidades camponesas. In: Aguiar, Neuma (org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: VOZES, 1984. p. 29-45.

HEREDIA, Beatriz. M, Alasia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 164 p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008, 97 p. Disponível em <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-27_20-05-08.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1993. 202 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

KAGEYAMA, Paulo Yoshio. **Extractive Reserves in Brazilian Amazonia and Genetic Resources Conservation**. Piracicaba, s.n. 1991.

KIDDER, M. Louise H. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 2.v. 1987, p. 15-48.

LEOPOLDI, José Sávio. As relações de gênero entre os caçadores-coletores. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 7, n. 001, p.61-73, 2004. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70370105.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

LIMA, Deborah de Magalhães. As transformações na economia doméstica de Mamirauá. **Revista UAKARI**, v.6, n.1, p. 9- 26, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uakari.org.br/index.php/UAKARI/article/viewFile/71/80>>. Acessado em: 02 fev. 2012.

_____. A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (Org.) In: **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 141-168.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Universidade de Brasília. 2002. 32p. (Série Antropologia. 332).

LORENZI, Hanri. **Árvores Brasileiras: manual e identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil**. 5 ed. v.1. 2000.

MANESCHY, Maria Cristina; ALMEIDA, Marineide Pereira de. Tornar-se pescadora:

associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HÈBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa e MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 49-8.

MANESCHY, Maria Cristina. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001. p. 165-195.

MARIN, Rosa Acevedo. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 337 p. p. 209-228. Disponível em: < <http://iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/63/Diversidade%20do%20campesinado%20vol1%20NEAD.pdf#page=210>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

MEIRA, Márcio. **O Tempo dos Padrões: extrativismo da piaçava entre os índios do rio Xié (Alto rio Negro)**. 1993. 127 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – São Paulo.

MELO, Lígia Albuquerque. **A Realidade da Mulher Agricultora Sertaneja no Crédito do Pronaf**. Portal do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), 2004 *a*.

_____. **A Mulher Agricultora Sertaneja e a Família: Mudanças e Continuidades**. Revista de estudos da Universidade Católica de Goiás, 2004 *b*.

_____. **A realidade da produtora rural na seca nordestina**. Texto para Discussão (Campinas), n. 127, 2002.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. **Antropolítica**. Niterói, n. 31, p. 123-146, 2. sem. 2011.

MOTA, Dalva Maria da; As Senhoras da Mangaba. In: MOTA, Dalva Maria da; et al.. **A Mangabeira. As catadoras. O extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010, p. 95-127.

MOTA, Dalva Maria da; et.al. Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33º, 2009. Caxambu. **Anais...** Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=101>. Acesso em: 21 out. 2011.

MOTA, Dalva Maria da; et al. Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no nordeste e norte do Brasil. **Agricultura Familiar**. Belém: n5-8, p. 53-70, 2005/2008a.

MOTA, Dalva Maria da; et.al. O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11,

n. 2, p. 155-168, dez. 2008b.

MOTA, Dalva Maria da; et. al. **As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. 74 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 310).

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; GOMES, João Bosco Vasconcellos. Formas de gestão dos remanescentes de mangabeira no litoral de Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2., 2004. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EMATER/RS - ASCAR, 2007. p. 226-229. Disponível em: < <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/1908/1737>>. Acesso em: 6 set. 2010.

MOTA, Dalva Maria da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa Tabuleiros Costeiros (Séries teses e dissertações). 2005. 256 p.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JUNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert. Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Brasília: SOBER. Disponível em:< <http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/texto-4.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2010.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; GOMES, João Bosco Vasconcellos. Lógicas de estratégias social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: SIMPÓSIO BRASILEIROS SOBRE A CULTURA DA MANGABA, 2003. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. Disponível em CD-ROM.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JUNIOR, Josué Francisco da. Populações tradicionais e formas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 22, n. 02, p. 73-81, jul./dez. 2003. Disponível em:< http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_18.pdf>. Acesso em: 30 maio 2011.

NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreno galo não canta. Estudos do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (Coord.). **Anuário Antropológico 83**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1985. p. 199-220.

OLIVEIRA, Joseane Bispo. **Trabalho e sociabilidade no sertão da Bahia**: As “quebras” e “tiras” de licuri. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em cultura, memória e desenvolvimento regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus – Bahia.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 17-35 e 53-72.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família**. 2005. 253 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/IP_D/AnaLuciaPaesDeBarrosPacheco.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2012.

PACHECO, José João; et al. Estatística municipal - Salvaterra. Governo do Estado do Pará - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças; Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. 2011. 46 p. Disponível em: <<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/salvaterra.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2012.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

_____. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n. 21, p. 1-21, 2000.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. Extrativismo e desenvolvimento regional. In: EMPERAIRE, Laure (Org). **A floresta em jogo**. O extrativismo na Amazônia central. São Paulo: Editora da Unesp: imprensa oficial do Estado, 2000. p. p.151-159.

PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 30, n. 2, jul/dez 2010, p. 111-126.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. **Fascículo 7 - Quilombolas da Ilha de Marajó** - Belém, janeiro de 2006. Disponível em <http://www.novacartografiasocial.com/arquivos/publicacoes/fasciculos/07_ncsa_quilombolasMarajo.pdf> acessado em: 13 jan. 2011.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. **FASCÍCULO 12 - Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro** - Manaus, março de 2006. Disponível em <http://www.novacartografiasocial.com/arquivos/publicacoes/fasciculos/12_ncsa_mulheresAruma.pdf> acessado em: 13 jan. 2011.

REGO, José Fernandes do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, n. 147, mar/1999. Disponível em <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf>. Acessado em: 12 jul. 2010.

REGÔ, Josoaldo Lima; ANDRADE, Maristela de Paula. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no maranhão. **Agrária**, São Paulo, n.3, p. 47-57, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/3/3_rego_e_andrade.pdf> Acesso em: 13 fev. 2011.

REIS, Lilia Maria de Oliveira. **Os Piaçabeiros de Barcelos**: história de vida e trabalho. 2007. 238 f. Dissertação (mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, Tomo, **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, p. 75-104, 2004. Disponível em:<http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/pdf/art_soc_7_3.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SANTOS, Anadalvo Juazeiro dos; GUERRA, Fabíola Gisela Pinto de Queiroz. Aspectos econômicos da cadeia produtiva dos óleos de andiroba (*Carapaguianensis* Aubl.) e copaíba

(*Copaiferamultijuga* Hayne) na Floresta Nacional do Tapajós – Pará. **Floresta**, v.40, n.1, p. 23-28, 2010.

SANTOS, Jane Velma dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancorniaspeciosa* Gomes) em Sergipe**. 2007. 103 f. Dissertação (mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

SANTOS, Jane Velma dos & MOTA, Dalva Maria da. O extrativismo da mangaba em sergipe: uma atividade meramente feminina? In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURA, 8., 2010. Porto de Galinhas.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800 - 1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 358 p.1980.

SCHAAN, Denise Pahl. **De tesos e igaçabas, de índios e portugueses: arqueologia e história da ilha de marajó**. Texto escrito especialmente para a exposição de cerâmica Marajoara do Museu do Forte do Castelo, Belém, PA, 2002. Disponível em: <http://www.marajoara.com/Arqueologia_Historia_da_Ilha_Marajo>. Acesso em: 29 fev 2012.

SCHAAN, Denise Pahl. Histórias da cobra grande. In: SCHAAAN, Denise Pahl; PACHECO, Agenor Sarraf; BELTRÃO, Jane Felipe, (org). **Remando por Campos e Florestas: memórias e paisagens dos Marajós**. Rio Branco: GKNORONHA, 2011. p. 83-94.

SCHIAVONI, Gabriela. **Colonos y Ocupantes: parentes, reciprocidad, diferenciación social en la frontera agraria de misiones**. Ed. Universitaria. Universidad Nacional de Misiones. Argentina. 1995. p. 226.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. Movimento das catadoras de mangaba: a conquista de uma identidade. In: III SEMINÁRIO NACIONAL E I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. 2010. Florianópolis. **Anais...** Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS. UFSC. Brasil. Disponível em: <<http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/texto-11.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2011.

SCHMITZ, Heribert et. al. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, n. 1, p. 157-178, jan./jun. 2010.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria; SILVA JÚNIOR, José Francisco. Conflitos sociais cercam as catadoras de mangaba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (Anppas), 4, Brasília, 2008.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-293, jul.-dez. 2009.

SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Org). **Gênero e Geração em contex-**

tos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 17-35.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Claudia; SARAIVA, Jeiza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Org). **Gênero e Geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 65-96

SERRA, Murilo; MEDINA, Gabriel; SHANLEY, Patrícia; HOMMA, Alfredo. **O mercado invisível:** espécies frutíferas e medicinais na cidade de Belém e implicações para seu manejo nas áreas de extração. 2007 (Mimeo).

SHANLEY, Patrícia; PIERCE, Alan e LAIRD, Sarah. **Além da Madeira:** a certificação de produtos florestais não-madeireiros. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005. 153p.

SCHWARTZMAN, Stephen. Mercados para Produtos Extrativistas da Amazônia Brasileira. In: ARNT, Ricardo (org.). **O Destino da Floresta:** Reserva Extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1994. p. 248- 257.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, p. 61-71, 2000.

_____. Políticas de Segurança Alimentar e Papéis de Gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n.1 p.1417-1421, 2006. Disponível em:<<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/6139/4455>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

SILVA JÚNIOR, Josué Francisco; MOTA, Dalva Maria da; GOMES, João Bosco Vasconcellos. Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe. 2003. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DA MANGABA. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. Disponível em CD-ROM.

SILVA, Márcia Cristina Lopes e. **Da casa da família à casa da escola:** dimensões de gênero na experiência educativa em alternância no município de Cametá - PA. 2008. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Belém, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Vida de mulheres: dos cocais maranhenses às periferias das cidades canavieiras paulistas. In: **Fazendo gênero 8 - Corpo Violência e Poder.** 2008. Disponível em <www.fazendogenero8.ufsc/sts/ST3/Maria_Aparecida_de_Moraes_Silva_03.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros; APPOLINÁRIO, Andréia Perez. Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades paulistas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 313-344.

SIMONIAN, Lúcia T.L. Mulheres, cultura e mudanças nos castanhais do sul do Amapá. In: **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. – Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 107-150.

STROPASSOLAS, Waldir Luiz. O trabalho no cotidiano dos jovens. In: _____. **O Mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 243-311.

VEIGA, Iran et. al. Povos e Comunidades Tradicionais Demarcando Territórios na Amazônia: uma análise crítica do caso das Quebradeiras de Coco Babaçu. In: 33º. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2009. Caxambu. **Anais...** GT 4: Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=101 > . Acesso em: 5 jun. 2011.

VIEIRA NETO, Raul Dantas, et. al. **Sistema de produção de mangaba para os tabuleiros costeiros e baixada litorânea**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. 22 p. (Embrapa Tabuleiros Costeiros. Sistemas de Produção, 02). Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br>>. Acesso em: 6 set. 2010.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**. Manaus: Edua, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá**. São Paulo: HUCITEC, 1999. 291 p.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 7, n. 18, p. 41-61, 1992.

WOORTMANN, Klaas & WOORTMANN, Ellen F. **Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias**. 2004, 99p. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br /XIII encontro/woortmann.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIII encontro/woortmann.pdf). Acesso em: 18 abr. 2012.

WOORTMANN, Klaas. Grupo doméstico e Parentesco num Vale da Amazônia. **Revista do Museu Paulista**, v. 17, p. 209-377, 1967. (Nova Série)

WOORTMANN, Klass. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da Ilha do Marajó, município de Salvaterra e Vila Paca.	40
Figura 2 - Município de Salvaterra e sua divisão administrativa	43
Figura 3 - Vista da entrada da Vila Paca, partir da PA-154, e estrada de acesso às localidades Água Boa e Cururu-Grande. Foto: Bianca Lima	46
Figura 4 - Cozinha de uma extrativista da Vila Paca. Foto: Bianca Lima	60
Figura 5 - Frente de uma casa na Vila Paca. Foto: Bianca Lima	60
Figura 6 - Capela católica da Vila Paca em meio as mangabeiras. Foto: Bianca Lima	57
Figura 7 - Parentesco entre os membros dos seis grupos domésticos da Vila Paca. Fonte: Bianca Lima.....	64
Figura 8 - Meninos brincando no terreiro. Foto: Bianca Lima	70
Figura 9 - Membros de um grupo doméstico da Vila, conversando em frente ao bar da localidade. Foto: Bianca Lima	77
Figura 10 - Festejo na Vila Paca. Foto: Bianca Lima	78
Figura 11 - Croqui do campo da mangaba desenhado pelas mulheres extrativistas da Vila Paca. Fonte: Mulheres extrativistas de mangaba da Vila Paca. Adaptação: Bianca Lima.	94
Figura 12 - Roupas utilizadas para coleta de mangaba. Foto: Bianca Lima.	97
Figura 13 -Mulher extrativista apanhando mangaba. Foto: Bianca Lima.....	98
Figura 14 -Mulher extrativista apanhando mangaba. Foto: Bianca Lima.....	98
Figura 15 - Etapas de apanha da mangaba. Foto: Bianca Lima.	100
Figura 16 - Empalhamento das mangabas coletas na apanha. Foto: Bianca Lima.	103
Figura 17 - Etapas do beneficiamento da mangaba para o fabrico de polpas. Foto: Bianca Lima.....	105
Figura 18 - Polpas de mangaba ensacadas (1kg) para o processo de congelamento.	

Anexo A - Roteiro de entrevista para as extrativistas de mangaba

ANEXO I - Roteiro de entrevista para as extrativistas de Mangaba
PARTE I: Perfil da mulher ou do homem extrativista de mangaba

Entrevistadora:					Data:						
Entrevistada/o:											
PERFIL FAMILIAR (F) OU DO GRUPO DOMÉSTICO (GD) (PESSOAS QUE MORAM NO DOMICÍLIO)			QUEM É O CHEFE DA FAMÍLIA OU DO GRUPO DOMÉSTICO?			DESDE QUANDO E POR QUÊ?					
Nome dos moradores do domicílio		Posição na F ou no GD	Estado civil (S; C; V; UE); idade e a atividade que realiza; se dá contribuição para o orçamento doméstico provedor; dependente), de que forma?			Local de nascimento		Tempo de residência/ escolaridade			
ACESSO A PROGRAMAS SOCIAIS (BOLSA ESCOLA, BOLSA ALIMENTAÇÃO, CARTÃO ALIMENTAÇÃO, VALE-GÁS, SENTINELA, PETI, CESTAS DE ALIMENTOS, PAA).											
Programa/quem paga (gov. federal; estadual; municipal)			Quanto tempo recebe ou recebeu este benefício?		Uso que faz do recurso (alimentação; vestimenta; uso pessoal; compra de bens de consumo, etc)			Valor do benefício			
Acesso a benefícios do INSS (aposentadoria; aux. Maternidade; pensão; aux. invalidez; aux. Doença; defeso)											
Benefício			Quanto tempo recebeu/quando		Uso que faz do recurso (alimentação; vestimenta; uso pessoal; compra de bens de consumo, etc)			Valor do benefício			
Você ou alguém (quem) do domicílio participa de algum grupo social/movimento? Qual?			Que atividade realiza?			Paga ou recebe algo (R\$ ou outra ajuda?)					
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS MEMBROS DO GRUPO DOMÉSTICO: (ROÇA; PLANTAS MEDICINAIS; QUINTAL DE FRUTÍFERAS; PESCA; EXTRATIVISMO VEGETAL DE...; PLANTIO DE... PRESTAÇÃO DE SERVIÇO;...)											
Atividade(s) principal(is)		Quem realiza? Qual tempo dedicado por ano à atividade:		Forma de contribuição para o GD ou Família (S: serviço; D: dinheiro; P: produção (quais produtos))			Onde desenvolve?				
Atividade(s) secundária(s):		Quem realiza?		Forma de contribuição para o GD ou Família (S: serviço; D: dinheiro; P: produção (quais produtos))			Onde desenvolve?				
Principais dificuldades enfrentadas na F ou pelo GD:			Quando e por quê?			Tem ou teve solução, qual?					
Qual a (s) principal (is) fonte de renda para a família		Pessoa (s) responsável:	Uso do recurso (alimentação; vestimenta; uso pessoal; compra de bens de consumo, etc)		Valor/periodo		Quando (periodicidade)				
Outras fontes de renda (comércio; prestação de serviços...)		Valor	Pessoa responsável:				Quando (periodicidade)				
ATIVIDADES PRODUTIVAS – ASPECTOS GERAIS											
Que tipo de fruta utiliza?		Para que? Consumo ou venda (onde vende e se é beneficiada)?		Qual a época desta fruta?		Como adquire a fruta? (ganha; compra; planta; coleta) Quem é responsável por conseguir? coletiva/individual/familiar)		De onde vem? (Campo/quintal/roça)		Quantidade/ frequência?	
Você (ou alguém da família) já plantou algum tipo de fruteira? (Sim; Não)		Qual (is)		Onde? Por quê?		Quando?		Já colheu frutos dela? (quantidade/frequência) coletiva/individual/familiar)		Qual o destino da produção?	
Planta outras espécies vegetais?		Quais		Onde? Por quê (neste local)?		Quando? (periodicidade)		Como é a colheita? (quantidade/frequência) coletiva/individual/familiar)		Qual o destino da produção?	
Tem criação de animais?		Quais		Onde? Por quê?		Quantidade		Qual o destino da produção?		Sistema de criação (alimentação; solto ou preso; etc)	
Você (ou alguém da família) Pesca (ou) ou marisca (ou)? (Sim; Não)		Quais tipos/espécies?		Onde? Quando? (quantidade/frequência)		Instrumentos utilizados?		Qual o destino da produção?		Obs: poluição; diminuição do peixe)	
Você (ou alguém da família) Caça (ou)? (Sim; Não)		Quais tipos/espécies?		Onde? Quando? (quantidade/frequência)		Instrumentos utilizados?		Qual o destino da produção?		Obs: poluição; diminuição do bichos; desmatamento)	
Utiliza outro recurso da natureza? Quais? (mel, lenha, óleo, inseto, remédio; palha)		Para que utiliza/serventia? (consumo próprio; comercialização)		Onde busca?		Quando? (quantidade/frequência)		Quais instrumentos/ferramentas utiliza na coleta?		Quem realiza a atividade?	

Planta outras espécies vegetais?	Quais	Onde? Por quê (neste local)?	Quando? (periodicidade)	Como é a colheita? (quantidade/frequência) coletiva/individual/familiar)	Qual o destino da produção?		
Tem criação de animais?	Quais	Onde? Por quê?	Quantidade	Qual o destino da produção?	Sistema de criação (alimentação; solto ou preso; etc)		
Você (ou alguém da família) Pesca (ou) ou marisca (ou)? (Sim; Não)	Quais tipos/espécies?	Onde? Quando ? (quantidade/frequência)	Instrumentos utilizados?	Qual o destino da produção?	Obs: (poluição; diminuição do peixe)		
Você (ou alguém da família) Caça (ou)? (Sim; Não)	Quais tipos/espécies?	Onde? Quando ? (quantidade/frequência)	Instrumentos utilizados?	Qual o destino da produção?	Obs: poluição; diminuição do bichos; desmatamento)		
Utiliza outro recurso da natureza? Quais ?(mel, lenha, óleo, inseto, remédio; palha)	Para que utiliza/serventia? (consumo próprio; comercialização)	Onde busca?	Quando ? (quantidade/frequência)	Quais instrumentos/ferramentas utiliza na coleta?	Quem realiza a atividade?		
EXTRATIVISMO DA MANGABA							
Que mangaba é usada por sua F ou GD (campo ou cultivada; apanhada ou juntada)? Qual prefere? Por quê?				Qual a época? (quantidade/safra)			
Qual a diferença entre juntar e apanhar mangaba?							
Juntar			Apanhar				
Em sua família ou GD quem realiza a atividade com a mangaba? Junta e/ou apanha?							
Quais instrumentos/ferramentas utilizados na atividade (apanhar e juntar tem diferença)?							
Como aprendeu? Quando?							
Caso a atividade seja realizada no campo, como organiza a ida? (grupo; individual; combina c/ outras; vai de repente)							
QUAL A ROTINA DA MANGABA? SOBRE COLETA:							
Como (critérios) escolhe a área que vai coletar mangaba? (é sempre na mesma área? Qual o tamanho da área? É privada, pública ou particular? Tem que pedir autorização? Tem cercas? Qual o tamanho da área? Desde de quando (ano) coleta nesta área?)							
O horário que sai de casa	O transporte utilizado no trajeto	Distância percorrida/ tempo que leva de casa ao local de coleta	Número de pessoas por família ou GD que vai? O que cada um leva (Instrumentos)?			Frequência de idas (semana/mês/safra) Porquê?	Tempo que passa no campo/ quantidade coletada;
			Nome	Idade	Sexo	Instrumento que carrega	
Carrega peso/quanto?			Leva animal? Qual?		Maior dificuldade?		
Horário que retorna para casa?	O transporte utilizado no trajeto	O que cada um leva de volta para casa (Instrumentos)? Alguma coisa fica no campo? _____				O que cada um faz assim que chega em casa (na ordem):	
		Nome	Idade	Sexo	Carga/peso		
MANEJO DA MANGABA							
Como são escolhidas as árvores para coleta? Quem decide? Por quê? Saberá estimar quantos frutos são coletados no pé por vez?	Como é o sistema de trabalho durante a coleta (individual; familiar; coletivo)?	Há alguma regra para a atividade? (galhos; frutas verdes;) Se não respeitar tem punição? Tem fiscalização? Como funciona?		Qual a época da floração? Observa se tem algum inseto que gosta da flor? Qual?	Observa se algum animal se alimenta da mangaba? Qual? Tem alguma praga ou doença que afeta as mangabeiras?	Faz algum trato cultural (limpeza; fogo; poda) nas árvores, qual? Frequência:	
FORMAS DE USO:							
BENEFICIADA:				"IN NATURA"			
1. Que tipo de mangaba se usa? () apanhada ou () juntada	2. Qtd/d periodicidade?	3. Qual é (quais são) o produto final?		1. Que tipo de mangaba? () apanhada ou () juntada	2. Tem algum procedimento? () sim () não	3. Qual?	

BENEFICIADA:			"IN NATURA"		
1. Onde é realizado?	5. Quanto tempo <u>demora para</u> fazer?	6. Quantas pessoas realizam a atividade? (individual; coletiva; familiar)	4. É costume armazenar a mangaba p/ consumo ou venda <i>in natura</i> ? () sim () não	5. Se sim, como armazena e durante quanto tempo?	6. É vendida? Para quem? Qual o valor/ <u>qtd</u> ?
BENEFICIADA:			"IN NATURA"		
7. É necessário armazenamento? Como é feito? Quanto tempo dura em média?	8. É vendida? Para quem? <u>qual</u> o valor?	9. Como funciona o mercado (há contratos, verbais ou escritos)? Qual o valor/ <u>qtd</u> ?	7. Como funciona o mercado (há contratos, verbais ou escritos)?	8. Nesta safra vendeu mangaba in natura? <u>Qtd</u> ?	9. Para uma ou mais pessoas? Teve variação de preço?
BENEFICIADA:			"IN NATURA"		
10. O que se faz com o recurso da mangaba?	11. Qual a contribuição da renda da mangaba (beneficiada) no orçamento/meses	12. <u>qual</u> o melhor mês e qual o pior mês (renda)	10. O que se faz com o recurso da mangaba?	11. Qual a contribuição da renda da mangaba no orçamento/meses	12. <u>qual</u> o melhor mês e qual o pior mês (renda)

Foto: Bianca Lima.....	105
Figura 19 - As mangabas e a mulher extrativista - retorno para casa. Foto: Bianca Lima.	106
Figura 20 - Caminhão baú na frente da casa do marreteiro pegando a produção de frutas. Foto: Bianca Lima.	110
Figura 21 - Etapas de um evento de comercialização dos frutos de mangaba in natura. Foto: Bianca Lima.....	111
Figura 22 - Casa na Vila Paca anunciando na placa “vende-se poupa de mangaba”. Foto: Bianca Lima.....	112

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Formas de acesso e uso do campo da mangaba pelas localidades do Distrito de Joanes.	49
Quadro 2 - Composição dos grupos domésticos da Vila Paca	63
Quadro 3 - Comparativo das relações de gênero e geração nos grupos domésticos para homens e mulheres na faixa etária de 17 a 39 anos.....	75
Quadro 4 - Número de mulheres e crianças, dedicadas as atividades agroextrativistas, por grupo doméstico.	83
Quadro 5 - Calendário agroextrativista da Vila Paca	84
Quadro 6 - Situação dos moradores assalariados da Vila Paca.....	86
Quadro 7 - <i>Número de benefícios por grupo doméstico</i>	87
Quadro 8 - Média da produção semanal de mangaba durante os meses de safra	102
Gráfico 1 - Pirâmide etária da Vila Paca	66
Gráfico 2 - Benefícios sociais recebidas pelos moradores da Vila Paca.....	87

